



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Robert Bonifácio da Silva

DESEMPENHO GOVERNAMENTAL E APOIO À DEMOCRACIA NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Ciência Política

Campinas, fevereiro de 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si38d **Silva, Robert Bonifácio da**
Desempenho governamental e apoio à democracia no Brasil /
Robert Bonifácio da Silva. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Rachel Meneguello.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Democracia – Brasil. 2. Cultura política – Brasil. 3. Serviços
Públicos - Brasil
I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn\ifch)

**Título em inglês: Governamental performance and support for democracy in
Brazil**

Palavras chaves em inglês (keywords) : Democracy - Brazil
Political culture – Brazil
Public Services - Brazil

Área de Concentração: Comportamento Político

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca Examinadora: Rachel Meneguello, José Álvaro Moisés, Valeriano
Mendes Ferreira Costa

Data da defesa: 27-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

DESEMPENHO GOVERNAMENTAL E APOIO À DEMOCRACIA NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Ciência Política

Este exemplar corresponde à redação
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 27/02/2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a Rachel Meneguello (Orientadora)
Departamento de Ciência Política – IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa
Departamento de Ciência Política – IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. José Álvaro Moisés
Departamento de Ciência Política – FFLCH/USP

Suplente:

Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck
Departamento de Ciência Política – IFCH/UNICAMP

Prof. Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbaux
Departamento de Antropologia Política e Filosofia – FCL/UNESP - Araraquara

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o meu amadurecimento profissional e pessoal.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por iluminar o meu caminho. Devo grande parte daquilo que sou e conquistei à minha família e meus amigos. Em especial, à minha mãe, Maria Aparecida da Silva (Cida), que mesmo enfrentando muitas dificuldades, nunca deixou de apoiar as minhas decisões e de fazer meus sonhos se tornarem realidade. À minha avó e meu avô, Luzia (*in memoriam*) e José Custódio, pela coragem e espírito fraterno, honesto e trabalhador, dos quais inspiro minha caminhada pela vida. Ao meu irmão e meu pai (Robson e Antônio), pela amizade e pelo companheirismo. À minha tia, Maria Gorete, e meus tios Fernando Cesário e Miguel Ângelo da Silva, pelas palavras de ajuda, ensinamentos e pela disposição de me ajudar, no que fosse preciso. Aos meus primos e minhas primas, pelas brincadeiras, pelas conversas e pela amizade.

Ofereço um agradecimento especial aos meus amigos de Campinas, Cataguases e Viçosa, que me proporcionaram alegrias, ensinamentos e me mostraram o valor e a importância da amizade. A lista é grande e não caberia nesse espaço, mas não posso deixar de citar algumas pessoas como Rodrigo Vásquez, Márcio Scherma, Celly Inatomi, Thelma Belo, Vinícius Beire, Carlos Marques, Fabrício Tenório, Wilson Vieira, Ana Luisa Lopes, Simone Monteiro, Ricardo Pina, Janison Carvalho, Wesley Xavier, Silvio Menezes Neto, entre outros. Nunca é demais lembrar o “Churrasco dos Nerds”, nosso ponto de encontro divertido às vésperas de réveillon, há nove anos seguidos. Também quero agradecer minha namorada, Roberta Paes Almeida, por ser minha musa inspiradora e por dedicar seu amor e carinho a mim.

Sou muito grato ao povo brasileiro e paulista por investir em meus estudos, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Meus sinceros agradecimentos também vão para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por me acolher e proporcionar amadurecimento intelectual. Tenho sorte de ser orientado por uma intelectual magnífica, que acreditou e teve muita paciência comigo, desde a graduação: Rachel Meneguello, muito obrigado! Agradeço também ao Doutor Clécio da Silva Ferreira, por seus ensinamentos e pela amizade.

Dedicatória:
Às minhas amadas mãe e avó (*in memoriam*),
pelo carinho, pela luta, pela força e pelo jeito
amoroso e honesto de ser.

RESUMO

Esta dissertação pesquisa um aspecto importante do comportamento político dos cidadãos brasileiros: a formação de apoio popular à democracia em período recente. Mais especificamente, procura entender se o desempenho governamental, definido como o conjunto de avaliações de aspectos econômicos, políticos e os relacionados aos serviços públicos, são relevantes para gerar apoio ao regime democrático em nosso país. Ao contrário dos estudos da literatura especializada, incorpora a utilização e a avaliação de serviços públicos - ao nível individual - como um elemento do desempenho governamental e dedica especial atenção aos seus efeitos nas análises. A fonte empírica é o *survey* “*A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”, realizado nacionalmente em Junho de 2006 e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

ABSTRACT

This study investigates an important aspect of Brazilian citizen's political behavior: the popular support for democracy in the recent period. Specifically, it investigates if the governmental performance, that is, the set of economic and political evaluations, and the evaluation of public services, are relevant to the support to democracy in the country. Unlike studies of specialized literature, this present research incorporates the experience and the evaluation of public services – at individual level – as a constitutive aspect of governmental performance and it puts special attention to these effects on the analyses. The empirical basis is the national survey “*The citizens' distrust on democratic institutions*”, conducted in June, 2006 and financed by the Sao Paulo Foundation for Scientific Research (FAPESP).

ÍNDICE

Introdução	p.1
Teses sobre legitimidade democrática	p.5
Desempenho governamental e apoio à democracia: Um balanço bibliográfico de parte da literatura internacional	p.19
A adesão dos cidadãos brasileiros à democracia: Referências bibliográficas	p.31
Desempenho governamental e apoio à democracia no Brasil: Evidências empíricas	p.45
Conclusão	p. 79
Bibliografia	p.85
Anexos	p.91

Lista de gráficos

Gráfico 1- Avaliações de Serviços Públicos	p. 48
Gráfico 2- Avaliações de Instituições	p. 49
Gráfico 3- Confiança nas Instituições	p. 50
Gráfico 4- Percepções sobre a situação econômica atual	p. 53
Gráfico 5- Percepções sobre a situação econômica no próximo ano	p. 54
Gráfico 6- Percepções sobre a intensidade de corrupção	p. 55
Gráfico 7- Avaliações da situação política atual	p. 55
Gráfico 8- Percepções sobre qualidade de aspectos específicos dos hospitais públicos	p. 58
Gráfico 9- Utilização de Hospital Público	p. 61
Gráfico 10- Utilização de serviços de Polícia	p. 61
Gráfico 11- Utilização de serviços de Transporte Público	p. 62

Lista de tabelas

Tabela 1: Tipos atitudinais	p. 34
Tabela 2- Correlações entre avaliações e confiança em instituições	p. 52
Tabela 3- Avaliação de serviços públicos de saúde e percepção de qualidade de serviços da área de saúde	p. 60
Tabela 4- Utilização e avaliações de serviços de polícia	p. 63
Tabela 5- Utilização e avaliações de serviços públicos de saúde	p. 64
Tabela 6- Utilização e avaliações de serviços públicos de transporte	p. 65
Tabela 7- Dimensões do desempenho governamental	p. 68
Tabela 8- Desempenho governamental e adesão à democracia, tendo apoio contingente como variável dependente	p. 70
Tabela 9- Desempenho governamental e adesão à democracia, tendo aceitação da idéia de que democracia é a melhor forma de governo como variável dependente	p. 70
Tabela 10- Caracterização socioeconômica, aspectos de cultura política e desempenho governamental e adesão democrática, tendo apoio contingente como variável dependente	p. 76
Tabela 11- Caracterização socioeconômica, aspectos de cultura política e desempenho governamental e adesão democrática, tendo aceitação da idéia de que democracia é a melhor forma de governo como variável dependente	p. 77

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar se o desempenho governamental é um aspecto importante para a formação de apoio à democracia no Brasil. Dedicamos especial atenção aos efeitos dos serviços públicos - no nosso entendimento, um dos elementos constitutivos de desempenho governamental - no apoio popular à democracia, o que vai contra a tendência da literatura especializada, que explora pouco essa relação.

Discutimos algumas obras que versam sobre o tema e extraímos nossas evidências empíricas do *survey* “*A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”, de amostra probabilística e domiciliar, aplicado em junho de 2006 com 2004 entrevistados em todo território nacional. A pesquisa é fruto dos trabalhos do projeto temático de mesmo nome, financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)¹.

Ao longo da dissertação, demonstramos que as questões relativas ao desempenho são importantes para o processo de estabilidade democrática nacional no período recente. Entretanto, os resultados indicam que essa influência é moderada, o que significa que, sozinhas, tais questões não são capazes de explicar satisfatoriamente o apoio dos brasileiros à democracia. Sobre os serviços públicos, constatamos que a suposição de que aqueles que os utilizam mais positivamente os avaliam é confirmada pelos dados. Além disso, observamos que os serviços públicos possuem destacado papel na formação de apoio democrático, sendo as avaliações gerais e os contatos diretos com os serviços públicos algo fundamental para o incremento de apoio ao regime político.

¹ O Projeto Temático teve início em 2004 e está inscrito na FAPESP como o processo de número 2004/07952-8. Os coordenadores são o Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP), José Álvaro Moisés, e a Professora Livre- Docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rachel Meneguello. Mais detalhes no Anexo I dessa dissertação.

A obra de Easton (1965) lança a idéia de que o apoio ao regime não é influenciado exclusivamente por atitudes e valores individuais², mas também por avaliação do desempenho dos governos, o que chama de “apoio difuso” e “apoio específico”, respectivamente. Tal concepção foi absorvida e aprimorada por outros autores e o conjunto de estudos e investigações científicas na mesma temática expandiu-se consideravelmente.

Esse estudo serve de referência para realização desta dissertação, já que o objetivo geral é analisar os possíveis efeitos que as avaliações individuais acerca do desempenho governamental possuem para a adesão democrática no Brasil. Desse modo, nos ancoramos na idéia de que “apoio específico” é relevante para apoio no regime e procuramos destrinchar e entrar a fundo na questão.

Entendemos que desempenho governamental é composto por um conjunto de elementos que mensuram, ao nível individual, avaliações e percepções dos indivíduos acerca de serviços públicos, instituições, aspectos econômicos e políticos e corrupção. A consideração é que fatores de nível macro, distantes do contato com os cidadãos (instituições); de presença rotineira e cotidiana (serviços públicos) e os perceptivos (aspectos econômicos e políticos) são indicativos da visão que os indivíduos possuem do governo.

A temática, de uma forma geral, não é novidade, sendo comum a relação dos aspectos econômicos e políticos com diversas formas de mensuração de apoio ao regime democrático em várias partes do mundo. No entanto, os contornos que adicionamos nesse trabalho são relativamente novos na literatura especializada, pois, com algumas exceções (VAN DE WALLE, 2007; MORI, 2003, por exemplo), podemos afirmar que a consideração dos serviços públicos como elementos constitutivos do desempenho

² Tal consideração era encontrada em “*The civic culture*”, de Gabriel Almond e Sidney Verba, obra lançada poucos anos antes (1963) e que assumiu expressiva relevância no meio acadêmico na década de 60.

governamental e as conseqüentes análises de seus efeitos na adesão dos cidadãos à democracia são aspectos negligenciados pela produção acadêmica.

Para cobrirmos com êxito os objetivos destacado acima, organizamos o trabalho em cinco capítulos. O primeiro trata das teses sobre legitimidade democrática. Não se trata de uma revisão bibliográfica, mas somente uma visitação a algumas obras relevantes sobre o tema. A abordagem da temática é importante, pois é a partir de alguns desses estudos que se lança a idéia de que desempenho governamental pode ter alguma relevância para apoio ao regime democrático. O capítulo seguinte evidencia algumas obras internacionais que enfocam a relação entre aspectos econômicos e políticos e a adesão à democracia. É através do estudo dessas investigações científicas que observamos tendências de associações e correlações com o objeto de análise e, a partir daí, construímos os alicerces para a elaboração de nossas hipóteses. No terceiro capítulo, expomos as principais obras e resultados de estudos acerca do fenômeno em questão em escala nacional. Já no quarto capítulo, exploramos dados do *survey* utilizado relativos aos nossos propósitos e fazemos as análises dos resultados, rejeitando ou confirmando as hipóteses lançadas. Por fim, na conclusão, fazemos uma reflexão acerca dos resultados observados e das limitações existentes.

Para evitarmos repetições de procedimentos de manipulação de dados ao longo do texto, criamos uma seção de anexos, que expõe as variáveis utilizadas, a construção dos índices e resultados completos de regressões logísticas binárias.

Capítulo 1: Teses sobre legitimidade democrática

A “vitalidade” dos regimes políticos há muito tempo faz parte dos interesses dos cientistas políticos. No início da década de 60, Almond e Verba (1963) realizaram análises comparativas entre alguns países e teorizaram sobre a existência e a estabilidade de regimes democráticos, dando aos aspectos culturais o papel central nas explicações. O estudo era algo inédito para a época e se tornou referência na área, mas também sofreu muitas críticas negativas. De acordo com Inglehart (1993), a obra citada dos autores praticamente erradica os estudos que justificavam suas conclusões com base em distintas “características nacionais de um povo”, um artifício muito estereotipado e com pouco fundamento científico. Entretanto, muitas vozes mostraram-se contrárias às argumentações e achados de Almond e Verba. Aquelas que atestavam para o caráter elitista da teoria, acusando os autores de considerarem as culturas de países anglo-saxões como as mais afeitas à democracia e, por isso, as que deveriam ser seguidas, foram as mais relevantes e mais numerosas, afirma Inglehart.

Devido ao elevado grau de penetração e discussão da obra no meio acadêmico, os autores decidem organizar um livro - *The Civic Culture Revisited* - que continha seus posicionamentos às vozes dissonantes do primeiro trabalho e até mesmo a incorporação de críticas lançadas por alguns autores.

Almond (1983) mantém as posições contidas na primeira obra, procurando validar seus achados e rebater as críticas negativas. Quanto ao primeiro ponto, afirma que sua consideração de que educação é um dos fatores-chave para entender comportamento político é confirmado por estudos posteriores, que também encontram que escolaridade ajuda a explicar e é componente distintor de competência cívica e participação política. Em relação aos críticos, procura rebater o argumentos que consideram que a vertente teórica da cultura política entende haver uma relação causal

entre cultura e estrutura, no sentido em que cultura produz estrutura. Para o autor, a consideração é equivocada e em sua obra aponta outros fatores como experiência com instituições, como relevantes para esse processo.

Já é Verba (1980) concorda com boa parte das críticas realizadas, principalmente aquelas relacionadas à forma em que foi realizada a análise comparada entre os países e a exclusão de alguns importantes fatores para formular teorias acerca das atitudes políticas dos cidadãos. Desse modo, considera que *The Civic Culture* foi um importante estudo, mas que algumas críticas negativas são pertinentes.

Na gama de estudos sobre transições de regime, não podemos deixar de destacar o de Huntington (1994), que procura explicar o movimento dos países em direção a democracia através das “ondas de democratização”, ou seja, do processo global de aproximação e incorporação do regime político democrático em tempos e espaços específicos. De acordo com o autor, a primeira onda teve raízes nas revoluções francesas e americanas, mas somente se consumou por volta de 1828, nos Estados Unidos. Já a segunda foi curta, iniciando após a Segunda Guerra Mundial e finalizando nos anos de 50 e 60, onde houve retorno de grande parte de países a regime com feições ditatoriais. Por fim, há a terceira onda, a mais exitosa, que se inicia na década de 70 na Europa e posteriormente se alastra pela América Latina, Ásia, Leste Europeu e parte da África. Algumas obras com enfoque mais regional também se destacam, como as de O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1988a e 1988b).

Assim como os estudos citados acima, este capítulo também investiga certos aspectos e atitudes relacionadas à legitimidade democrática, mas numa ótica distinta: procuramos explorar quais fatores são relevantes para a durabilidade das democracias. Portanto, o interesse não está nas transições ou nos determinantes para a emergência de

regimes políticos, mas nos aspectos necessários para a ocorrência de certa regularidade e estabilidade democrática.

A questão é tratada pela literatura especializada e não há consenso, tendo, de um lado, certos autores que enfatizam a relevância dos valores e das avaliações de desempenho governamental - em conjunto e ao nível individual - para a durabilidade do regime democrático e, do outro lado, alguns autores que consideram que somente aspectos institucionais e econômicos bastam para entender o tema em questão, sendo a cultura um elemento irrelevante. Em resumo, o primeiro grupo de autores possui a concepção de que a maneira como os indivíduos pensam e agem são as bases da existência e da manutenção das democracias, sendo as questões presentes nesse processo provenientes de múltiplas fontes e naturezas. Já o outro grupo de autores entende que somente determinados arranjos institucionais e certos patamares de riqueza são suficientes para explicar a durabilidade das democracias, desconsiderando um amplo leque de questões.

Inserimo-nos dentre aqueles autores que remetem à longevidade das democracias um fenômeno multidimensional, explicada por aspectos ligados ao desempenho governamental e aos valores. E os motivos se dão tanto pelas virtudes desses trabalhos quanto pelas limitações dos estudos concorrentes.

Quanto ao primeiro motivo, destacamos a clareza e a capacidade explicativa do estudo de Almond (1980), que enfatiza que a longa tradição de estudos com ênfase culturalista é capaz de demonstrar que os valores são aspectos suficientemente fortes para moldar comportamento e atitudes políticas e algumas obras recentes, que apresentam consistentes resultados empíricos quanto ao destacado papel da confiança e da avaliação das instituições para satisfação e apoio ao regime e princípios democrático (NYE; KING; ZELIKOW, 1997; NORRIS, 1999). Em relação ao segundo motivo, há

profundas e consistentes críticas negativas às obras que se baseiam somente em arranjos institucionais e na riqueza das nações para explicar os processos relacionados à democracia, como as elaboradas por Inglehart e Welzel (2005). Eles citam vários exemplos onde há riqueza, mas não há democracia ou onde ela é pouco enraizada. Além disso, afirmam que esses estudos sofrem graves erros metodológicos, referentes a classificações de regimes e, a partir daí, geram equivocadas interpretações sobre o tema.

Apesar desse posicionamento, apresentamos a seguir alguns prestigiados estudos ligados às duas vertentes teóricas, pois acreditamos que ambas são importantes e relevantes para esse debate científico presente na ciência política. Primeiramente, expomos as obras que destacam os múltiplos fatores determinantes da durabilidade das democracias e, posteriormente, abordaremos os estudos que explicam esse processo através de argumentos economicistas e institucionais.

Cabe fazer a ponderação de que o objetivo não é expor a totalidade ou a quase totalidade das teses das duas vertentes teóricas - algo como uma revisão bibliográfica - mas apenas elucidar as principais idéias de algumas obras de referência desse debate.

1.1- Durabilidade das democracias como resultado de apoio político de natureza multidimensional

De acordo com Easton (1965), para que um regime possua um mínimo patamar de legitimidade, ele não pode depender exclusivamente das ações dos governos que visam agradar ou coagir o povo. É necessária a existência combinada de apoio difuso e específico entre os cidadãos, ou seja, de atitudes e valores benéficos em relação ao regime e de relativa satisfação com *outputs* (ações práticas do governo), respectivamente. A existência deve ser mútua, pois apenas grandes porções de um tipo de apoio não são suficientes para a existência e a manutenção do regime.

Em parte, a legitimidade do sistema político depende do quanto os cidadãos são convencidos de que *outputs* governamentais atendem de fato às suas demandas em um tempo razoável. É o que Easton chama de “apoio específico”. As recompensas geradas nesse processo ajudariam na conformação de certas insatisfações vivenciadas. Mas o padrão de comportamento das avaliações dos cidadãos em relação aos governos se caracteriza por flutuações constantes, por altos e baixos, pois é pouco provável manter sempre boas avaliações e vice-versa. Devido a isso, o autor considera que a manutenção de um regime não depende somente das satisfações com desempenho dos governos, mas também de um conjunto de atitudes e valores favoráveis. Caso dependesse somente do primeiro fator, as quedas de regime seriam acontecimentos rotineiros.

As atitudes e valores ele classifica como “apoio difuso”, que serve como estoque de boas intenções em relação ao regime, que ajuda os membros do sistema a aceitar ou tolerar os *outputs* desagradáveis a si. Exceto numa situação de relevante insatisfação em longo prazo, o apoio difuso é independente da qualidade dos *outputs* diários, sendo um tipo de apoio no qual os governos não podem “comprar” com benefícios diretos ou imputar responsabilidades aos membros; ao contrário, é formado por aspectos psicológicos e simbólicos.

O autor entende serem três as fontes para existência do apoio difuso: (1) as crenças dos cidadãos de que os seus apoios ao regime podem se traduzir em benefícios futuros; (2) a consideração de cada cidadão de que seu apoio pessoal é algo de imenso valor para a democracia, sendo um fator que ajuda na sua consolidação e (3) a fidelidade automática por parte dos cidadãos, advindo da convergência de seus valores com os princípios que o regime democrático propaga.

As idéias de Easton tornaram-se relevantes no meio acadêmico e exemplo disso é a retomada e o aprimoramento do conceito por Norris (1999; 2006). Mas nem todas as

suas argumentações teóricas são aceitas e uma das ressalvas que a autora faz refere-se ao entendimento da visão que o cidadão possui do regime. De acordo com ela, apesar do autor considerar a existência de dois tipos de apoio, ele possui a concepção de que os cidadãos não diferenciam distintas partes do regime, enxergando-o como um todo. Ou seja, os apoios específicos e difusos, apesar de terem fontes distintas, gerariam os mesmos efeitos, atuariam como um bloco monolítico que influencia as atitudes dos indivíduos. A autora posiciona-se contrária a essa idéia, pois acredita ser razoável que os indivíduos percebam e avaliem de modo distinto os aspectos específicos do regime. Por exemplo, acredita que um indivíduo é capaz de expressar adesão a valores democráticos e, ao mesmo tempo, ser feroz crítico de como a democracia funciona na prática.

Por acreditar nessa visão parcelada ou fragmentada do sistema político por parte dos cidadãos, Norris (1999; 2006) entende ser necessário um aprimoramento do conceito de Easton, dividindo-o em cinco partes:

- (1) *Apoio à comunidade política*: Representa o nível de coesão nacional, a capacidade de cooperação entre os cidadãos.
- (2) *Apoio a princípios democráticos*: É a convergência entre os valores pessoais e os princípios inerentes ao sistema político democrático. Apesar do entendimento do que é democracia ser algo muito amplo³, em geral os *surveys* têm indicado que a maioria das pessoas a entende como ligada a valores como liberdade, participação, tolerância e moderação⁴.

³THOMASSEN, Jacques. Support for democratic values. In: KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter. *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, 1995; SIMON, Janos. *Popular conceptions of democracy in post-communist Europe*. University of Strathclyde Studies in Public Policy, nº273; MILLER, Arthur; HESLI, Vicki; REISINGER, William. Concepts of democracy among mass and elite in post-soviet societies. *British Journal of Political Science*, v.27, nº2, 1997.

⁴SIMON, Janos. *Popular conceptions of democracy in post-communist Europe*. University of Strathclyde Studies in Public Policy, nº273; BEETHAM, David. *Defining and measuring democracy*. Londres: Sage, 1994.

- (3) *Avaliação de desempenho do regime*: Expressa-se pela avaliação de quão boa é a democracia na prática.;
- (4) *Avaliação de desempenho das instituições*: Indica satisfação momentânea dos cidadãos com algumas instituições representativas, públicas e/ou privadas;
- (5) *Apoio a atores políticos*: É a confiança e a avaliação de figuras políticas importantes, como Presidentes, Primeiros-Ministros, Ministros e Secretários de Estado, representantes legislativos, líderes sindicais, etc.

Booth e Seligson (2006), assim como Norris, consideram que a visão dos cidadãos em relação ao sistema político não se dá de forma monolítica, mas sim de maneira fragmentada e especificada. O trabalho dos autores é de grande valor para o debate, uma vez que investigam a validade empírica do conceito em discussão. Tal tarefa é importante, pois, apesar do conceito ser de uso tão disseminado, observamos que grande parte da literatura especializada somente o explorou de forma teórica, como fazem Easton (1965) e Norris (1999) ou com poucos e apenas aproximações empíricas descritivas, como Norris (2006).

A investigação é referente ao contexto costa-riquenho, um excelente laboratório, afirmam os autores, pois é o país que possui há mais tempo instituições eleitorais e representativas, ou seja, é a mais antiga democracia eleitoral da América Latina, mas tem passado por distúrbios que podem ser indicativos de perda de legitimidade do regime, como baixa participação nas duas últimas eleições; entrada de mais um partido relevante na disputa política e escândalos de corrupção com dois ex-presidentes (tudo isso tendo com referência de tempo o momento em que foi construído o artigo).

Duas conclusões dos autores são importantes de serem citadas:

(1) A necessidade de se incluir, entre os aspectos relacionados ao apoio político, o apoio dos cidadãos às instituições governamentais de nível local, já que muitas pesquisas indicam que um considerável número de cidadãos dos países pesquisados interage com instâncias governamentais locais e, além disso, há indícios de que o governo local propicia foro de participação alternativa aos já conhecidos espaços de participação ao nível nacional;

(2) Opiniões positivas quanto a determinados objetos diminuem à medida que o ponto de referência se especifica, ou seja, quanto mais próximo, particular e real é o elemento de referência - por exemplo, instituições e atores políticos com nomes detalhados - menor é a intensidade de opiniões de caráter positivo, em comparação com objetos abstratos, como comunidade política e princípios democráticos.

De acordo com Gunther e Montero (2003), boa parte da literatura supõe que legitimidade, sentimentos de eficácia e satisfação com o desempenho das instituições pelos cidadãos constituem um único domínio atitudinal. Se essa equiparação do sistema de satisfação com legitimidade fosse realmente válida, ela teria implicações “sinistras” para a sobrevivência de muitas democracias novas, em particular àquelas que foram forçadas a enfrentar crises econômicas ao mesmo tempo em que lutavam para consolidar seus novos regimes políticos, como Espanha, Brasil e Argentina. Como se sabe, tal cenário trágico não ocorreu, sendo, portanto, uma consideração equivocada, afirmam os autores.

A aceitação da existência de apoio difuso e específico e a consideração de que ambos possuem dimensionalidade distinta, que expressam coisas diferentes em relação ao sistema político, também possui o assentimento dos autores. No entanto, adicionam mais um aspecto que consideram ser relevante para a conformação do apoio político, a indiferença política, que seria certa alienação ou afastamento de membros da sociedade

de suas instituições políticas essenciais. Essa “síndrome” teria alguns “sintomas” específicos: sentimento de ineficácia pessoal; cinismo; desconfiança; crença de que elite política não se importa com o bem-estar dos cidadãos e sentimento geral de alienação em relação ao sistema político. Entretanto, não podemos confundir insatisfação com indiferença política, destacam os autores, pois, apesar de ambas expressarem sentimentos negativos em relação ao sistema político, diferem em um aspecto essencial: insatisfação é algo momentâneo, sujeita a fluxos e refluxos de acordo com a avaliação corrente de desempenho e indiferença é a visão desconfiada e suspeitosa da vida política, senão da vida social em geral. Desse modo, atitudes de indiferença política seriam mais resistentes às mudanças e teriam caráter mais perene, quando comparadas com as relativas à insatisfação.

Fazendo análises baseadas em seis países (Espanha, Uruguai, Grécia, Bulgária, Chile e Hong Kong⁵), os autores observam dados significativos que atestam que valores favoráveis à democracia, satisfação com desempenho do sistema e atitudes de indiferença política compõem domínios atitudinais conceitual e empiricamente distintos⁶.

Por fim, destacamos o texto de Mishler e Rose (2002). Assim como os demais, acreditam que as opiniões e atitudes dos cidadãos importam para sustentação dos regimes e que aspectos culturais e institucionais são formadores do apoio político.

Os autores consideram que o apoio político é todo de um único tipo, sendo que apoio difuso é simplesmente produto da acumulação do apoio específico ao longo do tempo. A socialização pré-adulta e avaliação de desempenho governamental são partes

⁵ A ilha pertencente à China é entendida pelos autores como um país. Apenas estamos reproduzindo suas palavras, o que não significa que concordamos com essa classificação.

⁶ Chile é caso de exceção, onde se encontra indícios de sobreposição de variáveis numa mesma dimensão, mas descobriu-se que essa relação é fortemente influenciada pelo partidarismo e quase desaparece quando se introduz o controle da preferência partidária na análise

de um único processo de formação de apoio político. Desse modo, a distinção entre apoio difuso e específico seria espúria.

Conceituam isso com base na observação de alguns resultados de testes estatísticos aplicados a países pós-soviéticos, que apontam que a vivência com regime comunista, avaliação prospectiva positiva da economia, expectativa de futuros padrões de vida e percepção de aumento de liberdade adicionam impacto positivo a apoio ao regime, ou seja, variáveis que indicam apoio específico e difuso geram efeitos parecidos e até em mesma direção, sendo um indício de que a separação de seus efeitos e percepções é algo não existente.

1.2- Argumentos institucionais e macroeconômicos para a durabilidade das democracias

No começo desse capítulo, destacamos que a literatura especializada não possui consenso quanto às principais fontes e causas da durabilidade dos regimes democráticos. No tópico acima, foram expostos trabalhos que, mesmo possuindo pequenas divergências entre si, confluem num ponto: a longevidade do regime democrático depende das atitudes, opiniões e avaliações dos indivíduos sobre alguns elementos pertencentes ao sistema político. A seguir, serão abordados estudos que defendem a idéia de que a cultura não importa para esse processo, que a causa da estabilidade encontra-se somente na configuração institucional e no nível de riqueza dos países.

Primeiramente, é necessário destacar o porquê deles excluïrem a cultura como fator relevante para explicar tal fenômeno, um dos pilares básicos das conceituações dos autores citados no tópico anterior. De acordo com Przeworski (1984), a existência de

democracia é resultado de um compromisso institucional, acontece quando o poder é transferido de um grupo de pessoas para um conjunto de regras e quando há competição, via eleições, entre as novas forças políticas. Em estudo posterior, Przeworski (1994) vai mais a fundo na questão e destaca que a democracia não ocorre porque os cidadãos possuem valores afeitos a ela, mas sim porque é o tipo de regime político que permite às forças políticas relevantes uma perspectiva de satisfação futura de seus interesses, mesmo não estando no poder. Isso seria suficiente para incentivá-los a aceitar resultados imediatos desfavoráveis. Desse modo, a democracia existe por interesses próprios das elites, que julgam ser mais doloroso e custoso derrubá-la e lutar por um novo regime que aceitar os resultados e planejarem ganhos futuros possíveis.

Acreditar que a cultura importa para fenômeno do apoio político é acreditar que os movimentos ao nível individual, relacionados à esfera da política, são relevantes para abalar ou manter as estruturas do regime. É exatamente contra isso que Przeworski (1994) se manifesta, pois, como se pode notar nas suas idéias expostas acima, somente as forças políticas organizadas, as elites políticas, possuem significância nesse processo.

Przeworski (2004) e Cheibub, Limongi e Przeworski (2003) testam empiricamente a suposta relevância de alguns elementos culturais para a democracia. Um dos testes versa sobre a influência da religião na possibilidade de emergência e sustentação das democracias. Os resultados indicam que, dentre três religiões destacadas (islâmica, católica e protestante), nenhuma impacta na durabilidade da democracia e somente o catolicismo tem algum impacto - negativo - sobre a estabilidade das ditaduras. Já Przeworski (1994) testa a possível relação entre protestantismo e existência de democracias, explicitado em algumas obras⁷, e observa que não há a relação

⁷ LIPSET, Seymour. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, nº53, 1959.

destacada na literatura, tendo o catolicismo até mais relação com existência de democracia que o protestantismo.

Outro ponto de consenso entre os dois estudos sobre a não- relevância da cultura para sustentação de regime democrático refere-se a associação entre habituação com regime democrático e sua maior estabilidade. Essa relação é verdadeira quando a idade do regime é considerada sozinha, mas quando se controla por renda per capita, as taxas de risco tornam-se independente da idade, ou seja, para um dado nível de desenvolvimento econômico, as democracias têm a mesma chance de sucumbir, qualquer que seja sua idade.

Os fatores institucionais e econômicos são os únicos que importam, afirmam esses autores: *“Sustentamos que fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que seja necessário recorrer à cultura”* (CHEIBUB; LIMONGI; PRZEWORSKI, 2003). Entretanto, é clara a tendência nos três textos de que aspectos macroeconômicos são, de longe, os que mais influenciam nesse processo, seja pela maior robustez dos dados publicizados, seja pelo notável maior espaço de análise destinado aos possíveis efeitos desses fatores em relação aos fatores institucionais.

De acordo com Cheibub, Limongi e Przeworski (2003), riqueza é aspecto fundamental para a durabilidade das democracias. Dependendo de um dos patamares que afere riqueza - renda per capita - as probabilidades delas acabarem ou manterem-se eternamente modificam. Enquanto em países com renda per capita inferior a U\$1000,00 há grande probabilidade de esfacelamento democrático, em outros, com renda superior a U\$6005,00, a democracia pode durar para sempre.

Para Przeworski (2004), vários fatores contribuem para existência de ditadura ou democracia: crise econômica pode enfraquecer o regime ditatorial, mas também pode

torná-lo mais controlador; pressão internacional pode debilitar o regime, mas também pode gerar forte clamor nacionalista, ajudando na fixação do regime, etc. Desse modo, considera haver muitas razões, exógenas e endógenas, de diferentes ordens e ritmo temporal, que podem influir nesse processo, sendo difícil prever com força estatística o que faz as ditaduras caírem ou as democracias emergirem.

Dentre os fatores institucionais relevantes, Przeworski (2004) e Cheibub, Limongi e Przeworski (2003), citam dois. O primeiro se refere à alternância do poder. Para os autores, o movimento de partilha de poder é essencial, pois democracias mostram-se mais estáveis quando os chefes de governo se alteram mais que uma vez em cinco anos, mas menos que uma vez em dois anos. O segundo aspecto é relativo ao poderio dos partidos nas casas legislativas. Há a consideração de que as democracias têm mais chances de sobreviverem quando nenhum partido político controla mais que dois terços das casas legislativas.

Capítulo 2- Desempenho governamental e democracia: Um balanço bibliográfico de parte da literatura internacional

Como destacado no capítulo anterior, boa parte da literatura especializada considera os aspectos ligados ao desempenho governamental como relevantes para explicar a legitimidade democrática. Esse capítulo procura aprofundar essa questão, expondo algumas obras que investigam, de maneira mais detalhada, os efeitos desses aspectos para a democracia. Estudos com tal característica são encontrados mais facilmente na literatura internacional e, por conta disso, serão aqui citados.

De modo geral, a leitura desses trabalhos nos proporciona a compreensão de que há um relativo consenso entre os autores: aspectos relacionados ao desempenho governamental não são relevantes o suficiente para explicarem, sozinhos, a adesão dos cidadãos ao regime democrático. Os testes estatísticos aplicados contendo somente variáveis que indicam desempenho apresentam significância, mas o poder de predição em relação a vários indicadores de apoio, satisfação e confiança em relação ao regime democrático e algumas de suas instituições apresentam baixos patamares.

Antes de começarmos a ir mais a fundo no tema, acreditamos ser necessário destacar que uma das tendências da literatura especializada é possuir o entendimento de que somente os aspectos econômicos e políticos são suficientes para expressarem a idéia de “desempenho governamental”. São poucas as obras que inserem utilização e avaliação de serviços públicos nesse conjunto de variáveis, como os trabalhos de MORI (2002; 2003) e de Van de Walle (2007). Acreditamos que esses serviços são entendidos pela população como parte das ações exercidas pelos governos - por conta da presença rotineira e necessária na vida de boa parcela dos indivíduos - e, por isso, não podem ser deixados de lado quando se trata de desempenho governamental.

Nos dois tópicos seguintes, selecionamos estudos que abordam a ligação entre fatores econômicos e políticos e satisfação e utilização de serviços públicos com aspectos referentes à adesão dos cidadãos à democracia e algumas de suas instituições.

2.1- Os efeitos de aspectos econômicos e políticos na adesão dos cidadãos à democracia

A marca dos estudos que investigam a ligação entre aspectos econômicos e políticos do desempenho governamental e elementos relacionados a adesão dos cidadãos ao regime democrático é a consideração de que ela ocorre com intensidade moderada, ou seja, possuem considerações de que esses aspectos são relevantes para explicar o tema em discussão, mas não em um patamar robusto, caso sejam usados de maneira isolada. Torna-se necessário, portanto, a incorporação de questões de outras naturezas na análise, caso se pretenda desenvolver uma explicação mais completa e abrangente.

Outra característica geral é a não predileção por quaisquer de um dos dois aspectos como fonte de explicação mais eficaz da adesão dos cidadãos ao regime democrático. Há certa aceitação de que ambos são influentes, variando a relevância de acordo com o problema posto em questão, a natureza dos dados - agregados ou ao nível individual - ou os países estudados.

Para Listhaug e Miller (1999), há forte debate acerca dos determinantes do apoio à democracia, mas muito do que é produzido contém importantes limitações, por conta de dois motivos:

(1) Referência excessiva ao contexto norte-americano ou por possuírem uma abrangência de tempo e de países muito restrita, o que impossibilita formulação de teorias globais;

(2) Equívocos quanto a que tipo de variável usar para indicar apoio ao sistema, confundindo questões que indicam desempenho com apoio ao regime político, como “satisfação com democracia atual”, entendida muitas vezes como aspecto que afere legitimidade.

O trabalho dos autores possui importantes conclusões: Alguns aspectos do desenvolvimento econômico - como balanço de capitais, inflação e desemprego - não afetam a confiança no parlamento e nos serviços públicos⁸; existe expressiva correlação entre percepção negativa do desempenho governamental e declínio de confiança no governo e justiça e ética nas ações governamentais são questões significativas para confiança no governo, ocorrendo quedas consideráveis dessa taxa caso o governo falhe nesses aspectos por período considerável de tempo.

Clarke e Kornberg (1992), por sua vez, procuram analisar os efeitos de questões políticas e econômicas na sustentação da democracia no Canadá. A indicação é que ambas são relevantes, mas as de natureza política possuem influência um pouco mais forte para os temas que investigaram.

Em Clarke, Kornberg e Dutt (1993), a natureza do estudo é comparativo, pois analisam séries históricas mais longas e relativas a vários países europeus. Os dados realçam que aumento de inflação e desemprego diminuem as chances de se ter satisfação com a vida e apoio ao partido que ocupa o poder político central.

McAllister (1999) investiga o papel do desempenho econômico dos governos na moldagem de apoio popular às instituições democráticas em alguns países. Quando utiliza somente dados ao nível individual, o autor observa que a satisfação com a economia é a variável que mais se relaciona com confiança institucional, sendo seus efeitos mais fortes em novas democracias que nas já consolidadas.

⁸ O que citamos como serviços públicos é tradução de “*civil service*”.

Tendo como base os resultados de vários testes estatísticos que realiza, McAllister observa que fatores econômicos são mais fortes que os sociais para explicação de confiança em instituições democráticas, mas, mesmo assim, seu impacto é fraco, o coeficiente de predição é de baixo patamar, o que acompanha as conclusões de Clarke e Kornberg (1992) e Clarke, Kornberg e Nutt (1993).

Em um estudo posterior, McAllister (2005) investiga as possíveis influências de diferentes arranjos institucionais na satisfação com a democracia. Os dados indicam que em países onde as instituições eleitorais permitem maior acesso popular às eleições há mais satisfação com a democracia.

Norris (1999), realizando um estudo de natureza comparativa, também investiga se arranjos institucionais são relevantes para explicar as atitudes políticas dos cidadãos em relação ao regime democrático. Observa várias tendências, tendo sempre na variável que mensura confiança no parlamento a questão a ser explicada:

(1) Os “vencedores” (votantes do partido no poder) possuem mais confiança que os “perdedores” (pessoas que votaram nos partidos oposicionistas), tendo as maiores diferenças de nível de confiança os países que tiveram, por longo tempo, um partido predominante - é o caso do México - ou oposições partidárias fragmentadas, como na Itália;

(2) Países com maiores níveis de liberdade civis e políticas possuem maiores taxas de confiança;

(3) Nações com sistema de governo parlamentarista, onde vários partidos possuem participação no processo decisório, apresentam maiores taxas de confiança que os países presidencialistas;

(4) Onde existe sistema partidário com dois partidos predominantes ou pluralismo moderado, existe maiores níveis de confiança que em sistemas com um partido predominante ou pluralismo polarizado.

Os resultados, de acordo com Norris, indicam que arranjos institucionais estão significativamente relacionados ao apoio político e que isso indica a necessidade de realização de reformas no Estado para se garantir a boa vivência democrática.

Graham e Sukhtankar (2004), por sua vez, partem da premissa de que há forte influência das condições econômicas no bem-estar individual⁹ e investigam se as crises econômicas geram insatisfação com a democracia e algumas de suas instituições. O período abrangido é de 2000 a 2002 e as autoras observaram que, nos países onde havia crises, o índice de felicidade era maior que nos países sem crises. No entanto, a cada ano que se passava - e que, conseqüentemente, as forças das crises perdiam intensidade - diminuía essa diferença. Em relação ao apoio ao regime político democrático, a tendência é de aumento entre os cidadãos desses países, apesar da má situação econômica em que viviam. Porém, eles mostram-se muito críticos e insatisfeitos com desempenho dos governos e dos partidos políticos, principalmente em relação à corrupção.

Os dados sugerem que os cidadãos latino-americanos são capazes de fazer distinções entre o desempenho de governos e o sistema democrático e que crises econômicas não possuem efeitos tão perversos quanto geralmente se supõe.

Schwarz-Blum (2008) concorda com a afirmação de Miller¹⁰ de que “um sistema político democrático não consegue sobreviver por muito tempo sem o apoio da maioria

⁹ A autora afirma se basear nas afirmações dos seguintes autores a esse respeito: Di TELLA; MacCULLOCH; OSWALD. The macroeconomics of happiness. *Discussion papers series 19*, Oxford University Centre for economic performance, 1997.

¹⁰ A autora destaca que a afirmação citada acima refere-se ao seguinte autor: MILLER, A.H. Political issues and trust in Government. *American Political Science Review*, 68, 1974.

de seus cidadãos”. Por conta disso, investiga os efeitos das avaliações individuais sobre a economia para a democracia.

A autora possui como referência a obra de Dalton¹¹, relativa a países altamente industrializados, que ela entende ter como mote a consideração de que avaliações individuais de aspectos econômicos não afetam os níveis de apoio ao sistema democrático. Mas em seu estudo, relativo a alguns países latino-americanos, ela apresenta conclusões opostas, indicando que boa avaliação econômica gera efeitos positivos para o sistema.

Por fim, cabe destacar os efeitos da corrupção nas atitudes dos cidadãos em relação à democracia e suas instituições. Entendemos que percepção e experiência com corrupção pode ser um elemento atrelado a fatores políticos, uma vez que grande parte dessa conduta desviante ocorre em órgãos públicos e entre funcionários públicos e políticos, o que ajuda na associação da corrupção com espaço público e, conseqüentemente, com a política¹².

Para Della Porta e Vanucci (1999) e Della Porta (2000), a corrupção é uma das causas e conseqüências do fraco desempenho e da pouca legitimidade do governo, pois reduz a confiança dos cidadãos nas instituições e no governo e a capacidade deste em atender e solucionar as demandas e os problemas do país. A incapacidade em atender e solucionar estas demandas leva as pessoas a buscarem outros meios - não convencionais e democráticos - de realizar seus interesses. Além disso, de acordo com os autores, a corrupção também possui um efeito negativo na capacidade associativa e participativa

¹¹ DALTON, R. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

¹² Os escândalos de corrupção na esfera da política é algo comum, tanto no Brasil quanto nos demais países. No contexto nacional, temos como exemplos o caso do “Mensalão” (2005) e a compra de votos parlamentares para posicionamento favorável à reeleição a cargos públicos representativos, à época do mandato de Fernando Henrique Cardoso (2001). Quanto aos demais países, podemos citar a suposta ajuda financeira fraudulenta do governo chavista da Venezuela para a campanha presidencial de Cristina Kirchner, na Argentina (2007) e as várias acusações de abuso de poder relacionadas aos governos de Silvio Berlusconi na Itália (2001-2006).

dos cidadãos, pois abala a confiança destes nos meios democráticos de tomada de decisões coletivas e entre os próprios indivíduos.

A obra de Seligson (2002) adentra ainda mais nas questões empíricas dessa discussão. Os resultados de seu estudo indicam que o alto nível de experiência dos cidadãos com corrupção está associado a baixos índices de legitimidade democrática em alguns países latino-americanos.

Seligson cita estudos de Putnam (1993) e Inglehart (1990), que enfatizam que confiança interpessoal possibilita indivíduos a formarem profundas e duráveis associações civis. Portanto, tal tipo de confiança seria algo vital e um alicerce para gerar legitimidade ao sistema político democrático, já que uma de suas características é a participação associativa. Os dados comprovam as suposições teóricas, indicando que a escala de confiança interpessoal construída é positivamente e estatisticamente correlacionada com legitimidade democrática.

O autor supõe que a experiência com corrupção, ou seja, com o desvio de conduta e com a sabotagem e a desobediência às normas, leis e regras é algo que bloqueia o maior associativismo e confiança nos outros. Portanto, investiga se há ligação entre experiência com corrupção e baixo patamar de confiança interpessoal. Os dados ilustram uma correlação de sentido negativo, ou seja, quanto maior for a intensidade de vitimização, menores serão os índices de confiança interpessoal.

Os resultados vão contra argumentos funcionalistas¹³, que consideram que a corrupção pode servir como instrumento que desata os nós da burocracia estatal, algo como um lubrificante que faz as máquinas funcionarem, em especial nos países subdesenvolvidos e/ou ditatoriais - pois enfatizam os malefícios da experiência com

¹³ MERTON, Robert. *Social Theory and Social Structures*. New York: Free Press, 1957; KEY, V.O. *Southern politics in state and nation*. New York: Vintage Books, 1949; HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in changing societies*. New Haven: Yale University, 1968; WATESBURY, John. Corruption, political stability and development: Comparative Evidence from Egypt and Morocco. *Government and Opposition*, v.11, nº4, 1976; LEYS, Colin. What is the problem about corruption?. In: HEIDENHEIMER; JOHNSON; LEVINE (eds). *Political Corruption: A handbook*. New Jersey: Transaction: 1989.

corrupção para legitimidade democrática e confiança interpessoal. Se Weyland (1998) está correto ao afirmar que a corrupção tem aumentado na América Latina, podemos prever tempos difíceis para as nascentes democracias do continente, afirma Seligson.

Zéphyr (2008), por sua vez, analisa se experiências com corrupção possuem efeitos em vários aspectos da governança e do apoio ao regime democrático. Uma das hipóteses do autor é que os vitimizados com corrupção são menos favoráveis a descentralização de recursos e poder do governo federal para os municípios, pois isso ajudaria na maior incidência de corrupção. Os dados comprovam a hipótese: 46,7% dos vitimizados são a favor, contra 53,4% dos não-vitimizados. Em relação ao suborno no setor judiciário, os que tiveram experiência com isso são menos confiantes no poder judiciário (39,1%) que os não-vitimizados (45,5%).

Quanto ao perfil das pessoas com mais chances de serem vítimas da corrupção, o autor observa que as mulheres têm menores probabilidades que os homens. Os mais jovens também são mais suscetíveis de serem vitimizados. Quanto maior educação, maior probabilidade de ter experiência com corrupção, assim como no caso da renda, mas somente no segundo caso não há significância estatística. Esses resultados indicam que os indivíduos que possuem melhores condições socioeconômicas tendem a ser mais experientes com práticas corruptas, uma vez que são mais “capacitados” a pagar subornos.

Em relação aos indicadores de satisfação e de apoio ao regime democrático, a experiência com corrupção mostrou associação de sentido negativo. Desse modo, quanto mais experiência com corrupção, menos satisfação com democracia e menos aceitação de que ela representa a forma ideal de regime político.

2.2- Serviços públicos e adesão ao regime democrático

Um dos interesses dessa dissertação é observar os efeitos que a utilização e as avaliações relativas aos serviços públicos possuem para o apoio dos cidadãos à democracia no Brasil. A produção acadêmica com tal ênfase na literatura internacional não parece ser vasta, sendo mais comum encontrar estudos que investigam os aspectos determinantes de satisfação e confiança em relação a tais serviços. Desse modo, enquanto nós situamos esses serviços como elementos explicativos e analisamos seu poder de explicação, a literatura especializada caminha em sentido inverso, colocando-os como objeto a ser explicado.

Essa ausência de convergência de objetivos não invalida a exploração dessas obras. Pelo contrário, tal exercício se mostra bastante necessário, uma vez que nos permite possuir entendimentos acerca do papel dos serviços públicos na opinião pública, nos possibilitando gerar hipóteses e ajudando a construir um roteiro de pesquisa.

O estudo de MORI (2002; 2003) verifica que satisfação com qualidade dos serviços prestados possui destacada força explicativa para a confiança. Além disso, demonstra que a boa avaliação ocasiona comportamento individual positivo para o sistema político e para a sociedade em geral. Já a obra de Van de Walle (2007) destaca que elementos socioeconômicos e demográficos são insuficientes para explicarem a variação das avaliações dos serviços públicos.

Em MORI (2002; 2003), observamos que satisfação com serviços prestados e cumprimento de expectativas normativas são fatores que possuem destacado poder de predição em confiança nos serviços públicos, explicando entre vinte quarenta por cento sua variação, no contexto britânico.

Acontecimentos recentes também influenciam na geração de confiança. Praticamente dois terços dos entrevistados admitem que alguns fatos recentes são capazes de moldar suas opiniões acerca de instituições e serviços públicos, sendo apenas 28% os que acreditam que esses fatos são isolados e não influenciam suas opiniões.

Outro achado importante refere-se ao fato de que os que confiam em alguns serviços públicos tendem a serem mais dispostos a prestarem alguma ajuda para o seu bom funcionamento, em comparação com aqueles que não confiam. Relativo aos serviços de polícia, 84% dos que confiam afirmam que dariam alguma ajuda, informações ou evidências acerca de um crime, enquanto esse patamar é de 67% dentre os que não confiam. A mesma tendência é observada em conselhos locais e hospitais públicos, só que com menos intensidade.

De acordo com Van de Walle (2007), a literatura especializada tem a tendência de considerar que a confiança nos serviços públicos e na administração pública é baixa e está em declínio, devido à ocorrência de escândalos locais ou a fracos desempenhos dos serviços. Comparando com outras instituições, ele observa que a confiança no serviço público é realmente muito baixa. No entanto, devido à insuficiência de dados a longo período em alguns países, considera ser difícil criar sólidas conclusões a respeito. Além disso, muitas vezes o que ocorre é que a observação de insatisfação do público com alguns serviços acaba sendo extrapolada por alguns cientistas, que criam uma imagem negativa do setor público como um todo, o que não corresponde à realidade

O que o autor faz nesse trabalho é analisar os determinantes das atitudes dos cidadãos em relação ao setor público em sessenta países, utilizando somente variáveis que mensuram caracterização socioeconômica e demográfica. Englobando dados de todos os países conjuntamente, observa que altos níveis de instrução e de renda estão

associados a baixas e altas taxas de confiança em serviços públicos, respectivamente. Quando são feitas análises por cada país em separado, em apenas vinte deles há resultados estatisticamente significantes e eles indicam que jovens e pessoas mais idosas são os mais confiantes; que nível de instrução apresenta efeitos distintos nos países e que, onde o efeito da renda é significativo, a tendência é aumentar a confiança nos serviços públicos. Quanto ao sexo, as mulheres tendem a serem menos confiantes que os homens. Entretanto, apesar dos achados, o poder explicativo desses fatores é muito baixo, adicionando pouco para o entendimento dos níveis de satisfação com os serviços públicos.

O estudo de MORI (2002; 2003) nos demonstra alguns fatores que estão fortemente associados e que possuem destacado poder de predição de confiança em alguns serviços públicos. Além disso, no caso específico da polícia, nos indica que aqueles que possuem contato direto com o serviço tendem a ser os mais confiantes e prestativos para uma melhora e bom funcionamento do mesmo. Tais achados são importantes para a nossa pesquisa, pois nos ajudam a prevermos alguns dos efeitos da utilização e avaliações dos serviços públicos para o apoio á democracia, servindo como uma espécie de guia para a construção de algumas hipóteses (como, por exemplo, a hipótese 1 e 3). Os achados de Van de Walle (2007), por sua vez, atestam para as avaliações negativas e para os baixos níveis de confiança em serviços públicos em escala global, o que nos permite vislumbrar um cenário parecido para o caso brasileiro.

Capítulo 3- A adesão dos cidadãos brasileiros à democracia: Referências

bibliográficas

Com a queda da ditadura militar em meados da década de 80, pondo fim a vinte anos de governos autoritários e abrindo espaço para a volta da democracia no país, através de eleição indireta para Presidente da República¹⁴, e com a existência de um vigoroso regime político democrático por mais de vinte anos, isto é, a presença de governos com feições democráticas e a realização seguida de eleições livres, diretas e transparentes, nos parece ser possível afirmar que a democracia possui bases sólidas no Brasil. Tal afirmação encontra mais sustentação quando analisamos a obra de Moisés (1995), que, com base em pesquisas de opinião realizadas entre o fim da década de 80 e início de 90, observa que a adesão aos princípios e ao regime democrático entre os brasileiros apresenta-se cada vez mais forte, mesmo em períodos de crises econômicas e políticas.

Meneguello (2005; 2007) confirma essa tendência de adesão à democracia por parte dos brasileiros em tempos mais recentes – década de 90 até 2006 - indicando que o regime se tornou cada vez mais aceito e apoiado pela população. Além disso, ao longo do período citado, houve um aumento de cognição sobre a democracia, com a diminuição da proporção de cidadãos que declaram não saber o que significa o termo “democracia”. Todos esses ventos favoráveis ao regime ocorrem mesmo acontecendo alterações importantes na vida social, econômica e política do país, como as várias privatizações de órgãos públicos (principalmente durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1994-2002); as mudanças políticas importantes do poder ao nível federal, com a ascensão de líderes mais afinados com a classe trabalhadora e que jamais haviam experimentado tamanho poder (vitória de Luís Inácio Lula da Silva,

¹⁴ A eleição de Tancredo Neves para presidente da República, em 1985, se deu somente através do voto parlamentar, excluindo o povo do processo, o que leva alguns estudiosos a afirmarem que foi uma eleição indireta.

do Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais de 2002) e as realizações de reformas estruturais que mexeram com direitos de significativa parcela da população (como a Reforma da Previdência, concretizada em 2003).

Mas, se por um lado temos motivos para acreditar que as raízes democráticas são relativamente fortes no Brasil, por outro lado temos que reconhecer que a satisfação da população com seus resultados práticos é algo longe de ser uma realidade. Insatisfação e desconfiança com desempenho de instituições e serviços é algo generalizado, as percepções sobre corrupção alcança altos patamares e ainda há a consideração de que certas práticas autoritárias e anti-republicanas, inibidoras de uma maior inserção de valores democráticos na sociedade, ainda permanecem (MOISÉS, 1992, 1995; MOISÉS; CARNEIRO, 2008).

A literatura nacional aborda o tema da adesão dos cidadãos à democracia, analisando os efeitos de variadas questões sobre o apoio e satisfação dos indivíduos com o regime e suas instituições. Nos tópicos a seguir, o objetivo é demonstrar algumas obras de destaque nesse sentido. O primeiro engloba trabalhos que investigam as bases da adesão dos cidadãos à democracia; em seguida, selecionamos estudos que tratam dos efeitos da insatisfação e da desconfiança com instituições para o apoio ao regime democrático; o terceiro tópico é sobre a relação entre sofisticação política e democracia e, por fim, expomos algumas obras que enfocam o papel dos serviços públicos para o comportamento político dos brasileiros.

3.1- As bases da adesão dos cidadãos à democracia

Os trabalhos de Meneguello (2006; 2007) têm como objetivo principal investigar quais aspectos estão relacionados com o apoio popular à democracia. No primeiro estudo, utilizando dados referentes ao ano de 2002, observa que variáveis que indicam

valorização do voto - aceitação da idéia de votar mesmo que a participação eleitoral fosse facultativa e a consideração de que o voto é importante para mudar os rumos do país - estão associadas ao que se chama de “apoio contingente” à democracia (ROSE, 2002), ou seja, preferência pelo regime democrático em relação a alternativas existentes. Ao criar um “índice de adesão democrática” e realizar cruzamentos de dados com algumas questões, a autora também observa que as avaliações sobre de partidos políticos possuem associação de sentido positivo com as atitudes afeitas ao regime democrático, embora em pequena intensidade.

Em um estudo posterior, baseando-se em dados referentes ao ano de 2006, Meneguello (2007) observa tendências e resultados parecidos: mais uma vez, variáveis que expressam apoio contingente à democracia e importância do voto aparecem fortemente relacionadas.

As conclusões de Meneguello são interessantes para a nossa dissertação, uma vez que apontam para a falência das considerações de senso comum que ligam avaliação de instituições representativas com apoio ao regime democrático e por que chama nossa atenção para algo ainda pouco explorado: o papel do convívio com procedimentos eleitorais, expresso pela valoração do voto, para as opiniões e atitudes favoráveis à democracia. Desse modo, seu estudo adentra consideravelmente na questão e contribui para um maior entendimento dos elementos constitutivos e associados ao apoio popular à democracia.

Já o estudo de Moisés (2008) tem o intuito de investigar as bases sociais e as tendências de comportamento político dos indivíduos classificados como democráticos, ambivalentes e autoritários. Para tanto, constrói tipos atitudinais e realiza análises de dados referentes a alguns países latino-americanos, incluso o Brasil.

Para a construção dos tipos atitudinais, o autor cruza dados de duas variáveis que expressam apoio a regime democrático, a de apoio contingente à democracia e uma que afere concordância ou discordância com a seguinte frase: “A democracia pode ter problemas, mas é sempre a melhor forma de governo”. Na tabela 1 abaixo temos maiores especificações

Tabela 1: Tipos atitudinais

	“A democracia pode ter problemas, mas é sempre a melhor forma de governo”	
	Concordam	Discordam
“A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”	DEMOCRATAS	AMBIVALENTES
“Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser melhor”	AMBIVALENTES	AUTORITÁRIOS
“Para mim, tanto faz um regime democrático ou autoritário”	AMBIVALENTES	AMBIVALENTES

Fonte: MOISÉS, José.Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, nº60, 2008.

Em relação à diferenciação de atitudes, observa-se que os autoritários são os mais identificados com valores antidemocráticos, mas os ambivalentes vêm em seguida, indicando que as incertezas quanto à escolha por regimes políticos reforçam as atitudes que dificultam ou bloqueiam a aceitação da democracia. Os dados também apontam que os sentimentos de insatisfação com o regime, de desconfiança em instituições, de preferência por democracia sem congresso e sem partidos estão mais associados com atitudes autoritárias e ambivalentes. Quando se tem frases que indicam aceitação a alternativas não-democráticas como variável dependente numa análise de regressão logística binária, há perceptível aumento de concordância com as mesmas à medida que se passa de um tipo ambivalente para autoritário, tendo democrata como referência.

Quanto às bases sociais, o autor destaca que é mais comum encontrar um cidadão tido como ambivalente entre os indivíduos com menos de 39 anos, com pouca escolaridade, pouco interessado por política e que não considera as eleições um mecanismo eficaz de escolha de alternativas políticas. Já atitudes de democrata autêntico se mostram maiores entre os homens, indivíduos com mais de 39 anos, alta escolaridade e que percebem alguns mecanismos, como as eleições, de modo positivo.

Os resultados demonstram que as atitudes políticas são determinadas por aspectos da cultura política, institucionais e de caracterização socioeconômica e que há notáveis contornos distintores entre os três tipos ideais construídos. Portanto, o artigo de Moisés aponta para as diferenciações entre os três tipos ideais em vários aspectos e para os posicionamentos mais críticos e negativos dos ambivalentes e dos autoritários quanto ao regime democrático e suas instituições, quando comparado com os democratas.

3.2- Insatisfação, desconfiança e legitimidade democrática

De acordo com Moisés e Carneiro (2008), estudos comparativos recentes sobre apoio público à democracia em diferentes partes do mundo chamaram a atenção para a natureza multidimensional do fenômeno, sugerindo que a legitimidade política do regime, embora importante *per se*, está associada a dois outros *clusters* de atitudes e opiniões dos cidadãos, à confiança nas instituições democráticas e a satisfação com desempenho do regime (GUNTHER; MONTERO, 2003; MENEGUELLO, 2006 e LOPES, 2004).

Em âmbito mundial, a mudança de atitude dos cidadãos diante das instituições democráticas, dando origem ou aprofundamento ao fenômeno da desconfiança política em várias partes do mundo, foi documentada por extensa literatura desde os anos 80, afirmam os autores. Mesmo em democracias consolidadas, o cinismo e desconforto com

o funcionamento das instituições públicas generalizou-se a partir de experiências continuadas de corrupção, engessamento dos sistemas de partidos políticos e outros déficits de desempenho institucional. Na maior parte das novas democracias, as altas taxas de desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas podem significar que os cidadãos percebem a democracia como algo diferente daquilo para o qual se supõe que ela tenha sido estabelecida. Mesmo admitindo que essa síndrome não impede o regime de continuar existindo, a qualidade da democracia é posta em questão. Em vários casos, esse descrédito implica em rejeição do papel de instituições fundamentais do regime como os partidos e o parlamento.

Tal cenário revela a necessidade de aprofundamento nessas questões e é isso que os autores realizam, explorando dados relativos a países latino-americanos e ao Brasil. Tendo o apoio dos cidadãos à democracia como variável a ser explicada, Moisés e Carneiro investigam se a satisfação com o desempenho do regime e a confiança nas instituições democráticas são elementos estatisticamente relevantes para o tema.

Os resultados revelam que os indivíduos insatisfeitos com o funcionamento da democracia, comparados com os satisfeitos, preferem mais um sistema político autoritário que a democracia, tanto no caso latino-americano quanto no brasileiro. Em relação aos efeitos da desconfiança política, os dados nacionais apresentam apontamentos distintos: os indivíduos que desconfiam das instituições, comparados com os que têm posição contrária, são menos apoiadores da democracia. Entretanto, não se mostram apoiadores do autoritarismo.

Quando a preferência por sistema político sem Congresso Nacional e Partidos Políticos é a variável a ser explicada, os autores explicitam que os indivíduos insatisfeitos com a democracia e que possuem desconfiança política, comparados com

os que possuem posicionamento contrário, são os que mais apóiam um sistema político com tal desenho institucional.

Portanto, a indicação principal que os autores levantam é que as atitudes de desconfiança e insatisfação estão mais associadas com a indiferença em relação a instituições tradicionalmente representativas que com preferência por tipo de regime político, ou seja, geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia e algumas de suas instituições, mas não parecem ser fortes motivos para causar seu esfacelamento. É verdade que contribuem para um déficit de adesão às instituições e práticas democráticas, mas, por outro lado, não contribuem para gerar idéia de rejeição e destruição do regime político.

Por fim, destacamos o texto de Baquero e Castro (1996). Baseando-se em dados de uma pesquisa de opinião realizada com cidadãos porto-alegrense em 1994, os autores fazem análises descritivas de aspectos relacionados à cultura política e adesão a valores democráticos e considera os resultados preocupantes para a consolidação da democracia no Brasil.

Seguindo a tendência da literatura especializada nacional, entende que a sensação de insatisfação e desconfiança com as instituições é algo generalizado. No entanto, possui posicionamento diferente do usual quanto às conseqüências que isso pode gerar, sendo mais pessimista.

O autor concorda com o conceito de apoio específico e difuso elaborado por Easton (1965), mas, na contramão dos estudos baseados nessa obra, considera que baixo nível de apoio específico é um obstáculo à consolidação dos valores democráticos entre a população. Não aceita as considerações que atestam que um consistente apoio difuso, ou seja, o elevado apego aos princípios democráticos entre os cidadãos, por si só, seja capaz de garantir a estabilidade do regime democrático e de suas instituições. As

mazelas do país e a incapacidade dos governos em resolver problemas básicos do povo despertariam sentimentos de frustração e apatia, um “caldo propício” à negação da democracia. Dessa forma, se não podemos afirmar que existe negação dos princípios democráticos entre a população, também não há como dizer que o inverso é verdadeiro, constata Baquero.

Sendo assim, podemos afirmar que Moisés e Carneiro (2008) e Baquero e Castro (1996) possuem diagnósticos parecidos quanto ao nível de desconfiança e insatisfação com a democracia existente e suas instituições, mas divergem acerca dos efeitos que esse cenário provoca. Os dois primeiros, mais otimistas, acreditam que isso não afeta a aceitação da democracia com o regime. Já os demais são firmes em afirmar que tal situação contribui para a negação da democracia.

3.3- Sofisticação política e democracia

O conceito de sofisticação política existe há um período considerável de tempo e é tratado por vários autores. No entanto, quem lhe deu consistência, em termos operacionais e teóricos, foi Neumann¹⁵. Com base nesse estudo, Castro e Reis (2001) afirmam que o conceito pode ser dividido em três sub-unidades: “saliência” (interesse por política ou eleições; exposição aos meios de comunicação de massa e envolvimento político), “conhecimento de política” (conhecimento acerca de personalidades políticas, *issues* políticos, estruturas de governo e grupos políticos diversos) e “capacidade de conceituação política” (capacidade do cidadão de identificar e discriminar várias forças e processos envolvidos no esfera política). Os sugere que esses três componentes da sofisticação são fatores correlacionados entre si e que o componente principal é o cognitivo, de entendimento da política.

¹⁵ NEUMANN, W. The paradox of mass politics: Knowledge and opinion in the american electorate. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1986.

No Brasil, o conceito foi tratado com mais profundidade na tese de doutorado de Castro (1994), onde a autora procura explicitar a importância desse aspecto no comportamento eleitoral dos cidadãos brasileiros. Nessa obra, a autora afirma que há diferentes níveis de sofisticação política e o agrupamento dos indivíduos em cada posição é resultado, em grande parte, de sua situação no seio da sociedade, isto é, quanto mais alta sua posição na estrutura da sociedade, maior é sua centralidade subjetiva, do ponto de vista do interesse por política, grau de informação e do envolvimento político.

Em termos específicos, a autora demonstra que a sofisticação política é uma variável essencial para a explicação do comportamento eleitoral: junto com participação em associações e na campanha eleitoral, é o fator que melhor distingue grupos de eleitores, quando se leva em conta suas preferências partidárias. Os dados que utiliza revelam que quanto maior é o grau de sofisticação do indivíduo, mais provável é sua participação eleitoral e maior é a articulação coerente que demonstram fazer entre a preferência partidária e a intenção de voto. Os eleitores mais sofisticados seriam aqueles que votam orientados por preferências partidárias baseadas na comparação entre suas próprias opiniões quanto a *issues* diversos e as propostas defendidas pelos partidos e candidatos. Já os eleitores com baixa sofisticação política tendem a se identificar com os candidatos, independente de preferências partidárias relacionadas com opiniões quanto a *issues*.

Castro afirma que há vários fatores que influenciam as escolhas eleitorais dos cidadãos, inclusive os não relacionados em seu modelo de explicação, como situações conjunturais, acontecimentos específicos, características da campanha política e papel desempenhado pela mídia. Entretanto, deve ser enfatizado que as consequências desses fatores diferem provavelmente segundo a situação dos eleitores, especialmente seus

graus de sofisticação política. Eleitores com graus diferentes de interesse, informação e envolvimento no processo político incorporam e processam novas informações de forma diferente, quando tem acesso a elas.

Em Castro e Reis (2001), temos uma investigação acerca dos efeitos das capacidades cognitivas individuais para a consolidação democrática no Brasil. Para tanto, os autores constroem um índice de sofisticação política e o relaciona com algumas variáveis que expressam apoio a democracia. Dentre os resultados relevantes para a nossa dissertação, cabe destacar que a disposição democrática¹⁶ dos cidadãos é maior dentre os que possuem maiores níveis de sofisticação política, em comparação com os que se situam numa baixa posição referente a sofisticação política. De certa forma, entendemos que esse artigo é uma expansão de investigação científica dos efeitos da sofisticação política no comportamento político dos brasileiros, adicionando conhecimentos sobre sua relevância para explicar a variação de opiniões e atitudes dos cidadãos quanto a aceitação da democracia no Brasil, além do entendimento acerca das direções das escolhas eleitorais, explorado na tese de Castro.

3.4- Serviços públicos e comportamento político no Brasil

Conforme já destacado no início desse capítulo, são raros os estudos nacionais que abordam a relação entre as avaliações e utilização de serviços públicos com atitudes referentes ao regime democrático, sendo esses fatores explorados mais para tentar explicar determinantes de alguns aspectos do comportamento eleitoral. As conclusões

¹⁶ Os autores criam dois índices de “disposição democrática”. No primeiro, inclui questões sobre a preferência pela democracia em comparação com ditadura e indiferença de escolha (“tanto faz qualquer um dos dois regimes”); sobre as eleições como melhor maneira de escolher governos e autoridades; sobre a necessidade da Câmara, sob o ponto de vista de utilidade prática e sobre a necessidade de partidos políticos, caso se queira ter democracia. O segundo possui elementos que aferem concordância ou discordância com as seguintes afirmações: “os problemas de país nunca vão se resolver se não deixarmos o presidente governar do jeito que ele achar melhor para todos”; “os juízes e tribunais não deveriam se meter nas decisões que o presidente toma” e “uma vez eleito, o presidente deve mandar sem que o Congresso e os partidos políticos criem obstáculos”.

de tais textos, entretanto, nos servem de apoio, pois atestam a destacada importância dos serviços públicos nas atitudes dos cidadãos.

Acreditamos que os primeiros estudos bem elaborados acerca do comportamento eleitoral do brasileiro surgiram na década de 70, tendo a obra de Reis (1978) como um todo e alguns capítulos, em específico, papel de destaque. Os serviços públicos, como determinantes de comportamento não foram excluídos nas análises, sendo os textos de Lamounier e Lima Junior bons exemplos.

Lamounier (1978), ao investigar comportamento político dos cidadãos de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo, cruza dados referentes a avaliação de serviços públicos e identificação partidária e observa que o percentual de “arenistas” (pessoas que possuem alguma ligação com a ARENA, Aliança Renovadora Nacional, partido político que detinha o poder municipal à época da realização da pesquisa, em 1976) é mais baixo dentre os que acham os serviços municipais bons e regulares do que entre os que os avaliam negativamente. Isso indica que os cidadãos relacionam sua situação de desenvolvimento social com a simpatia com o partido dos mandatários do poder local.

Lima Júnior (1978), analisando dados de Niterói, observa que, quanto pior é a avaliação do governo municipal como um todo, maior é a probabilidade dos eleitores preferirem o partido da oposição no voto para prefeito, ocorrendo o mesmo quando a associação se dá com avaliação de governos estadual e federal.

O que os dois estudos atestam, mesmo baseados em realidades diferentes, é que as percepções sobre a qualidade dos serviços públicos é algo que afeta diretamente a escolha eleitoral em eleições locais e a identificação partidária. Convém lembrar, entretanto, que o contexto analisado é bem diferente do atual, pois existiam somente

dois partidos (MDB e ARENA) e o Brasil não possuía regime político democrático, mas sim uma ditadura militar.

Seguindo a mesma trilha desses autores, só que num contexto completamente distinto, Soares (2000) investiga se as avaliações de políticas públicas no Distrito Federal assumem papel determinante no voto local. A disputa continha quatro candidatos com maior porcentagem de votos, sendo que dois deles despontavam na frente: o governador da época, Cristovam Buarque, e o ex-governador, Joaquim Roriz.

Os resultados evidenciam que os eleitores diferenciam entre programas e atributos dos governadores, atuais e passados. Também são capazes de distinguir entre uma política pública e outra, não as avaliam em bloco. Como exemplo, 66% acham que Buarque foi o que mais fez pela paz no trânsito, mas somente 11% acham que ele é o que mais fez pelos funcionários públicos; do outro lado, 53% acham que Roriz foi o que mais fez pela habitação, enquanto somente 9% acham que ele foi quem mais fez pelo trânsito. Os dados, portanto, sugerem que os eleitores analisam e avaliam os candidatos a partir de uma plataforma diversificada. Desse modo, o sucesso em uma ou poucas áreas não garante vitória eleitoral. Uma política pública pode ajudar muito, mas raramente define o resultado de uma eleição.

Outro aspecto que a pesquisa revela é que a população do Distrito Federal tem alto grau de coerência entre avaliação de políticas públicas e intenção de voto. Como exemplo, constrói um gráfico que indica que, à medida que a avaliação fica mais favorável a Roriz, a intenção de voto em Buarque cai drasticamente.

Fazendo correlação entre avaliação de desempenho dos governos em áreas específicas e intenção de voto, nota-se que o índice é muito alto em todos os setores elencados (transito, educação, saneamento, povo e segurança) e em todos os níveis educacionais.

Tais resultados possuem direção oposta ao que sugere Von Mattenheim¹⁷: com dados de algumas capitais do Sudeste e Nordeste de 1982, o autor observa que uma escala de atitudes em relação a temas nacionais influenciava consideravelmente intenção de voto para governador, mas que escala semelhante referente a temas locais acrescentava muito pouco. Tais dados o levaram a afirmar que “a posição em relação a políticas públicas locais nas amostras urbanas do Sudeste e do Nordeste permanece sem relação com a escolha dos eleitores”. O que Soares demonstra é que, pelo contrário, avaliações de políticas locais tem forte efeito sobre decisões eleitorais locais, seguindo a mesma tendência de análise de Lima Júnior (1978) e Lamounier (1978).

Balbachevsky e Holzhacker (2006) acreditam que os brasileiros, de uma forma geral, não possuem atitudes e comportamentos políticos tão irracionais, como acredita parte da literatura especializada¹⁸. Em seu artigo, as autoras tentam demonstrar que processos de reformas econômicas que têm impacto direto nos custos, eficiência e serviços ligados à população afetam atitudes dos cidadãos.

Utilizando dados de uma pesquisa de opinião nacional de 2002, as autoras verificam que os cidadãos possuem certa noção de quais serviços estão mais ligados entre si. Alguns indícios disso são as magnitudes de correlação entre alguns serviços, em detrimento de outros. Como exemplo, serviços de saúde e educação ($r = 0.688$) e água e esgoto ($r = 0.767$) alcançam alto valor de correlação, o que indica que, aos olhos da população, esses serviços “são os mesmos serviços”.

Outro aspecto que atesta a racionalidade nos pensamentos e opiniões dos brasileiros seria a coerência de seu comportamento eleitoral à luz de seus posicionamentos acerca da visão do Estado. Para adentrar nesse tema, as autoras criam

¹⁷ VON METTENHEIM. *The Brazilian voter*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.

¹⁸ As autoras afirmam que parte da literatura especializada considera que temas que envolvam maior densidade política têm baixo impacto nas decisões dos eleitores brasileiros, devido a níveis altos de baixa escolaridade e da persistência de clientelismo como prática política. Citam como exemplo o texto de Baker (Reformas liberalizantes e aprovação presidencial: a politização dos debates da política econômica do Brasil. *Dados*, v.45, nº3, 2002).

quatro grupos distintos que versam sobre o tipo ideal de Estado¹⁹ e cruzam esses dados com os relativos a avaliação do governo de Fernando Henrique Cardoso. Como o ex-presidente privatizou várias empresas ao longo de seu mandato, é de se esperar que os cidadãos que defendem considerável intervenção estatal estejam negativamente associados com avaliação positiva de seu governo. Isso indicaria coerência de atitudes, consideram Balbachevsky e Holzhacker. Analisando os dados, afirmam que tal cenário ocorre, pois há correlação negativa e correlação positiva entre avaliação positiva do governo FHC e atitude desenvolvimentista e de Estado Mínimo, respectivamente.

Esses trabalhos nos revelam que os serviços públicos são um importante aspecto determinante de comportamento político e eleitoral no país. Desde a década de 70, com os estudos de Lamounier (1978) e Lima Júnior (1978), passando para obras mais recentes, como a de Soares (2000), a indicação é sempre a mesma: no que se refere a escolhas eleitorais e preferência partidária, os serviços públicos desempenha importante papel, sendo um diferenciador de atitudes. Tal constatação nos leva a crer que esses serviços também serão significantes para o tema que pesquisamos, conforme destaca a hipótese 3, no quarto capítulo. Já Balbachevsky e Holzhacker (2006) sublinham as opiniões coerentes dos cidadãos brasileiros no que se refere a relações no âmbito de serviços públicos, o que nos serve de inspiração para verificarmos que as avaliações e confiança nas instituições indicam resultados parecidos e para testarmos a correlação entre as variáveis desses dois conjuntos, no capítulo quatro.

¹⁹ As autoras criam os seguintes níveis de posicionamento dos cidadãos em relação ao Estado: Privatista (composto por cidadãos que concordam com a idéia de que Estado não deve intervir na economia); Estado Mínimo (atuação somente em serviços essenciais); Desenvolvimentista (acreditam que presença do Estado é bem-vinda em serviços essenciais e setores estratégicos) e Estatista (Estado deve intervir em todos os ramos da economia).

Capítulo 4- Desempenho governamental e apoio à democracia no Brasil:

Evidências empíricas

Este capítulo tem como objetivo geral investigar os efeitos do desempenho governamental no apoio à democracia no Brasil, através de uma aproximação empírica utilizando o *survey* “*A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”.

Após as explorações de obras relacionadas ao tema, podemos nesse capítulo apresentar nossas hipóteses, o que primeiramente é realizado. O segundo passo foi dar um panorama sobre as avaliações dos serviços públicos e de instituições, além das variáveis que mensuram percepção - ao nível individual - da situação econômica, política e intensidade de corrupção no país. Depois, fomos mais a fundo na questão dos serviços públicos, observando a frequência de contato com alguns deles e verificando, se os que mais utilizam os serviços são os mais otimistas nas avaliações ou se ocorre o inverso. Em seguida, busco entender se as questões que expressam desempenho governamental fazem parte de um bloco monolítico ou se elas se dispersam em mais dimensões de sentido, através de realização de testes de análise fatorial. Em quinto lugar, aplico testes de análise logística binária com todas as variáveis que expressam desempenho governamental, para identificar quais e o quanto cada uma é estaticamente significativa para explicar variação do apoio à democracia entre os entrevistados. Por fim, são gerados testes de regressão logística binária que adicionam variáveis de outra natureza - caracterização socioeconômica e demográfica e cultura política - para explicar apoio à democracia, em conjunto com as que expressam desempenho governamental.

4.1- Hipóteses

Abaixo estão as hipóteses do trabalho, ancoradas nos resultados de estudos sobre o tema anteriormente realizados e expostos nessa dissertação.

Hipótese 1: Cidadãos que utilizam serviços públicos possuem, comparativamente, avaliações mais positivas desses serviços que aqueles que não os utilizam;

Hipótese 2: Avaliações de instituições e serviços públicos e percepções de situação econômica, política e de intensidade de corrupção são aspectos vistos pelos cidadãos como estreitamente associados para constituírem o que chamamos de desempenho governamental;

Hipótese 3: Os aspectos entendidos como constitutivos de desempenho governamental possuem pouca capacidade de explicar o apoio à democracia entre os cidadãos;

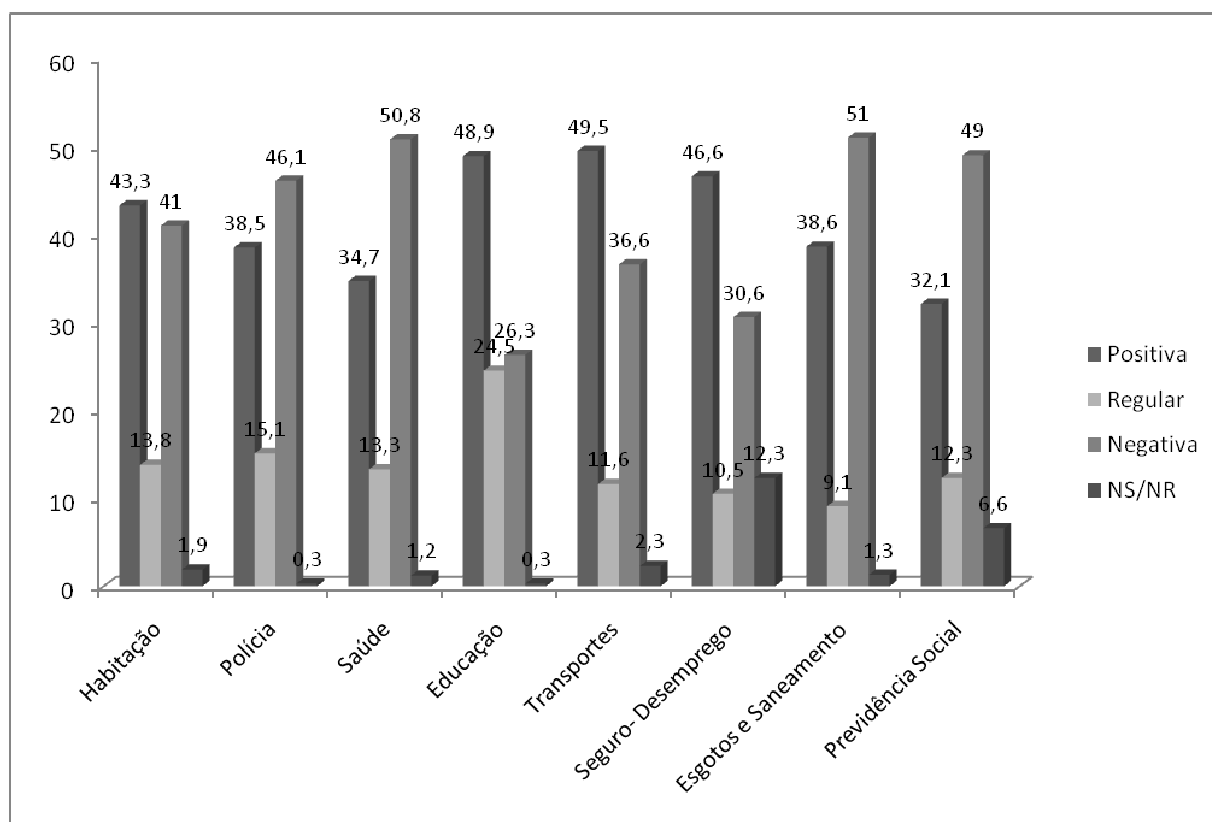
4.2- Avaliação e confiança em serviços e instituições

Nesse tópico vamos a busca das opiniões avaliativas dos cidadãos em relação a instituições e serviços públicos e seus níveis de confiança sobre as instituições. Os dados mostram convergência com alguns achados já publicizados por parte da literatura especializada, indicando forte tendência de avaliações negativas e de pouca confiança nas instituições, principalmente nas de natureza representativa. A exposição detalhada das variáveis utilizadas nesse tópico encontra-se no anexo 2 dessa dissertação.

Em relação aos serviços públicos (gráfico 1), há equilíbrio no sentido das avaliações, com metade dos serviços sendo avaliados negativamente e a outra metade, positivamente. No primeiro conjunto, encontram-se os serviços de polícia, saúde, esgotos e saneamento e previdência social e, no segundo, estão os serviços de habitação, educação, transportes e seguro-desemprego. A média geral de respostas regulares fica em 13,7%, sendo educação o único serviço com esse patamar mais discrepante, obtendo 24,5% de frequência²⁰. Cabe ressaltar que foram agrupadas as opções de resposta “ótima” e boa”, formando avaliação positiva e “péssimo” e “ruim”, formando avaliação negativa. A avaliação regular se manteve isolada.

²⁰ Vale lembrar que a avaliação dos serviços públicos se deu de forma muito generalizada, não havendo citação ou especificação de quaisquer órgãos desses serviços nem filtragem de entrevistados para responder a esses questionamentos. Numa pesquisa de opinião realizada com o objetivo exclusivo de avaliar certos serviços públicos (Saúde; Educação; Previdência Social; Correios e Banco do Brasil) em nível nacional, ou seja, mais detalhada - com enfoque nos usuários e em seus acompanhantes - a forte tendência de avaliação positiva assume contornos explícitos (CESOP, 2001). Por conta disso, acreditamos que o método que afere avaliação de serviços públicos pode contribuir para achados de natureza distinta.

Gráfico 1- Avaliações de serviços públicos (em porcentagem)



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004.

Questão utilizada: Como você avalia os serviços públicos do país em relação ao serviço de (...). Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Habitação, Polícia, Saúde, Educação, Transportes, Seguro-Desemprego, Esgotos e Saneamento e Previdência Social.

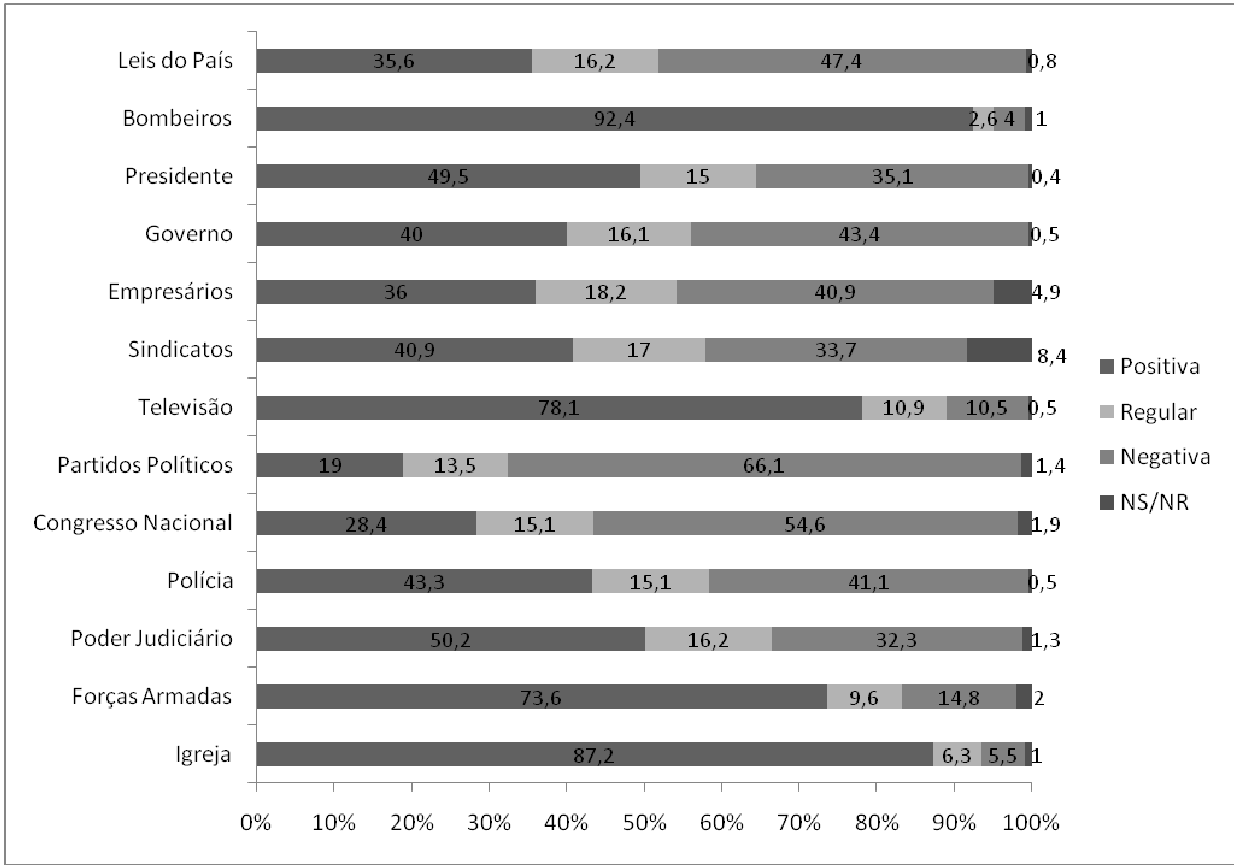
Avaliação positiva é a soma das respostas "ótimo" e "bom" e avaliação negativa é a soma das respostas "péssimo" e "ruim".

O cenário se altera um pouco quando observamos os dados referentes às avaliações das instituições (gráfico 2). Em oito delas, há prevalência de avaliação positiva - Igreja, Forças Armadas, Poder Judiciário, Polícia, Televisão, Empresários, Presidente e Bombeiros - enquanto que em cinco o sentido das avaliações é negativo - Congresso Nacional, Partidos Políticos, Sindicatos, Governo e Leis do País. Cabe ressaltar que foram agrupadas as opções de resposta "ótima" e boa", formando avaliação positiva e "péssimo" e "ruim", formando avaliação negativa. A avaliação regular se manteve isolada.

Em nove casos, a discrepância de tendência de avaliação é muito forte. Nos casos em que o sentido é na direção positiva, temos Igreja com 87,2% de frequência nas

opções de respostas que indicam avaliação boa ou ótima; Forças Armadas com 73,6%; Poder Judiciário com 50,2%; Televisão com 78,1% e Bombeiros com 92,4%. Já nos casos em que há tendência de avaliações negativas, aparece o Congresso Nacional e os Partidos Políticos com 54,6% e 66,1% de frequência nas opções de resposta que indicam avaliação ruim ou péssima, respectivamente.

Gráfico 2- Avaliações de instituições

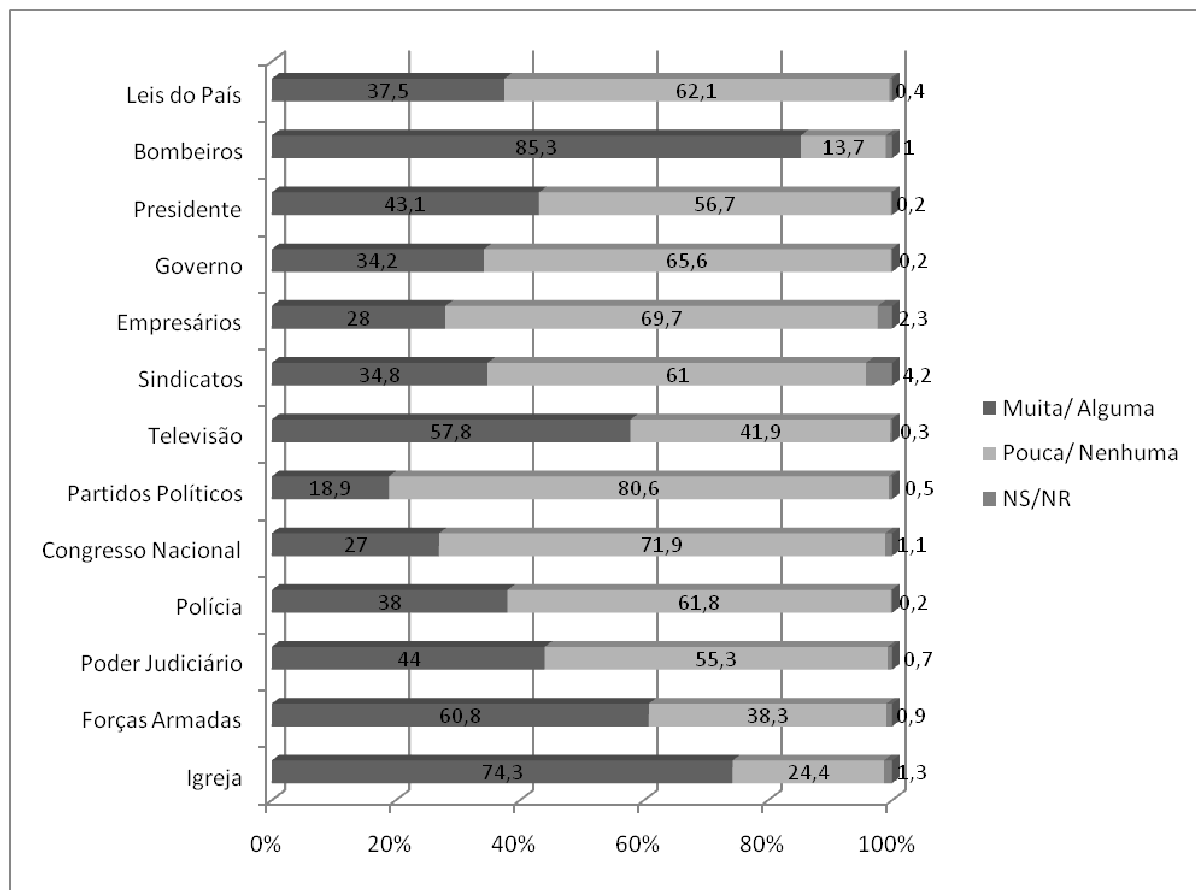


Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004
 Questão utilizada: Gostaria que você avaliasse a atuação de cada das seguintes instituições: Igreja; Forças Armadas; Poder Judiciário; Polícia; Congresso Nacional; Partidos Políticos; Televisão; Sindicatos; Empresários; Governo; Presidente; Bombeiros e Leis do País.
 Avaliação positiva é a soma das respostas “ótimo” e “bom” e avaliação negativa é a soma das respostas “péssimo” e “ruim”.

Já em relação à confiança nas instituições (gráfico 3), a situação não é animadora: em nove das treze citadas, há predomínio de pouca ou nenhuma confiança por parte dos entrevistados - Poder Judiciário, Polícia, Congresso Nacional, Partidos Políticos, Sindicatos, Empresários, Governo, Presidente e Leis do País. Somente em

quatro instituições a maioria dos entrevistados possui alguma ou muita confiança: Igreja; Forças Armadas; Televisão e Bombeiros.

Gráfico 3- Confiança nas instituições



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: Vou citar alguns órgãos públicos e particulares e gostaria de saber qual é o grau de confiança que Você tem em cada um deles. Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança... Igreja; Forças Armadas; Poder Judiciário; Polícia; Congresso Nacional; Partidos Políticos; Televisão; Sindicatos; Empresários; Governo; Presidente; Bombeiros e Leis do País.

Os resultados visualizados nos gráficos acima reforçam o que certos estudos anteriores já explicitaram: há tendência de avaliação negativa e de escassa confiança nas instituições, em especial nas de cunho representativo - Congresso Nacional, Sindicatos e Partidos Políticos - tanto no caso nacional (MOISÉS, 1995) quanto no latino-americano (LAGOS, 2000; ZOVATTO, 2002).

Mas, por que os brasileiros encontram-se nessa situação de déficit de avaliação e confiança nas instituições? Power e Jamison (2005) lançam algumas respostas ao questionamento, referente a todo o contexto latino-americano, destacando três causas:

- 1- Um inalterado cenário de fraco desempenho econômico dos governos, desde que houve a redemocratização até dias atuais, com poucas exceções em alguns curtos períodos;
- 2- Os freqüentes casos de corrupção na área da política. Com isso, os autores acreditam que a democracia passou a ser associada à corrupção na maioria dos países latinos, na visão de seus cidadãos;
- 3- O comum uso instrumental das instituições políticas. Para que o regime seja considerado amplamente legítimo, afirmam os autores, as instituições precisam ser vistas como neutras. Quando elas são percebidas como um meio facilmente maleável para um fim particular, tanto a democracia quanto a reputação de toda a classe política são prejudicadas.

Outra explicação é fornecida por Inglehart (1993), que enfatiza a existência de uma mudança de valores em escala global, onde alguns dos efeitos seriam o desapego e o distanciamento dos cidadãos aos canais tradicionais de representação política, como partidos políticos e sindicatos. Esse movimento não chega a ser danoso à democracia, atesta o autor, mas contribui para o descrédito de suas instituições e para a emergência de meios alternativos de participação política, como as organizações não-governamentais.

Por fim, é necessário sublinhar que os resultados quanto à avaliação e confiança de instituições são parecidos, na maioria dos casos. Isso pode ser explicado, em parte, pelo elevado índice de correlação entre as variáveis, sendo a relação mais fraca a

avaliação e confiança em partidos políticos ($r = 0.194$), o que já é um patamar de dimensão considerável. Os dados podem ser visualizados na tabela 2, abaixo.

Tabela 2- Correlação entre avaliação e confiança em instituições

Instituições	Correlação e P Valor
Igreja	0.385 **
Forças Armadas	0.374 **
Poder Judiciário	0.281 **
Polícia	0.328 **
Congresso Nacional	0.249 **
Partidos Políticos	0.194 **
Televisão	0.310 **
Sindicatos	0.297 **
Empresários	0.293 **
Governo	0.318 **
Presidente	0.392 **
Bombeiros	0.374 **
Leis do País	0.308 **

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. $N = 2004$.

** = P valor menor que 0,01.

Questões:

- Vou citar alguns órgãos públicos e particulares e gostaria de saber qual é o grau de confiança que Você tem em cada um deles. Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança... Igreja; Forças Armadas; Poder Judiciário; Polícia; Congresso Nacional; Partidos Políticos; Televisão; Sindicatos; Empresários; Governo; Presidente; Bombeiros e Leis do País.

- Gostaria que você avaliasse a atuação de cada das seguintes instituições: Igreja; Forças Armadas; Poder Judiciário; Polícia; Congresso Nacional; Partidos Políticos; Televisão; Sindicatos; Empresários; Governo; Presidente; Bombeiros e Leis do País.

4.3- Percepções sobre questões econômicas, políticas e intensidade de corrupção

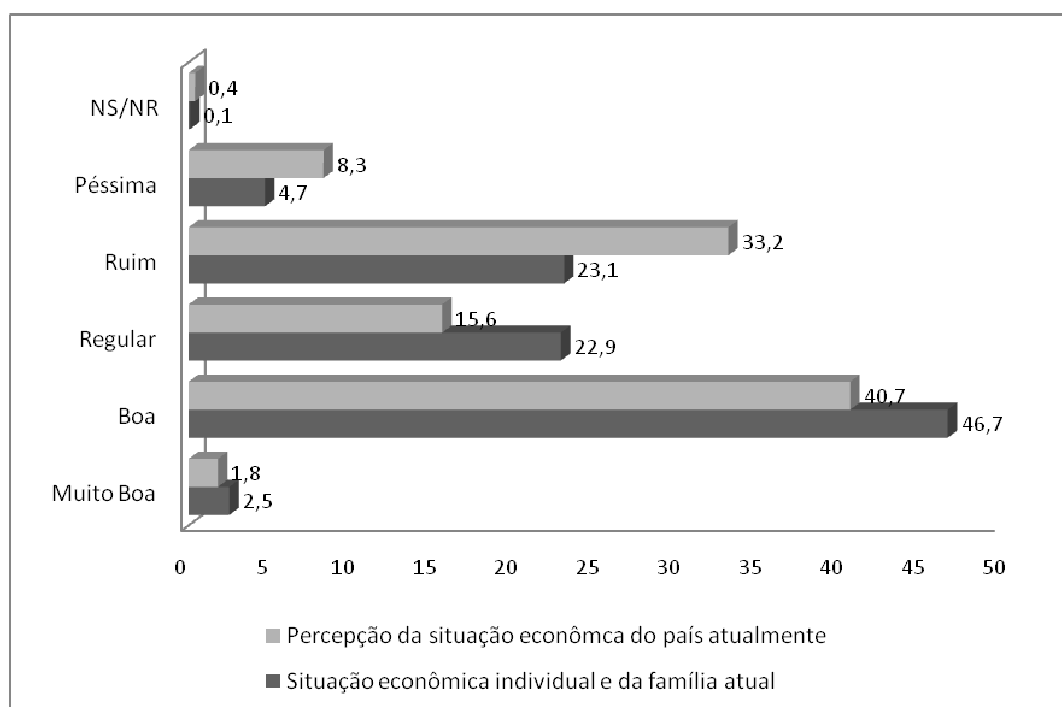
Nesse tópico estão contidas informações acerca das percepções dos cidadãos em relação à situação econômica e política e ao nível de corrupção no país. A exposição detalhada das variáveis utilizadas nesse tópico encontra-se no anexo 2 dessa dissertação.

Referente à percepção da situação econômica atual, do país e da família, a maioria das respostas são positivas: os entrevistados que consideram que o país está em um bom momento econômico (soma das respostas “muito boa” e “boa”) são 42,3%; os

que admitem estar numa situação ruim (soma das respostas “muito ruim” e “ruim”), por sua vez, representam 41,5% do total. Em relação a situação econômica familiar, 49,3% e 27,8% do total de entrevistados declaram estar em situação positiva e negativa, respectivamente.

A percepção de situação econômica futura é a que apresenta mais pujante tendência positiva, tendo 65,2% dos entrevistados boas expectativas em relação a esse aspecto num futuro próximo.

Gráfico 4- Percepção da situação econômica atual (em porcentagem)

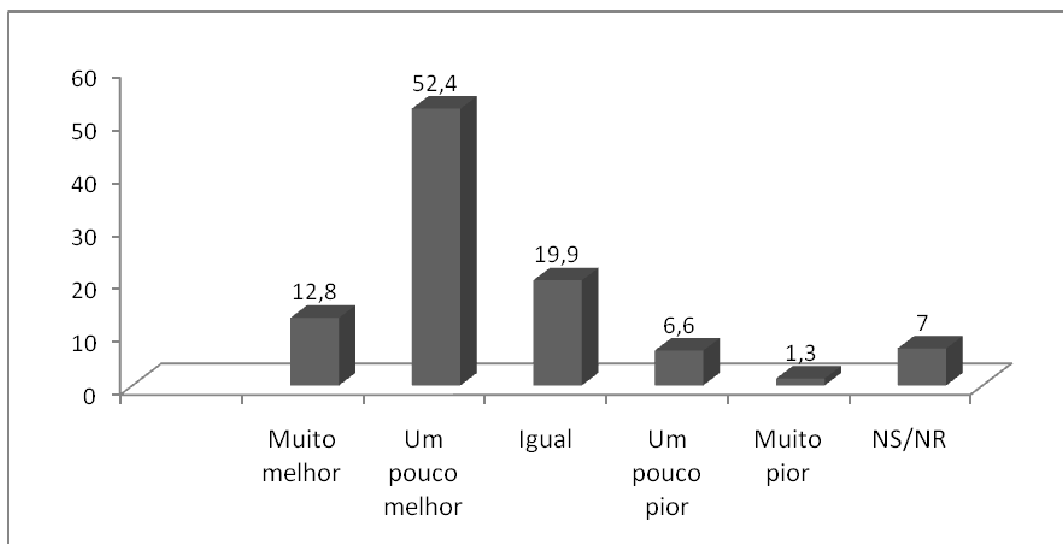


Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questões:

- Como você avalia a situação econômica do país hoje? Muito Boa; Boa; Regular; Ruim; Péssima
- A sua situação econômica atual e a de sua família é : Muito Boa; Boa; Regular; Ruim; Péssima

Gráfico 5- Percepção da situação econômica do país no próximo ano (em porcentagem)



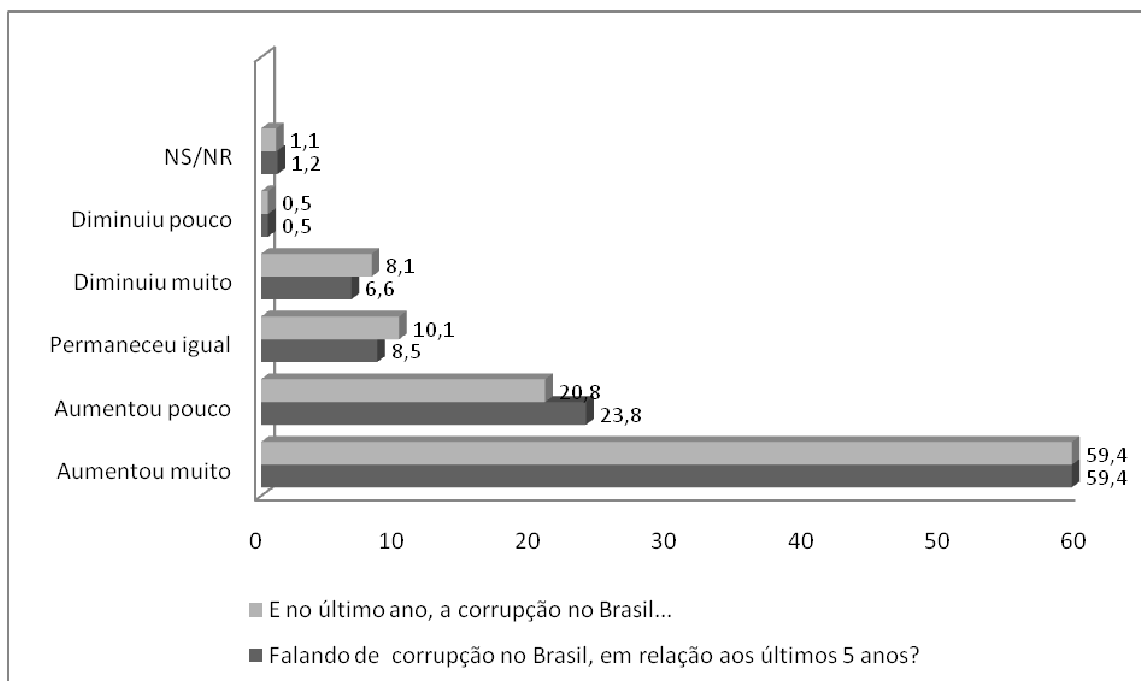
Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: E no próximo ano, a situação econômica do país será : Muito Boa; Boa; Regular: Ruim; Péssima

A corrupção é uma prática vista como cada vez mais freqüente, indicam os dados. Em relação ao último ano, 80,2% dos cidadãos acreditam que ela aumentou pouco ou muito; já referente aos últimos cinco anos, essa consideração é ainda mais forte, atingindo 83,2% de concordância.

Em relação à situação política, as percepções gerais não são positivas. Quando solicitados a dar opinião sobre a situação política atual, 61% dos entrevistados responderam que ela é ruim ou muito ruim, contra um patamar de 23,5% de opiniões de sentido oposto.

Gráfico 6- Percepção de intensidade de corrupção (em porcentagem)



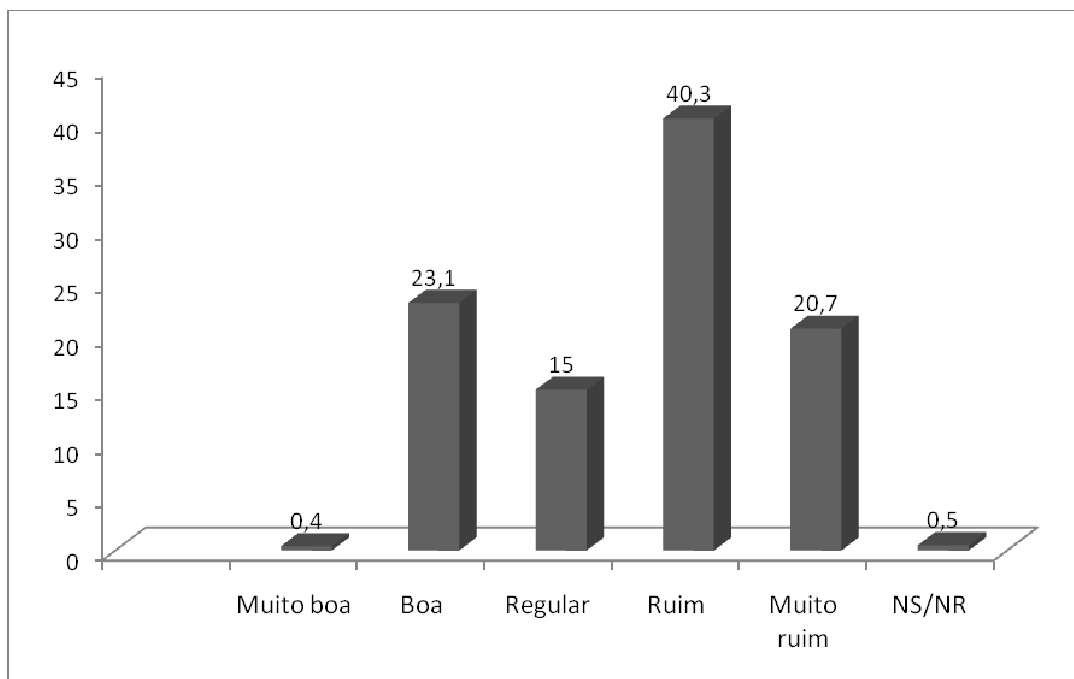
Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questões:

-- Falando ainda de corrupção no Brasil, ela aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu muito ou diminuiu pouco nos últimos 5 anos? Aumentou muito; aumentou pouco; permaneceu igual; diminuiu pouco; diminuiu muito

- E no último ano, a corrupção aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu muito ou diminuiu pouco? Aumentou muito; aumentou pouco; permaneceu igual; diminuiu pouco; diminuiu muito

Gráfico 7- Avaliação da situação política atual (em porcentagem)



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: Como Você avalia a situação política do Brasil hoje? Muito boa; boa; regular; ruim; muito ruim.

As variáveis que mensuram as percepções individuais quanto a situação econômica, política e de intensidade de corrupção nos fornecem um retrato momentâneo do fenômeno em junho de 2006, época em que foi realizada a pesquisa de opinião da qual utilizamos como fonte teórica. À época e em períodos passados recentes, o contexto contribuía para que se formasse entre a população tendências positivas de avaliação e percepção da situação econômica e tendências negativas de avaliação da situação política e percepção de intensidade de corrupção.

A evolução do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) do país é um indicador de sua “saúde econômica”. Os dados a respeito, e fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)²¹, indicam que o Brasil vem tendo índices de magnitude considerável para a sua série histórica desde 2004, crescendo 5,7%; 3,2% e 3,8%, sucessivamente, até o ano de 2006.

Já em relação à situação política e às percepções acerca da intensidade da corrupção, consideramos que as tendências de posicionamentos individuais de sentido negativo são motivadas pelas freqüentes condutas indecorosas dos atores políticos e pelo cumprimento defeituoso de grande parte das instituições quanto aos seus papéis normativos. Não são poucos os casos que servem de exemplo para as afirmações acima. Dentre eles, temos as denúncias do Mensalão e Mensalinho, que vieram à tona ao longo dos anos de 2005 e 2006. No primeiro caso, trata-se de suspeita de uso de contribuição não contabilizada (vulgo caixa-dois) nas eleições nacionais de 2002, favorecendo o candidato vitorioso do Partido dos Trabalhadores (PT). As investigações do caso indicaram que a eleição estadual para Governador do Estado de Minas Gerais, em 1998, teria sido o “laboratório”, a primeira vez que esse esquema teria sido realizado, para favorecer o então candidato Eduardo Azeredo, do Partido da Social Democracia

²¹ Para maiores detalhes, basta acessar o site da instituição na Internet; www.ibge.gov.br.

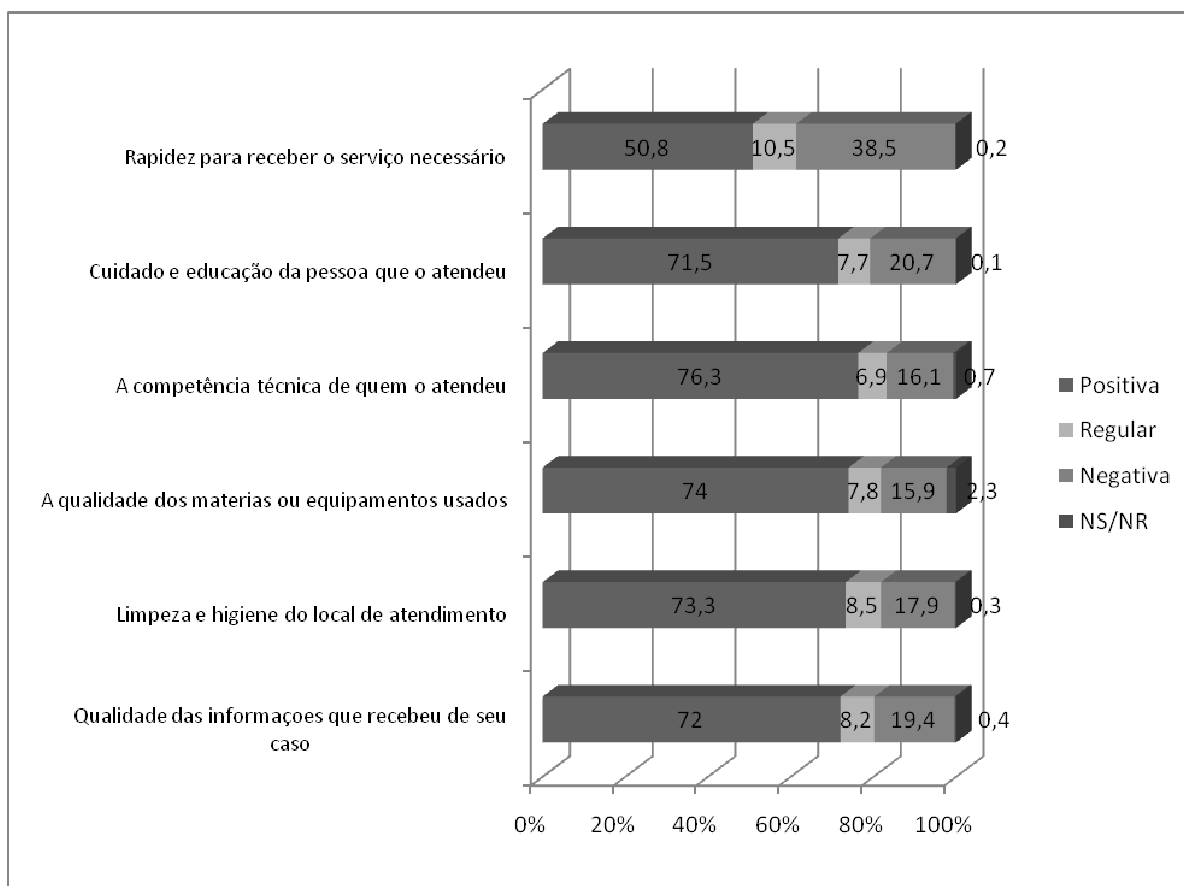
Brasileira (PSDB). Quanto ao Mensalinho, as investigações indicam que consistia em cobranças de propina, por parte do Presidente da Câmara dos Deputados da época, Severino Cavalcanti, a um comerciante que tinha um estabelecimento nessa casa legislativa para que o mesmo tivesse a permissão de continuar a operar seus negócios.

4.4- Utilização e avaliação de serviços públicos

Nossa fonte empírica nos possibilita ir além de somente observar as avaliações gerais de alguns serviços públicos, sendo possível também verificar a intensidade de utilização e a percepção de qualidade de aspectos específicos relacionados a alguns desses serviços. Com relação ao último aspecto, o *survey* aborda apenas questões específicas de hospitais públicos, descritas abaixo, no gráfico 8. Os resultados indicam tendência positiva de avaliação. A exposição detalhada das variáveis utilizadas nesse tópico encontra-se no anexo 2 dessa dissertação.

A literatura especializada indica que, comparativamente, os indivíduos que utilizam os serviços públicos tendem a ter mais confiança nos mesmos que aqueles que não os utilizam. Além disso, também há a indicação de que fatores exógenos aos serviços e instituições públicas contribuem para a formação de uma visão negativa desses órgãos, tendo papel de destaque nesse processo a imprensa e os meios de comunicação de massa em geral.

Gráfico 8- Percepção de qualidade de pontos específicos do serviço de saúde (somente entrevistados que declararam ser usuários de serviços de hospitais públicos)²²



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: Gostaria que você avaliasse se foi ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo os seguintes itens com relação ao atendimento neste hospital: Rapidez para receber o serviço necessário; cuidado e educação da pessoa que o atendeu; a competência técnica de quem o atendeu; a qualidade dos materiais ou equipamentos usados; limpeza e higiene do local de atendimento e qualidade das informações que recebeu o seu caso

Pensamos que um dos critérios para que os indivíduos avaliem algo positivamente ou negativamente é a capacidade desse objeto em questão de realizar, com êxito, o que se propõe a fazer. Sendo assim, o esperado é que aqueles que possuem percepções positivas acerca de aspectos específicos de serviços de hospitais públicos avaliem os serviços de saúde, de maneira geral, da mesma forma.

Apesar dos hospitais públicos não serem os únicos órgãos e competências relativas à área de saúde, suas avaliações serem compatíveis com as avaliações dos

²² A quantidade de entrevistados que responderam a essas questões é de 1455, pois foram excluídos os que afirmaram que nunca haviam utilizados serviços de hospitais públicos, em um questionamento anterior no momento da aplicação da pesquisa de opinião.

serviços públicos de saúde indica coerência de opiniões, pois se parte de um exemplo prático para se avaliar algo mais estruturado de uma mesma área.

Os resultados do cruzamento de dados que mensuram essas duas questões, presente na tabela 3, indicam que (1) um expressivo percentual dos entrevistados (76,1%) possuem percepção negativa de aspectos relacionados a serviços de hospitais públicos e afirmam ter avaliação negativa dos serviços de saúde; (2) que mais da metade dos cidadãos (53,1%) têm percepção positiva de serviços específicos de hospitais públicos e dos serviços públicos de saúde em geral e (3) cerca de 83% dos entrevistados afirmam ter avaliação positiva dos serviços de saúde e percepção positiva de hospitais públicos.

Tais achados nos levam a concluir que as duas suposições lançadas acima estão corretas: de fato, parte da avaliação de serviços públicos de saúde é condicionada pela visão dos indivíduos sobre o seu funcionamento prático e há considerável coerência de opiniões dos cidadãos sobre essa relação.

A segunda afirmação ganha ainda mais legitimidade quando se observa o patamar do coeficiente utilizado no cruzamento, que indica associação, em sentido positivo, de 36,1% entre as variáveis utilizadas. Tal magnitude de associação, em fenômenos estudados pelas ciências humanas, sugere um grau de grandeza expressivo²³. Além disso, esses resultados, aliados às expressivas correlações entre avaliação e confiança em instituições (tabela 2), vão ao encontro das conclusões de Balbachevsky e Holzhacker (2006): apesar de termos em questão aspectos diferentes em ambos os estudos, há a indicação de que o cidadão possui coerência de opiniões quando se trata de fenômenos relacionados aos serviços públicos e instituições.

²³ O coeficiente utilizado, *Somer's D* ou *D* de Somer é o mais utilizado para cruzamento de variáveis de natureza ordinal.

Tabela 3- Cruzamento de dados de avaliações de serviços públicos de saúde e percepção de qualidade de serviços da área de saúde (somente entrevistados que declararam ser usuários de serviços de hospitais públicos)²⁴

Avaliação de serviços públicos de saúde	Índice de percepção de qualidade de aspectos específicos de hospitais públicos			
	Negativa	Regular	Positiva	Total
Negativa	153 21,6% 76,1%	276 39% 65,7%	279 39,4% 35,2%	708 100% 50,1%
Regular	35 17,9% 17,4%	67 34,4% 16%	93 47,7% 11,7%	195 100% 13,8%
Positiva	13 2,5% 6,5%	77 15,1% 18,3%	421 82,4% 53,1%	511 100% 36,1%
Total	201 14,2% 100%	420 29,7% 100%	793 56,1% 100%	1414 100% 100%

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questões:

- Como você avalia os serviços públicos do país em relação ao serviço de (...). Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Serviços de saúde
- Gostaria que você avaliasse se foi ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo os seguintes itens com relação ao atendimento neste hospital: Rapidez para receber o serviço necessário; cuidado e educação da pessoa que o atendeu; a competência técnica de quem o atendeu; a qualidade dos materiais ou equipamentos usados; limpeza e higiene do local de atendimento e qualidade das informações que recebeu o seu caso

Coefficientes	Valor	P valor
Somers' D	0,361	**

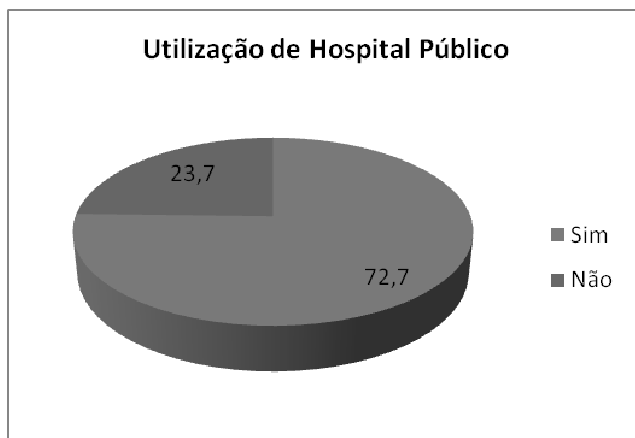
Em relação à utilização ou contato direto com os serviços públicos, os dados disponíveis cobrem apenas três áreas: saúde (hospitais públicos); polícia e transportes públicos²⁵. Como podemos observar nos gráficos 9, 10 e 11, é comum para grande parcela da população o uso de hospitais e transportes públicos. Os serviços policiais são menos procurados e utilizados, mas isso não chega a ser surpresa, uma vez que

²⁴ Cabe lembrar que nem todos os entrevistados responderam as questões sobre pontos específicos relacionados a hospitais públicos. Por conta disso, retiramos os casos em que os entrevistados avaliaram os serviços públicos de saúde, mas afirmaram nunca ter tido contato direto com os hospitais públicos. Tomamos essa atitude para não haver cruzamento de dados incompatíveis entre si, ou seja, de pessoas que avaliam serviços de saúde, mas que sequer responderam sobre a qualidade de alguns pontos específicos referentes a hospitais públicos. O montante desses casos que denominamos de "inválidos" é de 549. Com a eliminação também das opções de respostas "não sei" e "não respondeu" nas duas variáveis, o número de casos em interação diminuiu ainda mais, chegando, ao final, em 1414 entrevistas utilizadas.

²⁵ Foram excluídas as respostas "não sei" e "não respondeu". Sendo assim, temos 1967; 1994 e 2000 casos válidos nos gráficos 9, 10 e 11, respectivamente.

geralmente os cidadãos procuram a força policial somente em casos extremos, para notificar ou denunciar algum crime.

Gráfico 9- Utilização de Hospital Público (em porcentagem e somente respostas válidas)



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: Você já utilizou os serviços de hospitais públicos? Não utilizou; Sim, utilizou nos últimos 6 meses; Sim, utilizou há mais de 6 meses.

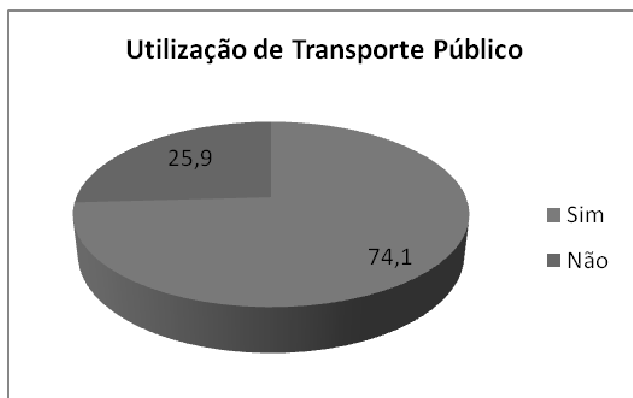
Gráfico 10- Utilização de serviços de Polícia (em porcentagem e somente respostas válidas)



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: Você já utilizou os serviços de polícia? Não utilizou; Sim, utilizou nos últimos 6 meses; Sim, utilizou há mais de 6 meses.

Gráfico 11- Utilização de serviços de Transporte Público (em porcentagem e somente respostas válidas)



Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questão: Você já utilizou os serviços de transporte público? Não utilizou; Sim, utilizou nos últimos 6 meses; Sim, utilizou há mais de 6 meses.

Alguns estudos consideram que os meios de comunicação oferecem visões negativas sobre serviços e instituições públicas e que isso afeta a visão dos cidadãos sobre os mesmos (PUTNAM, 1995; 2001). Por outro lado, em MORI (2003) temos a indicação de que os indivíduos que possuem maior contato direto com hospitais públicos na Grã-Bretanha são também os mais confiantes nesses serviços. Sendo assim, consideramos que deve haver uma distinção de visão acerca dos serviços públicos entre os que os utilizam e os que não os utilizam e que essa distinção se dá de modo que os que possuem contato apresentam melhor avaliação que aqueles que apenas baseiam suas opiniões sobre os serviços através de relatos de terceiros ou de notícias recebidas dos meios de comunicação de massa.

Para testar tal idéia, cruzamos os dados de variáveis que mensuram utilização e avaliação de serviços das áreas de polícia, saúde e transporte (tabelas 4, 5 e 6)²⁶. Em todos os casos, há a indicação de que os que utilizam os serviços públicos tendem a avaliá-los mais positivamente que aqueles que não os utilizam, mas a intensidade de

²⁶ Foram excluídas as opções de respostas "não sei" e "não respondeu". Desse modo, foram retiradas 12, 7 e 44 entrevistas nas tabelas 4, 5 e 6, respectivamente.

dessa relação fraca²⁷. Nos dois primeiros casos, ocorre associação de sentido positivo de 8% e 9%, respectivamente. Quanto aos serviços de transporte, a associação positiva é de 4,7%, mas sem significância estatística.

Tabela 4- Utilização e avaliação de serviços de polícia (em porcentagem e somente respostas válidas)

Avaliação de serviços de polícia	Utilização de serviços de Polícia		
	Não	Sim	Total
Péssimo	222	68	290
	76,6	23,4	100
	13,5	19,3	14,6
Ruim	517	117	634
	81,5	18,5	100
	31,5	33,2	31,8
Regular	264	39	303
	87,1	12,9	100
	16,1	11,1	15,2
Bom	597	122	719
	83,0	17,0	100
	36,4	34,7	36,1
Ótimo	40	6	46
	87,0	13,0	100
	2,4	1,7	2,3
Total	1640	352	1992
	82,3	17,7	100
	100	100	100

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questões:

- Como você avalia os serviços públicos do país em relação ao serviço de (...). Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Polícia
- Você já utilizou os serviços de polícia? Não utilizou; Sim, utilizou nos últimos 6 meses; Sim, utilizou há mais de 6 meses.

Coeficientes	Valor	P valor
Cramer's V	0,080	*

²⁷ O coeficiente utilizado é o Cramer's V ou V de Cramer, considerado o mais indicado para cruzamento de variáveis nominais com ordinais.

Tabela 5- Utilização e avaliação de serviços públicos de saúde (em porcentagem e somente respostas válidas)

Avaliação de serviços públicos de saúde	Utilização de Hospital Público		
	Não	Sim	Total
Péssimo	112 29,2 20,6	272 70,8 18,7	384 100 19,2
Ruim	205 31,4 37,7	448 68,6 30,8	653 100 32,7
Regular	63 23,7 11,6	208 76,3 14,0	266 100 13,3
Bom	156 24,6 28,7	478 75,4 32,9	634 100 31,7
Ótimo	8 13,3 1,5	52 86,7 3,6	60 100 3,0
Total	544 27,2 100	1453 72,8 100	1997 100 100

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questões:

- Como você avalia os serviços públicos do país em relação ao serviço de (...). Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Saúde
- Você já utilizou os serviços de hospital público? Não utilizou; Sim, utilizou nos últimos 6 meses; Sim, utilizou há mais de 6 meses.

Coeficientes	Valor	P valor
Cramer's V	0,090	**

Tabela 6- Utilização e avaliação de serviços públicos de transporte (em porcentagem e somente respostas válidas)

Avaliação de serviços públicos de transporte	Utilização de Transportes Públicos		
	Não	Sim	Total
Péssimo	61 23,6 12,7	198 76,4 13,4	259 100 13,2
Ruim	132 27,8 27,4	343 72,2 23,2	475 100 24,2
Regular	51 21,9 10,6	182 78,1 12,3	233 100 11,9
Bom	228 24,2 47,3	716 75,8 48,4	944 100 48,2
Ótimo	10 20,4 2,1	39 79,6 2,6	49 100 2,5
Total	482 24,6 100	1478 75,4 100	1960 100 100

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Questões:

- Como você avalia os serviços públicos do país em relação ao serviço de (...). Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Saúde
- Você já utilizou os serviços de hospital público? Não utilizou; Sim, utilizou nos últimos 6 meses; Sim, utilizou há mais de 6 meses.

Coeficientes	Valor	P valor
Cramer's V	0,047	ns

Os resultados confirmam, em parte, a primeira hipótese elaborada, de que os “cidadãos que utilizam serviços públicos possuem, comparativamente, avaliações mais positivas desses serviços que aqueles que não os utilizam”. A confirmação é parcial porque não são todos os casos em que isso ocorre (não há associação estatisticamente significativa para serviços públicos de transporte) e porque a intensidade de associação é modesta. Esses achados têm feições parecidas com os divulgados no estudo de MORI (2003), para o caso dos serviços de saúde e referente ao contexto britânico. Nessa obra, há a indicação de que os cidadãos que apresentam contato direto com os serviços oferecidos pelos hospitais públicos possuem mais confiança nos serviços públicos de saúde que aqueles que não possuem tal contato.

4.5- *Dimensões do desempenho governamental*

Nessa dissertação, temos a concepção de que as avaliações ao nível individual de aspectos econômicos, políticos, serviços públicos e de corrupção são elementos constitutivos do que entendemos por “desempenho governamental”. Pretendemos ir mais a fundo nessa questão, verificando se, entre os cidadãos, há o entendimento de que todos esses aspectos fazem parte de uma única dimensão de sentido ou se ocorre o inverso.

Para tanto, realizamos um teste de análise fatorial com as variáveis que mensuram todos esses aspectos. Tal ferramenta estatística é capaz de demonstrar quais questões possuem relativa dissociação entre si, alocando-as em vários fatores, caso seja esse o caso. As variáveis que se aglutinam em um mesmo fator possuem considerável associação entre si, ou seja, expressam um mesmo sentido, sob o ponto de vista dos cidadãos. Todas as questões utilizadas nesse teste podem ser consultadas no anexo 2 dessa dissertação.

São cinco os fatores constitutivos de desempenho governamental. O primeiro e o quarto evidenciam “*Avaliações de instituições*”, sendo que no último fator destacado agrupam-se as instituições mais bem avaliadas e dignas de confiança pelos entrevistados: Igreja, Bombeiros, Forças Armadas, Televisão e Poder Judiciário - o último apresenta cargas estatísticas relevantes nos dois fatores citados, sendo a mais expressiva no primeiro - (gráficos 2 e 3). No segundo fator, há aglutinação de todas as variáveis que expressam “*Avaliação de serviços públicos*”. Podemos dar o nome de “*Percepções de situação econômica e política*” ao terceiro fator, onde questões que mensuram percepção da situação econômica familiar e do país e política do país estão presentes. Por fim, temos no quinto fator as “*Percepções acerca de corrupção*”.

Os cinco fatores gerados conseguem explicar aproximadamente 52% do total de variância das questões envolvidas no teste, sendo a primeira dimensão a mais relevante, por explicar sozinha um pouco mais de 27%.

A divisão da distribuição das variáveis em cinco fatores indica que o conjunto de elementos que classificamos como constitutivos de desempenho governamental não são entendidos pelos cidadãos como muito associados, como sendo partes de uma única dimensão de sentido. Sendo assim, as questões elencadas desempenham diferentes papéis e influenciam de distintas maneiras as opiniões, atitudes e comportamentos individuais. Tal constatação nos leva a rejeitar a segunda hipótese, que considerava que *“Avaliações de instituições e serviços públicos e percepções de situação econômica, política e de intensidade de corrupção são aspectos vistos pelos cidadãos como estreitamente associados para constituírem o que chamamos de desempenho governamental”*.

Os resultados, que indicam dissociação entre as questões constitutivas de desempenho governamental, vão ao encontro dos achados de Meneguello (2006; 2007). Ao investigar as bases da adesão dos cidadãos ao regime democrático no Brasil, a autora destaca, dentre outras coisas, que os cidadãos compreendem as avaliações de instituições e serviços públicos como sendo coisas distintas.

Essas observações também nos direcionam a adentrar mais nos efeitos das variáveis que mensuram desempenho governamental podem ter no apoio popular à democracia no país. Se elas representam diferentes coisas para os cidadãos, é de se esperar que seus efeitos para o fenômeno a ser estudado levem a diferentes direções. É o que investigamos no tópico seguinte.

Tabela 7- Dimensões do desempenho governamental

VARIÁVEIS	FATORES				
	1	2	3	4	5
Avaliação da Igreja				0.565	
Avaliação das Forças Armadas				0.604	
Avaliação do Poder Judiciário	0.501			0.454	
Avaliação da Polícia	0.461				
Avaliação do Congresso Nacional	0.744				
Avaliação dos Partidos Políticos	0.775				
Avaliação da Televisão				0.543	
Avaliação dos Sindicatos	0.659				
Avaliação dos Empresários	0.719				
Avaliação do Governo	0.688				
Avaliação do Presidente	0.492				
Avaliação dos Bombeiros				0.647	
Avaliação das Leis do País	0.590				
Avaliação dos serviços públicos de Habitação		0.605			
Avaliação dos serviços públicos de Polícia		0.536			
Avaliação dos serviços públicos de Saúde		0.740			
Avaliação dos serviços públicos de Educação		0.723			
Avaliação dos serviços públicos de Transportes		0.684			
Avaliação dos serviços públicos de Seguro- Desemprego		0.593			
Avaliação dos serviços públicos de Esgotos e Saneamento		0.642			
Avaliação dos serviços públicos de Previdência		0.606			
Percepção da situação econômica do país atualmente			0.677		
Percepção da situação econômica do país no próximo ano			0.606		
Percepção da situação econômica pessoal e da família atualmente			0.670		
Percepção de queda ou aumento da corrupção - últimos 5 anos					0.820
Percepção de queda ou aumento da corrupção - último ano					0.819
Avaliação da situação política atual			0.474		

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Fatores	Eigenvalues		
	Total	% da variância	% da variância acumulada
1	7,297	27,027	27,027
2	2,169	8,035	35,063
3	2,015	7,462	42,525
4	1,388	5,140	47,665
5	1,127	4,173	51,838

4.6- Influências do desempenho governamental no apoio à democracia

O objetivo desse tópico é demonstrar a força explicativa e os tipos de efeitos que as variáveis que mensuram desempenho governamental possuem na formação de apoio dos cidadãos ao regime democrático no Brasil.

Selecionamos duas questões que acreditamos expressar com considerável precisão o apoio popular ao regime democrático. Trata-se do “apoio contingente” ou “hipótese de Churchill” e da concordância com a idéia de que a democracia é o melhor sistema de governo. A utilização de tais questões para esse fim é comum na literatura

especializada. Richard Rose (2002) considera a primeira como a melhor forma de medição de apoio a regime democrático em novas democracias, pois compara preferências por regimes distintos vivenciados pela população na história recente. Já o segundo item é mais direto e objetivo, medindo a concordância ou discordância com a idéia de que o regime político democrático é o melhor sistema de governo. Meneguello (2006; 2007) demonstra que as duas variáveis são fortemente associadas, tendo como base duas pesquisas de opinião nacionais, realizadas nos anos de 2002 e 2006. A literatura dessas duas variáveis utilizadas pode ser consultada no anexo 4 dessa dissertação.

Acreditamos que a realização de regressões logísticas binárias é o meio mais recomendável para cumprir com sucesso nossos objetivos, pois tal ferramenta estatística indica o poder preditivo do conjunto das variáveis independentes ou explicativas para a questão a ser explicada e indica a razão de chance de ocorrer o fenômeno posto em análise para cada item elencado como explicativo.

Vale destacar dois pontos:

- Somente são colocadas em evidência no texto as variáveis independentes que possuem significância estatística. Tomamos essa decisão para facilitar a visualização dos resultados e para poupar a utilização de espaço no corpo do texto principal da dissertação. Os detalhamentos dos testes de regressão podem ser consultados no anexo 5 dessa dissertação;
- São criados alguns índices e inseridos como parte do conjunto das variáveis independentes. Para conhecimento e detalhes da construção desses índices, o anexo 6 dessa dissertação deve ser consultado.

Tabela 8- Desempenho governamental e adesão à democracia, tendo apoio contingente como variável dependente

Variável dependente: Apoio à democracia (Hipótese de “Churchill” ou contingente)

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
Percepção da situação econômica do país no próximo ano (igual)		*	
Melhor	0,354	*	1,425
Avaliação dos Bombeiros (regular)		**	
Positiva	1,343	**	3,829
Negativa	1,437	**	4,207
Avaliação das Leis do País (regular)		**	
Negativa	-0,593	**	0,552
Avaliação dos serviços de transporte público (regular)		**	
Negativa	0,644	*	1,903
Avaliação dos serviços de Seguro- Desemprego (regular)		*	
Negativa	-0,630	*	0,533
Utilização de Hospital Público	0,550	**	1,734
Utilização de Polícia	0,381	*	1,463
Constante	-1,020		0,361

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

** = P valor menor ou igual a 0,01

* = P valor menor ou igual a 0,05

ns = não significante estatisticamente

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1775,470	,123	,165

Tabela 9- Desempenho governamental e adesão à democracia, tendo aceitação da idéia de que democracia é a melhor forma de governo como variável dependente

Variável dependente: “Democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
Avaliação dos Sindicatos (regular)		*	
Positiva	,744	**	2,105
Avaliação das Leis do País (regular)		**	
Positiva	,769	**	2,158
Índice de avaliação de instituições - Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País. (Regular)		*	
Negativa	,684	**	1,982
Avaliação de serviços de Polícia (regular)		**	
Positiva	,546	*	1,726
Negativa	,749	**	2,115
Percepção da situação econômica do país ano que vem (igual)		**	
Pior	-,643	**	,526
Melhor	,363	*	1,438
Constante	-,383	,ns	,682

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

** = P valor menor ou igual a 0,01

* = P valor menor ou igual a 0,05

ns = não significante estatisticamente

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1644,532	,103	,144

Os coeficientes de predição atingem os patamares de 16,5% e 14,4%, respectivamente. Tal magnitude expressa que o conjunto de variáveis que medem desempenho governamental explica pouco a variação total da questão a ser explicada, ou seja, tais questões mostram-se relevantes para entender o apoio dos cidadãos ao regime democrático no país, só que em escala moderada. Os resultados são equivalentes aos encontrados em boa parte dos estudos internacionais sobre o tema, citados no capítulo dois, confirmando uma tendência anteriormente observada na literatura especializada. Portanto, podemos afirmar que desempenho governamental - no contexto brasileiro e em período recente - é algo que importa para entender o apoio à democracia, mas que, sozinho, explica pouco o fenômeno. Com isso, podemos dizer que a terceira hipótese elaborada é confirmada: *“Os aspectos entendidos como constitutivos de desempenho governamental possuem pouca capacidade de explicar o apoio à democracia entre os cidadãos”*.

Conforme já destacado no capítulo introdutório, essa dissertação contribui para a verificação dos efeitos dos serviços públicos no apoio à democracia, algo não muito explorado pela literatura especializada. Desse modo, torna-se imprescindível investir considerável atenção nesse aspecto. O que podemos observar é que utilização e avaliação de serviços públicos contribuem para o apoio à democracia, nos dois modelos elaborados. No caso em que a variável dependente é o “apoio contingente”, aqueles que avaliam negativamente os serviços de transporte público e utilização de hospital público e polícia possuem 90,3%, 73,4% e 46,3%, respectivamente, mais chances de apoiar a democracia, em comparação com os que possuem avaliação regular e não utilizaram os serviços. Já ter avaliação negativa do Seguro-Desemprego contribui com menos 46,7% de chances de apoio do que ter avaliação regular. Quando a variável dependente é a afirmação de que democracia é o melhor sistema de governo, os cidadãos que avaliam

de modo positivo e negativo os serviços de polícia possuem, respectivamente, 72,6% e 111,5% mais chances de aceitar a afirmação, em comparação com os que avaliam de modo regular.

Além dessas variáveis, as que expressam avaliações de algumas instituições e percepção da situação econômica do país no ano seguinte ao da realização da pesquisa também aparecem como estatisticamente significantes. Quanto ao último aspecto destacado, podemos verificar que aqueles que consideram que a situação econômica estará melhor possuem, nos dois modelos, mais chances de apoiar a democracia que os que pensam que tudo continuará na mesma.

É importante sublinhar que as percepções quanto à intensidade de corrupção no país não aparece com significância estatística nos dois casos. Talvez isso seja um indicativo de que os cidadãos julgam os comportamentos desviantes e fora das leis e das normas de instituições e atores políticos como algo a ser separado da valoração ao regime democrático. Acreditamos que nossas considerações ganham ainda mais relevância quando verificamos que Meneguello (2007) também encontra, através de testes de análise fatorial, que percepção sobre o nível de corrupção no país é uma dimensão não associada diretamente ao apoio à democracia.

Todos os testes estatísticos realizados até o momento somente contém questões que expressam desempenho governamental. Apesar dos resultados mostrarem que esses elementos realmente importam para entender o apoio dos cidadãos à democracia, ainda falta observar se essa relevância se mantém quando são inseridas na análise questões de outras naturezas, tradicionalmente exploradas pela literatura especializada no tema, como as que indicam caracterização socioeconômica e demográfica e aspectos referentes à cultura política.

Algumas obras tratam dos efeitos dessas questões para o comportamento político dos cidadãos em países democráticos. Moisés (1995), explorando o caso nacional, aponta que as atitudes mais críticas em relação ao sistema político estão concentradas entre os cidadãos de maior renda familiar, de níveis de escolarização mais elevados, de ocupações não-manuais e de integração ecológica com grandes centros urbanos do país. Os brasileiros pertencentes ao estrato mais pobre e rural do país tendem a ser mais “cínicos” (no sentido de possuírem atitudes que indicam indiferença e desinteresse pela política) e a terem uma visão mais positiva, tanto na confiança que depositam nas instituições políticas, quanto na satisfação com o governo existente. Para o autor, a educação é elemento absolutamente crucial para qualificar as atitudes políticas dos cidadãos brasileiros. Em comparação com outras variáveis que chama de estruturais (renda, raça, ocupação, etc.), a educação é a que demarca uma linha divisória mais clara entre aqueles que, por um lado, se sentem subjetivamente motivados a participar da vida política, que são capazes de avaliar criticamente o funcionamento das instituições e a capacidade dos governos de atender as demandas e os que estão alheios à participação e são acrílicos das instituições e dos governos.

Já Rennó (2001) investiga o papel da confiança interpessoal em alguns tipos de comportamento político dos cidadãos no contexto latino-americano e verifica que há considerável correlação desse tipo de confiança com participação política (disposição para convencer as pessoas de aceitarem determinada visão política, para trabalhar para uma questão comunitária e para um partido político); confiança em instituições e atores políticos; percepções positivas sobre cidadania (existência de tratamento igual a todos pela lei, consideração de que o povo tem consciência de suas obrigações legais e avaliação positiva da honestidade individual) e consideração de que eleições são processos transparentes e justos de eleição de representantes. Para Inglehart (1993),

confiança interpessoal é fator crucial para a democracia, pois considera que é elemento determinante para a existência do regime democrático, caso seja observada em níveis consideráveis no bojo da sociedade.

Putnam (2000), por sua vez, destaca que capital social é um componente importante para definição de opiniões, atitudes e comportamentos dos cidadãos. Analisando o caso italiano, observa que as configurações das avaliações individuais acerca do desempenho das instituições se associa fortemente com os diferentes níveis de capital social, sendo as regiões com maiores índices de capital social as que possuem as avaliações mais positivas.

Devido às consistentes e importantes conclusões desses estudos a respeito das atitudes políticas dos indivíduos, esperamos que o novo conjunto de variáveis elencadas para explicar o apoio popular apareçam como fortes determinantes ao fenômeno.

Sendo assim, adicionamos variáveis que mensuram caracterização socioeconômica e demográfica e aspectos de cultura política para explicar o apoio popular à democracia no Brasil. No primeiro conjunto de variáveis, temos as que expressam sexo, idade, renda mensal familiar, nível de instrução, cor, religião e porte do município. Em relação à cultura política, selecionamos questões sobre capital social, atitudes políticas e confiança social.

Os resultados apresentam-se abaixo das expectativas (tabelas 10 e 11). Houve um incremento da capacidade preditiva do conjunto de variáveis independentes elencadas, em comparação com o modelo com somente questões de desempenho governamental, atingindo 20,5% e 17,9%, respectivamente. Entretanto, isso significa apenas uma pequena adição no poder de explicação dos elementos arrolados como determinantes, de 24,25% e 24,30% a mais, respectivamente. Além disso, quando a variável a ser explicada é a concordância com a frase que afirma que a democracia é o

melhor sistema de governo, nenhuma das questões sobre caracterização socioeconômica e demográfica e aspectos de cultura política mostraram-se estatisticamente significantes. Ou seja, quando o apoio popular à democracia é mensurado de forma competitiva, destacando as virtudes da democracia ante outras formas existentes de regime político, algumas das questões incorporadas nas análises mostram-se importantes, mas quando a variável a ser explicada é o posicionamento de aceitação direta e objetiva à idéia da democracia como melhor forma de governo, as caracterizações socioeconômicas e demográficas e cultura política mostram-se irrelevantes.

Com relação ao que foi evidenciado pelas regressões, observamos que, em geral, os cidadãos que possuem avaliações positivas nas instituições possuem mais chances de apoiar o sistema político democrático que os que as avaliam de modo regular. As avaliações dos serviços públicos, mesmo com a incorporação das novas variáveis independentes, continuam sendo relevantes para a sustentação da democracia no país. Por fim, cabe destacar que os efeitos do índice de atitudes políticas ocorre de acordo com o que sugere as teorias e achados empíricos de estudos da área, ou seja, os cidadãos caracterizados como possuidores de atitudes políticas não-convencionais (aqueles que agem de modo a participar da política por vias não tradicionais, como através de greves, protestos, abaixo-assinados, etc.) possuem 38,3% mais chances de apoiar a democracia que os que possuem atitudes políticas convencionais ou mistas.

Tabela 10- Variáveis estruturais, valores e desempenho governamental e adesão democrática, tendo apoio contingente como variável dependente

Variável dependente: Apoio à democracia (Hipótese de “Churchill” ou contingente)

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
<i>Avaliação do Congresso Nacional (regular)</i>		**	
Positiva	,774	*	2,168
<i>Avaliação dos Bombeiros (regular)</i>		**	
Positiva	1,457	**	4,293
Negativa	1,284	*	3,611
<i>Índice de avaliação de instituições - Igreja, Forças Armadas, Televisão e Bombeiros. (Negativa/ Regular)</i>		-	
Positiva	-,540	*	,583
<i>Avaliação de serviços de Saúde (regular)</i>		**	
Positiva	,626	*	1,871
<i>Avaliação de serviços de Transportes (regular)</i>		**	
Negativa	,761	*	2,140
<i>Idade (60 anos ou mais)</i>		*	
De 16 a 24 anos	-,879	**	,415
De 25 a 34 anos	-,909	**	,403
De 34 a 44 anos	-,786	**	,456
De 45 a 59 anos	-,627	*	,534
<i>Instrução (Analfabetos/ Primário incompleto)</i>		*	
Primário completo	,673	**	1,960
Fundamental Completo/ Incompleto	,517	*	1,677
Superior Completo/ Incompleto	,870	**	2,387
<i>Religião (Católicos)</i>		**	
Não possui religião/ Ateus	-,980	**	,375
<i>Perfil do Município (Interior)</i>		-	
Capital e Região Metropolitana	,469	**	1,599
<i>Atitude política (convencional e mista)</i>		-	
Não-convencional	,324	*	1,383
Constante	-1,461	ns	,232

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

** = P valor menor ou igual a 0,01

* = P valor menor ou igual a 0,05

ns = não significante estatisticamente

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1422,779	,153	,205

Tabela 11- Variáveis estruturais, valores e desempenho governamental e adesão democrática, tendo aceitação da idéia de que democracia é a melhor forma de governo como variável dependente

Variável dependente: “Democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
<i>Avaliação das Leis do País (regular)</i>		**	
Positiva	,877	**	2,403
<i>Índice de avaliação de instituições - Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País. (Regular)</i>		*	
Negativa	,766	*	2,151
<i>Avaliação de serviços de Polícia (regular)</i>		*	
Negativa	,689	*	1,991
<i>Percepção da situação econômica do país ano que vem (igual)</i>		**	
Pior	-,629	*	,533
<i>Constante</i>	,155	ns	1,167

Fonte: “A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

** = P valor menor ou igual a 0,01

* = P valor menor ou igual a 0,05

ns = não significante estatisticamente

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1330,235	,129	,179

5- Conclusão

As pesquisas científicas possuem duas naturezas e finalidades, apontam Booth, Colomb e Williams (2000): podem ser as chamadas pesquisas “puras”, ou seja, aquelas que se propõem a tratar exclusivamente de problemas lógicos e/ ou teóricos, possuindo, desse modo, conseqüências conceituais e podem possuir características empíricas, sendo o conhecimento e/ ou as soluções de problemas práticos os seus objetivos.

Como não poderia ser diferente, os estudos vinculados à ciência política se inserem nessa classificação. Essa dissertação, por exemplo, encaixa-se no segundo conjunto de pesquisas acima elencadas, tendo ambições de conhecimento (mas não de soluções) de problemas práticos. A modesta contribuição dessa obra é em entender mais sobre o processo de adesão democrática no Brasil em tempos recentes. Ao longo do texto, procuramos evidências do quanto os aspectos que entendemos serem ligados a desempenho governamental são relevantes para o apoio ao regime democrático no país.

De acordo com Babbie (2005), a tendência entre os cientistas sociais é de buscarem regularidades no comportamento social através de observações e medidas cuidadosas, descobertas de relações e elaborações de modelos e teorias. Acreditamos que tal definição é integralmente aplicada ao nosso trabalho. Através da exploração de dados de uma pesquisa de opinião nacional (*survey*), buscamos relações entre variáveis que mensuram opiniões, atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos para a explicação do problema de pesquisa elencado: os pilares da adesão democrática no Brasil. A utilização de um *survey* nacional nos capacita a fazer generalizações de resultados para todo conjunto da população brasileira, sendo esse instrumento de análise algo já consagrado em nosso ramo da ciência, assim como em vários outros que buscam conhecimento e explicação para comportamentos humanos.

No caso específico dessa obra, os caminhos teóricos e metodológicos seguidos limitam as nossas intenções, pois nos capacitam somente a indicarmos um diagnóstico ou uma descrição do fenômeno em estudo, a clarificarmos melhor nossa problemática. Por basearmos nossas observações empíricas em apenas um *survey* aplicado em um único ano, nos é vedada a capacidade de gerarmos teorias ou modelos explicativos, pois não temos a visualização temporal do nosso problema de pesquisa, o que é entendido por nós como elemento essencial e crucial para realização de um objetivo de tal envergadura.

Partindo para alguns achados que nossa investigação científica evidencia, sublinhamos que certas instituições gozam da boa avaliação e da confiança da maioria dos brasileiros, enquanto outras são extremamente mal avaliadas e sofrem forte desconfiança. Referimo-nos às instituições tradicionais (Igreja, Forças Armadas e Bombeiros) e às representativas (Sindicatos, Partidos Políticos e Congresso Nacional), respectivamente.

Tal cenário é algo exclusivo à realidade brasileira? Estudos especializados indicam que não, que a síndrome da negativa avaliação e da desconfiança com instituições representativas é um movimento regional e mundial que tem se desenvolvido desde a década de 70. Estudos realizados nessa referida década enfatizavam que as opiniões negativas quanto a essas instituições era indicativo de que o regime democrático estava desmoronando, ou seja, era sinal da perda de legitimidade democrática (CROZIER, HUNTINGTON, WATANUKI, 1975). Os resultados de algumas outras obras e o próprio desenrolar da história nos mostrou que a tese era exagerada. Acreditamos que uma explicação plausível para o fenômeno aparece em Inglehart (1993), onde o autor enfatiza que essa tendência é resultado da mudança gradual de valores pela qual passam os países, em especial, os desenvolvidos. Para ele,

estariam ocorrendo mudanças graduais de prioridades de valores, dos materialistas para os pós-materialistas. Isso resultaria, dentre outras coisas, na emersão cada vez maior de comportamentos e atitudes contestatórias às formas de participação e representação política tradicionais. Entretanto, diferentemente do que pode parecer à primeira vista, os valores pós-materialistas não vão contra o regime democrático. Pelo contrário, Inglehart destaca que os cidadãos com tais tipos de valores são os mais críticos do regime e governo, mas, ao mesmo tempo, são os maiores apoiadores da democracia.

Acreditamos que nossos resultados apenas confirmam a validade da teoria de Inglehart para o caso brasileiro em tempos recentes. Mas adicionamos também mais um elemento explicativo: os sempre frequentes escândalos de corrupção dos políticos e dos governos também podem afetar as opiniões da população, sustentando a idéia de que “todos os políticos são iguais” e de que “política não serve para nada”.

Em relação aos serviços públicos, construímos a hipótese de que seus usuários eram aqueles que melhor os avaliavam. A base lógica para isso se sustenta na idéia de que aqueles que não possuem contato com os serviços públicos só podem formular suas opiniões em relação aos mesmos tendo como fonte de informação a imprensa e as conversas com amigos, parentes, colegas de trabalho, etc. Como alguns estudos demonstram que, de um modo geral, o acesso aos meios de comunicação afeta negativamente a avaliação dos indivíduos em relação às instituições (PUTNAM, 1995; NORRIS, 1996), a suposição se tornava cada vez mais vívida. A aproximação empírica na questão confirmou as suposições. Entretanto, a taxa de associação é muito baixa, o que nos leva a encarar os resultados de modo bastante comedido.

Quanto aos determinantes do apoio à democracia, mais especificamente, ao papel dos aspectos constitutivos de desempenho governamental - mensurados ao nível individual - para a legitimidade democrática, observamos que estes, quando agrupados

em um mesmo modelo de explicação, possuem moderada capacidade explicativa. Numa regressão logística binária, as variáveis que expressam avaliação de instituições, de serviços públicos e de percepção de situação econômica, política e da corrupção explicam 14,4% e 16,5% o apoio democrático, dependendo da variável que se utiliza como dependente.

Como o diferencial do trabalho em relação à grande parte dos estudos da área é inserir variáveis que mensuram avaliação e utilização de serviços públicos como parte das questões ligadas a desempenho governamental, dedicamos especial atenção a possível relevância que estas poderiam ter no apoio à democracia. E o que observamos é que, em todos os testes estatísticos realizados, pelo menos uma variável relativa a serviços públicos apresentou-se estatisticamente significativa. Tal constatação aplica-se tanto aos casos em que o conjunto de variáveis independentes (ou explicativas) refere-se apenas a desempenho governamental, quanto aos casos em que as variáveis independentes são compostas por aspectos de desempenho governamental, caracterização socioeconômica e aspectos de cultura política.

Como uma quantidade considerável de obras atesta que o desempenho dos governos (explicitadas no primeiro capítulo), por si só, não explicam consideravelmente o fenômeno do apoio político, adicionamos nas últimas bateria de testes estatísticos algumas questões relacionadas a cultura política e caracterizações socioeconômicas e demográficas. De certa forma, tal exercício serve também como teste para a relevância dos aspectos ligados a desempenho governamental para a legitimidade democrática, uma vez que esses passam a concorrer com variáveis de outras naturezas no conjunto de variáveis explicativas do fenômeno.

O que os resultados desses testes indicam é que a adição dessas variáveis nos permite ter maior compreensão do tema, mas não maximizam esse aspecto quanto se

imaginava, incorporando baixos patamares de predição. Além disso, as questões de desempenho governamental continuam a possuir papel destacado na formação de apoio ao regime democrático entre os cidadãos brasileiros.

Por fim, destacamos que os achados dessa investigação científica para o conjunto de estudos acerca dos determinantes do apoio à democracia são importantes, pois adicionam conhecimentos a um tema ainda pouco explorado. No entanto, estamos cientes que o alcance empírico e teórico sofre significativas limitações, pelo fato de focarmos em apenas um país num único período.

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston/Toronto: Little, Brown and Company, 1963.

ALMOND, Gabriel. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (org). *The civic culture revisited*. Londres: Sage, 1989.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BALBACHEVSKY, Elisabeth; HOLZHACKER, Denilde. Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro em relação à privatização e aos serviços públicos. *Opinião Pública*, v.12, nº1, 2006.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique. A erosão das bases democráticas: Um estudo de cultura política. In: BAQUERO, Marcello (org). *Condicionantes da consolidação democrática: Ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

BOOTH, W.; COLOMB, G.; WILLIAMS, J. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOOTH, John; GOMEZ, Miguel; SELIGSON, Mitchell. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Opinião Pública*, v. 12, nº1, 2006.

CASTRO, Mônica. *Os determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese de doutorado, IUPERJ, 1994.

CASTRO, Mônica; REIS, Fábio. Democracia, civismo e cinismo. *Dados*, v.14, nº45, 2001.

CESOP – Centro de Estudos em Opinião Pública. Análise dos resultados da avaliação dos usuários de serviços públicos de Saúde, Educação, Previdência, Correios e Banco do Brasil. *Projeto BRA-97/034: Programa de modernização do Poder Executivo*. Campinas, 2001.

CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Democracia e cultura: uma visão não-culturalista. *Lua Nova*, nº58, 2003.

CLARKE, Harold; KORNBERG, Allan. *Citizens and community: Political support in a representative democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CLARKE, Harold; DUTT, Nitishi; KORNBERG, Allan. The political economy of attitudes toward polity and society in Western European democracies. *Journal of politics*, v,55, nº4, 1993.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. (1975), *The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York: New York University Press.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy: An overview. *Journal of democracy*, v.15, nº4, 2004.

DELLA PORTA, Donnatella. Social capital, beliefs in government, and political corruption. In: PHARR, Susan; PUTNAM, Robert (org). *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press. 2000.

-----; VANNUCCI, Alberto. *Corrupt Exchanges: actors, resources, and mechanisms of political corruption*. New York: Aldine de Gruyter, 1999.

EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: Wiley and sons, 1965.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

GRAHAM, Carol; SUKHTANKAR, Sandip. Does economic crisis reduce support for markets and democracy in Latin America? Some evidence from surveys of public opinion and well being. *Journal of Latin American Studies*, v.36, 2004.

GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose Ramon. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, v.9, nº1, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, v.1, nº1, 1993

-----; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change and democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University press, 2005.

KLINGEMANN, Hans-Dieter; FUCHS, Dieter. *Citizens and the state*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, v.6, nº1, 2000.

LAMOUNIER, Bolívar. Presidente Prudente: O crescimento da oposição num reduto arenista. In: REIS, Fábio (org). *Os partidos e o regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: Desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Articulação de interesses, posição socioeconômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, Fábio (org). *Os partidos e o regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

LISTHAUG, Ola; MILLER, Arthur. Political performance and institutional trust. In: NORRIS, Pippa (org). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LOPES, Denise. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião Pública*, v.10, nº1, 2004.

McALLISTER, Ian. The economic performance of governments. In: NORRIS, Pippa (org). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

------. Accountability, representation and satisfaction with democracy. *International Journal of Public Opinion Research*, v.17, nº3, 2005.

MENEGUELLO, Rachel. Government popularity and public attitudes to social security reform in Brazil. *International Journal of Public Opinion Research*, v.17, n. 2, 2005.

------. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002. *International Review of Sociology*, v.16, 2006.

------. Grounds for democratic adherence. Brazil: 2002-2006. *Lanic Etext Collection*, 2007.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Learning and re-learning regime support.: the dynamics of post-communist regimes. *European Journal of Political Research*, v.41, nº1, 2002.

------. Five years after the fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe. In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999b.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, nº 26, 1992.

------. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

------. Cultura Política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, nº60, 2008.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: O caso do Brasil. *Opinião Pública*, v.18, nº1, 2008.

MORI. *Trust in public institutions*. New findings: national quantitative survey. Londres: Audit Comission, 2003.

MORLINO, Leonardo. Explicar a calidad democrática: ¿Qué tan relevantes son las tradiciones autoritarias? *Revista de ciência política*, v.27, nº2, 2007.

NORRIS, Pippa. Introduction: the growth of critical citizens? In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999b.

-----, Civil society and social capital. In: NORRIS, Pippa. *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University press, 2003.

-----, Support for democratic governance: multidimensional concepts and survey measures. *LAPOP-UNDP workshop on Candidate Indicators for the UNDP Democracy Support Index (DSI)*, Center for the Americas at Vanderbilt University, Nashville, maio/2006.

NYE, Joseph; KING, David; ZELIKOW, Philip. *Why people don't trust government?* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999a.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe; WHITEHEAD, Laurence. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988a.

-----, *Transições do regime autoritário: Sul da Europa*. São Paulo: Vértice, 1988b.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado no Leste europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

-----, Democracy and economic development. In: MANSFIELD, Edward; SISSON, Richard. *The evolution of political Knowledge*. Columbus: Ohio State University Press, 2004.

-----; LIMONGI, Fernando. Modernization: Theory and facts. *World Politics*, 49, 1997.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1993.

-----, Tuning in, Tuning out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. *PS: Political Science & Politics*, vol. 27, nº 4, pp 664-683, 1995.

-----, *Bowling Alone – The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2001.

REIS, Fábio (org). *Os partidos e o regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

RENNÓ, Lúcio. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América latina. *Opinião Pública*, v.7, nº1, 2001.

ROSE, Richard. Medidas de democracia em survey. *Opinião Pública*, v.8, nº1, 2002.

SCHWARZ-BLUM, Vivian. Economic Performance and Support for the System: Economic Challenges for Latin American Democracies. *Challenges to Democracies in*

Latin American and the Caribbean: Evidence from the Americas Barometer 2006-2007. Vanderbilt University/ United States Agency for International Development, 2008.

SELIGSON, Mitchell. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. *Journal of politics*, v.64, n°2, 2002.

SOARES, Gláucio. Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15, n° 43, 2000.

VAN DE WALLE, Steven. Confidence in the civil service: an international comparasion. In: SCHEDLER, K.; PROELLER, I. (org). *Cultural aspects of public management reforms*. Amsterdam: Elsevier, 2007.

VERBA, Sidney. On revisiting the civic culture: A personal postscript. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (org). *The civic culture revisited*. Londres: Sage, 1989.

WEYLAND, K. The politics of corruption in Latin America. *Journal of democracy*, v.9, n°2, 1998.

ZÉPHYR, Dominique. Corruption and its impact on Latin American democratic stability. *Challenges to Democracies in Latin American and the Caribbean: Evidence from the Americas Barometer 2006-2007.* Vanderbilt University/ United States Agency for International Development, 2008.

ZOVATTO, Daniel. Valores, percepções y atitudes hacia La democracia. Uma visão comparada latinoamericana: 1996-2002. *América Latina Hoy*, 32, 2002.

ANEXOS

Anexo 1: Breve descrição do *survey* utilizado

O *survey* “*A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*” é uma pesquisa de opinião nacional realizada nas duas primeiras semanas de junho de 2004 com adultos brasileiros maiores de 16 anos, em todo o território nacional, em áreas urbanas e rurais.

Foram utilizados três procedimentos de amostragem. No primeiro houve uma seleção de cento e quarenta e seis unidades primárias ou municípios, segundo região e grupos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), proporcionais ao tamanho. Desse total de municípios, temos trinta que são auto-representativos, dezenove capitais de estado e onze áreas metropolitanas. Já cento e dezesseis municípios foram selecionados aleatoriamente. O segundo procedimento consistia em fazer seleção de unidades secundárias e setores censitários. Por fim, no terceiro procedimento, realizou-se a seleção de domicílios dentro dos setores censitários baseados em quotas de sexo, idade, escolaridade e PEA/não –PEA (População Economicamente Ativa), tal como definido na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2004.

A proposta e a realização do *survey* advém do grupo do Projeto Temático de mesmo nome, coordenado pelo Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP), José Álvaro Moisés e pela Professora Livre-Docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rachel Meneguello, é vinculado a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que também é a financiadora da pesquisa de opinião.

Anexo 2: Variáveis que aferem avaliações de instituições; avaliações e utilização de serviços públicos; confiança de instituições e serviços públicos; avaliações de pontos específicos de serviços de hospital público e percepção de situação econômica, política e da intensidade de corrupção

Abaixo estão expostas todas as variáveis que aferem avaliações de instituições e serviços públicos, utilizadas ao longo do texto.

- Vou citar alguns órgãos públicos e particulares e gostaria de saber qual é o grau de confiança que Você tem em cada um deles. Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança...

	<i>Muita confiança</i>	<i>Alguma confiança</i>	<i>Pouca confiança</i>	<i>Nenhuma confiança</i>	<i>NS</i>	<i>NR</i>
<i>Na Igreja;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Nas Forças Armadas;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>No poder judiciário;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Na polícia;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>No Congresso Nacional;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Nos partidos políticos;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Na televisão;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Nos sindicatos;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Nos empresários;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>No governo;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>No presidente;</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Nos bombeiros</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>
<i>Nas leis do país</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>7</i>	<i>8</i>

- Como você avalia os serviços públicos do país em ao relação serviço de (...) Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

		<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Ruim</i>	<i>Péssimo</i>	<i>Regular</i>	<i>NS</i>	<i>NR</i>
<i>1</i>	<i>Habitação</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>2</i>	<i>Polícia</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>3</i>	<i>Saúde</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>4</i>	<i>Educação</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>6</i>	<i>Transportes</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>7</i>	<i>Seguro-desemprego</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>8</i>	<i>Esgotos e Saneamento</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>9</i>	<i>Previdência social</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>77</i>	<i>88</i>

- Você já utilizou os seguintes serviços?

	Não utilizou	Sim, utilizou nos últimos 6 meses	Sim, utilizou há mais de 6 meses
hospital público	1	2	3
polícia	1	2	3
transporte público	1	2	3

- Gostaria que você avaliasse se foi ótimo, bom, ruim ou péssimo os seguintes itens com relação ao atendimento neste hospital:

		Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	Regular	NS	NR	NSA
1	Rapidez para receber o serviço necessário	1	2	3	4	5	77	88	99
2	O cuidado e educação de quem o(a) atendeu	1	2	3	4	5	77	88	99
3	A competência técnica de quem o(a) atendeu .	1	2	3	4	5	77	88	99
4	A qualidade do material ou equipamento usado .	1	2	3	4	5	77	88	99
5	A limpeza / Higiene do local de atendimento ..	1	2	3	4	5	77	88	99
6	As informações que recebeu sobre seu caso	1	2	3	4	5	77	88	99

- Gostaria que você avaliasse a atuação de cada das seguintes instituições:

		Ótima	Boa	Ruim	Péssima	Regular	NS	NR
1	<i>Igreja</i>	1	2	3	4	5	77	88
2	<i>Forças Armadas</i>	1	2	3	4	5	77	88
3	<i>Poder Judiciário</i>	1	2	3	4	5	77	88
4	<i>Polícia</i>	1	2	3	4	5	77	88
5	<i>Congresso Nacional</i>	1	2	3	4	5	77	88
6	<i>Partidos Políticos</i>	1	2	3	4	5	77	88
7	<i>Televisão</i>	1	2	3	4	5	77	88
8	<i>sindicatos</i>	1	2	3	4	5	77	88
9	<i>empresários</i>	1	2	3	4	5	77	88
10	<i>governo</i>	1	2	3	4	5	77	88
11	<i>presidente</i>	1	2	3	4	5	77	88
12	<i>bombeiros</i>	1	2	3	4	5	77	88
13	<i>as leis do país</i>	1	2	3	4	5	77	88

- Como você avalia a situação econômica do país hoje?

1	Muito boa
2	Boa
3	Ruim
4	Muito Ruim
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

- E no próximo ano, a situação econômica do país será :

1	Muito melhor
2	Um pouco melhor
3	Igual (ESPONTÂNEA)
4	Um pouco pior
5	Muito pior
77	NS
88	NR

- A sua situação econômica atual e a de sua família é :

1	Muito boa
2	Boa
3	Ruim
4	Muito ruim
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

- E nos próximos 12 meses, você acha que a sua situação econômica e da sua família será muito melhor , melhor, muito pior ou pior que a situação econômica que vocês tem hoje?

1	Muito melhor
2	Um pouco melhor
3	Igual (ESPONTÂNEA)
4	Um pouco pior
5	Muito pior
77	NS
88	NR

- Como Você avalia a situação política do Brasil hoje:

1	Muito boa
2	Boa
3	Ruim
4	Muito ruim
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

- *Falando ainda de corrupção no Brasil, ela aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu muito ou diminuiu pouco nos últimos 5 anos?*

1	Aumentou muito
2	Aumentou pouco
3	Permaneceu igual (ESPONTÂNEA)
4	Diminuiu pouco
5	Diminuiu muito
77	NS
88	NR

- *E no último ano, a corrupção aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu muito ou diminuiu pouco?*

1	Aumentou muito
2	Aumentou pouco
3	Permaneceu igual (ESPONTÂNEA)
4	Diminuiu pouco
5	Diminuiu muito
77	NS
88	NR

Anexo 3: Variáveis utilizadas no teste de análise fatorial

Nesse anexo, apontamos as variáveis utilizadas no teste de análise fatorial da tabela numero sete do quarto capítulo.

- Como você avalia os serviços públicos do país em ao relação serviço de (...) Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

		Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	Regular	NS	NR
1	Habitação	1	2	3	4	5	77	88
2	Polícia	1	2	3	4	5	77	88
3	Saúde	1	2	3	4	5	77	88
4	Educação	1	2	3	4	5	77	88
6	Transportes	1	2	3	4	5	77	88
7	Seguro-desemprego	1	2	3	4	5	77	88
8	Esgotos e Saneamento	1	2	3	4	5	77	88
9	Previdência social	1	2	3	4	5	77	88

- Gostaria que você avaliasse a atuação de cada das seguintes instituições:

		Ótima	Boa	Ruim	Péssima	Regular	NS	NR
1	Igreja	1	2	3	4	5	77	88
2	Forças Armadas	1	2	3	4	5	77	88
3	Poder Judiciário	1	2	3	4	5	77	88
4	Polícia	1	2	3	4	5	77	88
5	Congresso Nacional	1	2	3	4	5	77	88
6	Partidos Políticos	1	2	3	4	5	77	88
7	Televisão	1	2	3	4	5	77	88
8	sindicatos	1	2	3	4	5	77	88
9	empresários	1	2	3	4	5	77	88
10	governo	1	2	3	4	5	77	88
11	presidente	1	2	3	4	5	77	88
12	bombeiros	1	2	3	4	5	77	88
13	as leis do país	1	2	3	4	5	77	88

- Como Você avalia a situação política do Brasil hoje:

1	Muito boa
2	Boa
3	Ruim
4	Muito ruim
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

- Como você avalia a situação econômica do país hoje?

1	Muito boa
2	Boa
3	Ruim
4	Muito Ruim
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

- E no próximo ano, a situação econômica do país será:

1	Muito melhor
2	Um pouco melhor
3	Igual (ESPONTÂNEA)
4	Um pouco pior
5	Muito pior
77	NS
88	NR

- A sua situação econômica atual e a de sua família é :

1	Muito boa
2	Boa
3	Ruim
4	Muito ruim
5	Regular (ESPONTÂNEA)
77	NS
88	NR

- E nos próximos 12 meses, você acha que a sua situação econômica e da sua família será muito melhor , melhor, muito pior ou pior que a situação econômica que vocês tem hoje?

1	Muito melhor
2	Um pouco melhor
3	Igual (ESPONTÂNEA)
4	Um pouco pior
5	Muito pior
77	NS
88	NR

- Falando ainda de corrupção no Brasil, ela aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu muito ou diminuiu pouco nos últimos 5 anos?

1	Aumentou muito
2	Aumentou pouco
3	Permaneceu igual (ESPONTÂNEA)
4	Diminuiu pouco
5	Diminuiu muito
77	NS
88	NR

- E no último ano, a corrupção aumentou muito, aumentou pouco, diminuiu muito ou diminuiu pouco?

1	Aumentou muito
2	Aumentou pouco
3	Permaneceu igual (ESPONTÂNEA)
4	Diminuiu pouco
5	Diminuiu muito
77	NS
88	NR

Anexo 4: Variáveis dependentes ou a serem explicadas

São duas as variáveis dependentes ou a serem explicadas nos testes estatísticos realizados nessa dissertação:

- Gostaria que Você me dissesse com qual dessas três afirmações Você concorda mais:

1	<i>A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.</i>
2	<i>Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.</i>
3	<i>Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.</i>
77	NS
88	NR

- Vou ler uma afirmação e quero que você me diga se concorda ou discorda:

A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo.

1	Concorda muito
2	Concorda pouco
3	Discorda pouco
4	Discorda muito
5	Nem concorda nem discorda
77	NS
88	NR

Anexo 5: Regressões logísticas binárias

Regressão logística binária tendo como variáveis independentes todas as questões que expressam desempenho governamental. A variável dependente é apoio contingente à democracia.

Variável dependente: Apoio à democracia (Hipótese de “Churchill” ou contingente)

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
<i>Avaliação da Igreja (regular)</i>		ns	
Positiva	-,270	ns	,764
Negativa	,089	ns	1,093
<i>Avaliação das Forças Armadas (regular)</i>		ns	
Positiva	-,098	ns	,906
Negativa	-,015	ns	,985
<i>Avaliação do Poder Judiciário (regular)</i>		ns	
Positiva	-,011	ns	,989
Negativa	-,024	ns	,976
<i>Avaliação da Polícia (regular)</i>		ns	
Positiva	-,275	ns	,760
Negativa	,036	ns	1,037
<i>Avaliação do Congresso Nacional (regular)</i>		*	
Positiva	,467	ns	1,596
Negativa	-,143	ns	,866
<i>Avaliação dos Partidos Políticos (regular)</i>		ns	
Positiva	-,468	ns	,626
Negativa	-,254	ns	,776
<i>Avaliação da Televisão (regular)</i>		ns	
Positiva	,120	ns	1,127
Negativa	,363	ns	1,437
<i>Avaliação dos Sindicatos (regular)</i>		ns	
Positiva	,430	ns	1,537
Negativa	,049	ns	1,050
<i>Avaliação dos Empresários (regular)</i>		ns	
Positiva	,182	ns	1,200
Negativa	,270	ns	1,310
<i>Avaliação do Governo (regular)</i>		ns	
Positiva	,399	ns	1,491
Negativa	,001	ns	1,001
<i>Avaliação do Presidente (regular)</i>		ns	
Positiva	-,186	ns	,830
Negativa	-,102	ns	,903
<i>Avaliação dos Bombeiros (regular)</i>		**	
Positiva	1,362	**	3,905
Negativa	1,442	**	4,227
<i>Avaliação das Leis do País (regular)</i>		**	
Positiva	,039	ns	1,040
Negativa	-,575	**	,563
<i>Índice de avaliação de instituições - Igreja, Forças Armadas, Televisão e Bombeiros. (Negativa/ Regular)</i>		-	
Positiva	-,264	ns	,768
<i>Índice de avaliação de instituições - Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País. (Regular)</i>		ns	
Negativa	-,056	ns	,945
Positiva	-,478	ns	,620
<i>Avaliação de serviços de Habitação (regular)</i>		ns	
Positiva	-,174	ns	,840
Negativa	-,118	ns	,888

<i>Avaliação de serviços de Polícia (regular)</i>		ns	
Positiva	,210	ns	1,234
Negativa	,347	ns	1,414
<i>Avaliação de serviços de Saúde (regular)</i>		**	
Positiva	,264	ns	1,302
Negativa	-,297	ns	,743
<i>Avaliação de serviços de Educação (regular)</i>		*	
Positiva	-,170	ns	,844
Negativa	,306	ns	1,357
<i>Avaliação de serviços de Transportes (regular)</i>		**	
Positiva	,205	ns	1,227
Negativa	,661	*	1,937
<i>Avaliação de serviços de Seguro-desemprego (regular)</i>		*	
Positiva	-,403	ns	,668
Negativa	-,617	*	,540
<i>Avaliação de serviços de Esgotos e Saneamento (regular)</i>		ns	
Positiva	-,083	ns	,920
Negativa	-,208	ns	,812
<i>Avaliação de serviços de Previdência Social (regular)</i>		ns	
Positiva	,037	ns	1,037
Negativa	-,078	ns	,925
<i>Índice de avaliação de serviços públicos (regular)</i>		ns	
Negativa	-,228	ns	,796
Positiva	-,012	ns	,988
<i>Utilização de Hospital Público (não)</i>		-	
Sim	,569	**	1,767
<i>Utilização de Polícia (não)</i>		-	
Sim	,367	*	1,444
<i>Utilização de Transporte Público (não)</i>		-	
Sim	,007	ns	1,007
<i>Índice de utilização de serviços públicos (não)</i>		-	
Sim	,093	ns	1,098
<i>Percepção da presente situação econômica do país (regular)</i>		ns	
Ruim	-,156	ns	,856
Boa	,086	ns	1,090
<i>Percepção da situação econômica do país ano que vem (igual)</i>		**	
Pior	-,179	ns	,836
Melhor	,367	*	1,444
<i>Percepção da situação econômica atual do entrevistado e de sua família (regular)</i>		ns	
Positiva	,061	ns	1,063
Negativa	,099	ns	1,104
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com os últimos 5 anos (permaneceu igual)</i>		*	
Diminuiu	-,340	ns	,712
Aumentou	,318	ns	1,374
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com último ano (permaneceu igual)</i>		ns	
Diminuiu	,487	ns	1,628
Aumentou	-,088	ns	,916
<i>Avaliação da situação política atual (regular)</i>		ns	
Positiva	-,285	ns	,752
Negativa	-,287	ns	,750
Constante	-1,003	ns	,367

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Regressão logística binária tendo como variáveis independentes todas as questões que expressam desempenho governamental. A variável dependente é aceitação da idéia de que democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo.

Variável dependente: “Democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
<i>Avaliação da Igreja (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,837	*	,433
Negativa	-,928	*	,395
<i>Avaliação das Forças Armadas (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,043	,ns	,958
Negativa	-,100	,ns	,905
<i>Avaliação do Poder Judiciário (regular)</i>		,ns	
Positiva	,326	,ns	1,385
Negativa	,058	,ns	1,060
<i>Avaliação da Polícia (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,411	,ns	,663
Negativa	-,400	,ns	,670
<i>Avaliação do Congresso Nacional (regular)</i>		,ns	
Positiva	,452	,ns	1,571
Negativa	,297	,ns	1,345
<i>Avaliação dos Partidos Políticos (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,343	,ns	,710
Negativa	-,251	,ns	,778
<i>Avaliação da Televisão (regular)</i>		,ns	
Positiva	,008	,ns	1,008
Negativa	,126	,ns	1,134
<i>Avaliação dos Sindicatos (regular)</i>		*	
Positiva	,744	**	2,105
Negativa	,380	,ns	1,463
<i>Avaliação dos Empresários (regular)</i>		,ns	
Positiva	,055	,ns	1,057
Negativa	,174	,ns	1,190
<i>Avaliação do Governo (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,046	,ns	,955
Negativa	-,444	,ns	,642
<i>Avaliação do Presidente (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,141	,ns	,868
Negativa	-,261	,ns	,770
<i>Avaliação dos Bombeiros (regular)</i>		,ns	
Positiva	,942	*	2,565
Negativa	,837	ns	2,310
<i>Avaliação das Leis do País (regular)</i>		**	
Positiva	,769	**	2,158
Negativa	,174	,ns	1,190
<i>Índice de avaliação de instituições - Igreja, Forças Armadas, Televisão e Bombeiros. (Negativa/ Regular)</i>		-	
Positiva	-,236	,ns	,790
<i>Índice de avaliação de instituições - Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País. (Regular)</i>		*	
Negativa	,684	**	1,982
Positiva	-,486	, ,ns	,615
<i>Avaliação de serviços de Habitação (regular)</i>		*	
Positiva	-,337	,ns	,714
Negativa	,079	,ns	1,082
<i>Avaliação de serviços de Polícia (regular)</i>		**	

Positiva	,546	*	1,726
Negativa	,749	**	2,115
<i>Avaliação de serviços de Saúde (regular)</i>		,ns	
Positiva	,252	,ns	1,287
Negativa	-,031	,ns	,970
<i>Avaliação de serviços de Educação (regular)</i>		,ns	
Positiva	,196	,ns	1,217
Negativa	,272	,ns	1,313
<i>Avaliação de serviços de Transportes (regular)</i>		,ns	
Positiva	,014	,ns	1,014
Negativa	,101	,ns	1,106
<i>Avaliação de serviços de Seguro-desemprego (regular)</i>		,ns	
Positiva	,264	,ns	1,302
Negativa	-,128	,ns	,880
<i>Avaliação de serviços de Esgotos e Saneamento (regular)</i>		,ns	
Positiva	,032	,ns	1,032
Negativa	,003	,ns	1,003
<i>Avaliação de serviços de Previdência Social (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,061	,ns	,941
Negativa	-,054	,ns	,947
<i>Índice de avaliação de serviços públicos (regular)</i>		,ns	
Negativa	-,253	,ns	,777
Positiva	,129	,ns	1,138
<i>Utilização de Hospital Público (não)</i>		-	
Sim	,075	,ns	1,078
<i>Utilização de Polícia (não)</i>		-	
Sim	,205	,ns	1,227
<i>Utilização de Transporte Público (não)</i>		-	
Sim	-,233	,ns	,792
<i>Índice de utilização de serviços públicos (não)</i>		-	
Sim	,449	,ns	1,566
<i>Percepção da presente situação econômica do país (regular)</i>		,ns	
Ruim	-,266	,ns	,767
Boa	,005	,ns	1,005
<i>Percepção da situação econômica do país ano que vem (igual)</i>		**	
Pior	-,643	**	,526
Melhor	,363	*	1,438
<i>Percepção da situação econômica atual do entrevistado e de sua família (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,029	,ns	,971
Negativa	,190	,ns	1,209
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com os últimos 5 anos (permaneceu igual)</i>		,ns	
Diminuiu	,130	,ns	1,138
Aumentou	-,009	,ns	,991
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com último ano (permaneceu igual)</i>		,ns	
Diminuiu	-,703	*	,495
Aumentou	-,358	,ns	,699
<i>Avaliação da situação política atual (regular)</i>		,ns	
Positiva	-,278	,ns	,758
Negativa	-,442	*	,643
Constante	-,383	,ns	,682

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Regressão logística binária tendo como variáveis independentes todas as questões que expressam desempenho governamental, mais as variáveis de aferem caracterização socioeconômica e aspectos de cultura política. A variável dependente é apoio contingente à democracia.

Variável dependente: Apoio à democracia (Hipótese de “Churchill” ou contingente)

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
<i>Avaliação da Igreja (regular)</i>		ns	
Positiva	,041	ns	1,042
Negativa	,324	ns	1,382
<i>Avaliação das Forças Armadas (regular)</i>		ns	
Positiva	-,137	ns	,872
Negativa	-,183	ns	,833
<i>Avaliação do Poder Judiciário (regular)</i>		ns	
Positiva	,169	ns	1,184
Negativa	-,006	ns	,994
<i>Avaliação da Polícia (regular)</i>		ns	
Positiva	-,501	ns	,606
Negativa	-,100	ns	,905
<i>Avaliação do Congresso Nacional (regular)</i>		**	
Positiva	,774	*	2,168
Negativa	,015	ns	1,015
<i>Avaliação dos Partidos Políticos (regular)</i>		ns	
Positiva	-,402	ns	,669
Negativa	-,366	ns	,694
<i>Avaliação da Televisão (regular)</i>		ns	
Positiva	,219	ns	1,245
Negativa	,213	ns	1,238
<i>Avaliação dos Sindicatos (regular)</i>		ns	
Positiva	,492	ns	1,636
Negativa	,167	ns	1,182
<i>Avaliação dos Empresários (regular)</i>		ns	
Positiva	,182	ns	1,200
Negativa	,255	ns	1,290
<i>Avaliação do Governo (regular)</i>		ns	
Positiva	,488	ns	1,630
Negativa	,009	ns	1,009
<i>Avaliação do Presidente (regular)</i>		ns	
Positiva	-,230	ns	,794
Negativa	-,056	ns	,946
<i>Avaliação dos Bombeiros (regular)</i>		**	
Positiva	1,457	**	4,293
Negativa	1,284	*	3,611
<i>Avaliação das Leis do País (regular)</i>		**	
Positiva	,289	ns	1,335
Negativa	-,412	ns	,662
<i>Índice de avaliação de instituições - Igreja, Forças Armadas, Televisão e Bombeiros. (Negativa/ Regular)</i>		-	
Positiva	-,540	*	,583
<i>Índice de avaliação de instituições - Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País. (Regular)</i>		ns	
Negativa	,301	ns	1,351
Positiva	-,732	ns	,481
<i>Avaliação de serviços de Habitação (regular)</i>		ns	
Positiva	-,315	ns	,730
Negativa	-,176	ns	,839
<i>Avaliação de serviços de Polícia (regular)</i>		ns	

Positiva	,190	ns	1,210
Negativa	,205	ns	1,227
<i>Avaliação de serviços de Saúde (regular)</i>		**	
Positiva	,626	*	1,871
Negativa	-,188	ns	,829
<i>Avaliação de serviços de Educação (regular)</i>		ns	
Positiva	-,047	ns	,954
Negativa	,273	ns	1,314
<i>Avaliação de serviços de Transportes (regular)</i>		**	
Positiva	,323	ns	1,382
Negativa	,761	*	2,140
<i>Avaliação de serviços de Seguro-desemprego (regular)</i>		ns	
Positiva	-,446	ns	,640
Negativa	-,558	ns	,572
<i>Avaliação de serviços de Esgotos e Saneamento (regular)</i>		ns	
Positiva	-,156	ns	,855
Negativa	-,271	ns	,763
<i>Avaliação de serviços de Previdência Social (regular)</i>		ns	
Positiva	,079	ns	1,083
Negativa	-,112	ns	,894
<i>Índice de avaliação de serviços públicos (regular)</i>		ns	
Negativa	,055	ns	1,056
Positiva	-,428	ns	,652
<i>Percepção da presente situação econômica do país (regular)</i>		ns	
Ruim	,022	ns	1,023
Boa	,218	ns	1,243
<i>Percepção da situação econômica do país ano que vem (igual)</i>		*	
Pior	-,254	ns	,776
Melhor	,331	ns	1,393
<i>Percepção da situação econômica atual do entrevistado e de sua família (regular)</i>		ns	
Positiva	,201	ns	1,223
Negativa	,102	ns	1,107
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com os últimos 5 anos (permaneceu igual)</i>		*	
Diminuiu	-,201	ns	,818
Aumentou	,505	ns	1,657
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com último ano (permaneceu igual)</i>		*	
Diminuiu	,545	ns	1,724
Aumentou	-,256	ns	,774
<i>Avaliação da situação política atual (regular)</i>		ns	
Positiva	-,392	ns	,676
Negativa	-,437	ns	,646
<i>Sexo (feminino)</i>		-	
Masculino	,008	ns	1,009
<i>Cor (Branco)</i>		ns	
Pretos	,268	ns	1,308
Demais	,338	*	1,402
<i>Idade (60 anos ou mais)</i>		*	
De 16 a 24 anos	-,879	**	,415
De 25 a 34 anos	-,909	**	,403
De 34 a 44 anos	-,786	**	,456
De 45 a 59 anos	-,627	*	,534
<i>Instrução (Analfabetos/ Primário incompleto)</i>		*	
Primário completo	,673	**	1,960
Fundamental Completo/ Incompleto	,517	*	1,677
Médio Completo/ Incompleto	,446	ns	1,562

Superior Completo/ Incompleto	,870	**	2,387
<i>Renda familiar mensal (até 1 S.M)</i>		ns	
De 1 a 2 S.M	-,324	ns	,723
De 2 a 5 S.M	-,170	ns	,844
De 5 a 10 S.M	-,183	ns	,833
Mais de 10 S.M	-,072	ns	,930
<i>Religião (Católicos)</i>		**	
Protestantes	-,037	ns	,964
Demais religiões	,486	ns	1,625
Não possui religião/ Ateus	-,980	**	,375
<i>Perfil do Município (Interior)</i>		-	
Capital e Região Metropolitana	,469	**	1,599
<i>Atitude política (convencional e mista)</i>		-	
Não-convencional	,324	*	1,383
<i>Confiança Social (não confia na maioria das pessoas)</i>		-	
Confia na maioria das pessoas	,302	ns	1,353
<i>Índice de Capital Social (nenhum)</i>		ns	
Baixo	,242	ns	1,274
Moderado e alto	,091	ns	1,095
<i>Constante</i>	-1,461	ns	,232

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Regressão logística binária tendo como variáveis independentes todas as questões que expressam desempenho governamental, mais as variáveis de aferem caracterização socioeconômica e aspectos de cultura política. A variável dependente é aceitação da idéia de que democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo.

Variável dependente: “Democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”

Variáveis	B	P valor	Exp (B)
<i>Avaliação da Igreja (regular)</i>		ns	
Positiva	-,765	ns	,465
Negativa	-,831	ns	,435
<i>Avaliação das Forças Armadas (regular)</i>		ns	
Positiva	-,271	ns	,762
Negativa	-,080	ns	,923
<i>Avaliação do Poder Judiciário (regular)</i>		ns	
Positiva	,444	ns	1,560
Negativa	,015	ns	1,015
<i>Avaliação da Polícia (regular)</i>		ns	
Positiva	-,327	ns	,721
Negativa	-,404	ns	,668
<i>Avaliação do Congresso Nacional (regular)</i>		ns	
Positiva	,534	ns	1,707
Negativa	,231	ns	1,259
<i>Avaliação dos Partidos Políticos (regular)</i>		ns	
Positiva	-,454	ns	,635
Negativa	-,283	ns	,754
<i>Avaliação da Televisão (regular)</i>		ns	
Positiva	-,072	ns	,930
Negativa	,043	ns	1,044
<i>Avaliação dos Sindicatos (regular)</i>		ns	
Positiva	,701	ns	2,016
Negativa	,475	ns	1,608
<i>Avaliação dos Empresários (regular)</i>		ns	
Positiva	-,067	ns	,936
Negativa	,130	ns	1,139
<i>Avaliação do Governo (regular)</i>		ns	
Positiva	-,085	ns	,918
Negativa	-,361	ns	,697
<i>Avaliação do Presidente (regular)</i>		ns	
Positiva	-,268	ns	,765
Negativa	-,449	ns	,638
<i>Avaliação dos Bombeiros (regular)</i>		ns	
Positiva	,918	*	2,504
Negativa	,865	ns	2,374
<i>Avaliação das Leis do País (regular)</i>		**	
Positiva	,877	**	2,403
Negativa	,434	ns	1,543
<i>Índice de avaliação de instituições - Igreja, Forças Armadas, Televisão e Bombeiros. (Negativa/ Regular)</i>		-	
Positiva	-,173	ns	,842
<i>Índice de avaliação de instituições - Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País. (Regular)</i>		*	
Negativa	,766	*	2,151
Positiva	-,378	ns	,685
<i>Avaliação de serviços de Habitação (regular)</i>		ns	
Positiva	-,291	ns	,747

Negativa	,051	ns	1,053
<i>Avaliação de serviços de Polícia (regular)</i>		*	
Positiva	,432	ns	1,541
Negativa	,689	*	1,991
<i>Avaliação de serviços de Saúde (regular)</i>		ns	
Positiva	,153	ns	1,165
Negativa	-,119	ns	,888
<i>Avaliação de serviços de Educação (regular)</i>		ns	
Positiva	,383	ns	1,466
Negativa	,436	ns	1,547
<i>Avaliação de serviços de Transportes (regular)</i>		ns	
Positiva	,018	ns	1,018
Negativa	,019	ns	1,019
<i>Avaliação de serviços de Seguro-desemprego (regular)</i>		*	
Positiva	,545	ns	1,724
Negativa	,098	ns	1,103
<i>Avaliação de serviços de Esgotos e Saneamento (regular)</i>		ns	
Positiva	-,028	ns	,973
Negativa	,036	ns	1,037
<i>Avaliação de serviços de Previdência Social (regular)</i>		ns	
Positiva	,114	ns	1,121
Negativa	,012	ns	1,012
<i>Índice de avaliação de serviços públicos (regular)</i>		ns	
Negativa	,073	ns	1,076
Positiva	-,473	ns	,623
<i>Percepção da presente situação econômica do país (regular)</i>		ns	
Ruim	-,339	ns	,713
Boa	-,094	ns	,910
<i>Percepção da situação econômica do país ano que vem (igual)</i>		**	
Pior	-,629	*	,533
Melhor	,352	ns	1,422
<i>Percepção da situação econômica atual do entrevistado e de sua família (regular)</i>		ns	
Positiva	,181	ns	1,198
Negativa	,402	*	1,495
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com os últimos 5 anos (permaneceu igual)</i>		ns	
Diminuiu	-,100	ns	,905
Aumentou	-,146	ns	,864
<i>Percepção da intensidade de corrupção atual, comparada com último ano (permaneceu igual)</i>		ns	
Diminuiu	-,539	ns	,583
Aumentou	-,446	ns	,640
<i>Avaliação da situação política atual (regular)</i>		ns	
Positiva	-,164	ns	,849
Negativa	-,415	ns	,660
<i>Sexo (feminino)</i>		-	
Masculino	,124	ns	1,132
<i>Cor (Branco)</i>		ns	
Pretos	,015	ns	1,015
Demais	-,178	ns	,837
<i>Idade (60 anos ou mais)</i>		ns	
De 16 a 24 anos	-,571	ns	,565
De 25 a 34 anos	-,601	*	,548
De 34 a 44 anos	-,438	ns	,645
De 45 a 59 anos	-,587	*	,556
<i>Instrução (Analfabetos/ Primário incompleto)</i>		ns	
Primário completo	-,284	ns	,752

Fundamental Completo/ Incompleto	-,062	ns	,939
Médio Completo/ Incompleto	,027	ns	1,028
Superior Completo/ Incompleto	,737	*	2,091
<i>Renda familiar mensal (até 1 S.M)</i>		ns	
De 1 a 2 S.M	-,134	ns	,874
De 2 a 5 S.M	,000	ns	1,000
De 5 a 10 S.M	-,102	ns	,903
Mais de 10 S.M	,330	ns	1,392
<i>Religião (Católicos)</i>		ns	
Protestantes	-,070	ns	,933
Demais religiões	,403	ns	1,496
Não possui religião/ Ateus	-,168	ns	,845
<i>Perfil do Município (Interior)</i>		-	
Capital e Região Metropolitana	,237	ns	1,268
<i>Atitude política (convencional e mista)</i>		-	
Não-convencional	,157	ns	1,170
<i>Confiança Social (não confia na maioria das pessoas)</i>		-	
Confia na maioria das pessoas	,412	ns	1,510
<i>Índice de Capital Social (nenhum)</i>		ns	
Baixo	,022	ns	1,023
Moderado e alto	,087	ns	1,091
<i>Constante</i>	,155	ns	1,167

Fonte: "A desconfiança do cidadão nas instituições democráticas, FAPESP, junho de 2006. N = 2004

Anexo 6: Índices

Essa parte do texto foi criada para detalhar o modo como foram criados os índices citados ao longo do texto.

1- Índice de percepção de qualidade de serviços de saúde

Selecionamos variáveis que aferem percepção de qualidade quanto aos serviços públicos de saúde. Codificamos as respostas originais da seguinte forma: avaliação negativa (resposta “ruim” e “péssimo”); avaliação regular (“regular”) e avaliação positiva (“ótimo” e “bom”). Damos valor 0 para avaliação negativa e regular e valor 1 para avaliação positiva.

- Gostaria que você avaliasse se foi ótimo, bom, ruim ou péssimo os seguintes itens com relação ao atendimento neste hospital:

		<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Ruim</i>	<i>Péssimo</i>	<i>Regular</i>	<i>NS</i>	<i>NR</i>	<i>NSA</i>
1	<i>Rapidez para receber o serviço necessário</i>	1	2	3	4	5	77	88	99
2	<i>O cuidado e educação de quem o(a) atendeu</i>	1	2	3	4	5	77	88	99
3	<i>A competência técnica de quem o(a) atendeu .</i>	1	2	3	4	5	77	88	99
4	<i>A qualidade do material ou equipamento usado .</i>	1	2	3	4	5	77	88	99
5	<i>A limpeza / Higiene do local de atendimento ..</i>	1	2	3	4	5	77	88	99
6	<i>As informações que recebeu sobre seu caso</i>	1	2	3	4	5	77	88	99

Computamos as respostas e encontramos valores de 0 a 6. Decidimos considerar, no índice criado, que avaliação negativa corresponderia aos valores 0 e 1, ou seja, os que não tinham avaliação positiva em nenhum dos serviços específicos da área de saúde e os que possuíam uma avaliação positiva somente dentre os serviços elencados; avaliação regular os valores de 2 a 4, ou seja, abrange aqueles que possuem número moderado de avaliações positivas e como avaliação positiva selecionamos os valores 5 e 6.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	126	6,3	8,9	8,9
	1,00	75	3,7	5,3	14,2
	2,00	100	5,0	7,1	21,3
	3,00	138	6,9	9,7	31,0
	4,00	183	9,1	12,9	43,9
	5,00	215	10,7	15,2	59,1
	6,00	579	28,9	40,9	100,0
	Total	1416	70,7	100,0	
Missing	System	588	29,3		
Total		2004	100,0		

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00 percepção negativa	201	10,0	14,2	14,2
	2,00 percepção regular	421	21,0	29,7	43,9
	3,00 percepção positiva	794	39,6	56,1	100,0
	Total	1416	70,7	100,0	
Missing	System	588	29,3		
Total		2004	100,0		

No que tange à validade estatística do índice, fizemos a “análise de componentes principais”. O *alpha de cronbach* (coeficiente que indica o quanto de potencial que as variáveis inseridas num mesmo fator possuem para criar um índice. Quanto mais próximo de 1 é o valor, maior é esse potencial) mostrou-se elevado e todas as variáveis apareceram numa mesma dimensão com boas cargas estatísticas (igual ou acima de 0.50).

			fator
			1
serv3_1: RAPIDEZ PARA RECEBER O SERVIÇO NECESSÁRIO			,779
serv3_2: O CUIDADO E EDUCAÇÃO DE QUEM O(A) ATENDEU			,843
serv3_3: A COMPETÊNCIA TÉCNICA DE QUEM O(A) ATENDEU			,837
serv3_4: A QUALIDADE DO MATERIAL OU EQUIPAMENTO USADO			,838
serv3_5: A LIMPEZA / HIGIENE DO LOCAL DE ATENDIMENTO			,814
serv3_6: AS INFORMAÇÕES QUE RECEBEU SOBRE SEU CASO			,847

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,858	,859	6

2- Índice de avaliação de serviços públicos

Selecionamos as variáveis que perguntam para o entrevistado a avaliação que ele possui de alguns serviços públicos como habitação, polícia, saúde, educação, transportes, seguro-desemprego, esgotos e saneamento e previdência social.

- Como você avalia os serviços públicos do país em ao relação serviço de (...) Você acha que é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

		Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo	Regular	NS	NR
1	Habitação	1	2	3	4	5	77	88
2	Polícia	1	2	3	4	5	77	88
3	Saúde	1	2	3	4	5	77	88
4	Educação	1	2	3	4	5	77	88
6	Transportes	1	2	3	4	5	77	88
7	Seguro-desemprego	1	2	3	4	5	77	88
8	Esgotos e Saneamento	1	2	3	4	5	77	88
9	Previdência social	1	2	3	4	5	77	88

Modificamos essas variáveis, criando outras que aglutinavam as opções de resposta ruim, péssimo e regular, de um lado e bom e ótimo, de outro. Para o primeiro conjunto, atribuímos o valor 0 e, para o segundo, valor 1.

A partir daí, criamos outra variável, através da computação dos dados, cujas opções de respostas vão de 0 a 8. Consideramos os valores 0 e 1 como avaliação negativa e 7 e 8 como avaliação positiva. Os demais valores foram considerados avaliação regular.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	289	14,4	17,3	17,3
	1,00	205	10,2	12,3	29,5
	2,00	192	9,6	11,5	41,0
	3,00	208	10,4	12,4	53,5
	4,00	197	9,8	11,8	65,3
	5,00	165	8,2	9,9	75,1
	6,00	140	7,0	8,4	83,5
	7,00	110	5,5	6,6	90,1
	8,00	166	8,3	9,9	100,0
	Total	1672	83,4	100,0	
Missing	System	332	16,6		
Total		2004	100,0		

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00 avaliação positiva	276	13,8	16,5	16,5
	2,00 avaliação negativa	494	24,7	29,5	46,1
	3,00 avaliação regular	902	45,0	53,9	100,0
	Total	1672	83,4	100,0	
Missing	System	332	16,6		
Total		2004	100,0		

No que tange à validade estatística do índice, fizemos a “análise de componentes principais”. O *alpha de cronbach* mostrou-se elevado e todas as variáveis apareceram numa mesma dimensão com altas cargas estatísticas.

			Fator	
			1	
			serv1_1: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DEHABITAÇÃO	,664
			serv1_2: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE POLÍCIA	,688
			serv1_3: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	,758
			serv1_4: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	,764
			serv1_6: AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES	,727
			serv1_7: AVALIAÇÃO DE SEGURO-DESEMPREGO	,652
			serv1_8: AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTOS E SANEAMENTO	,708
			serv1_9: AVALIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	,691

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,850	,850	8

3- Índice de avaliação de instituições (somente igreja, forças armadas, televisão e bombeiros)

Selecionamos as variáveis que perguntam para o entrevistado a avaliação que ele possui quanto a quatro tipos de instituições: Igreja, Forças Armadas, Televisão e Bombeiros (ver avaliação de instituições presente no Anexo 1).

Modificamos essas variáveis, criando outras que aglutinavam as opções de resposta ruim, péssimo e regular, de um lado e bom e ótimo, de outro. Para o primeiro conjunto, atribuímos o valor 0 e, para o segundo, valor 1.

A partir daí, criamos outra variável, através da computação dos dados, cujas opções de respostas vão de 0 a 4. Consideramos o valor de 0 a 3 como avaliação negativa e 4 como avaliação positiva. Não há avaliação regular nesse caso porque a avaliação positiva é muito forte e são poucas instituições elencadas. Por conta disso, preferimos dicotomizar a variável.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
,00	19	,9	1,0	1,0
1,00	94	4,7	4,9	5,9
2,00	185	9,2	9,6	15,4
3,00	512	25,5	26,5	42,0
4,00	1120	55,9	58,0	100,0
Total	1930	96,3	100,0	
Missing				
System	74	3,7		
Total	2004	100,0		

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
1,00 avaliação positiva	1120	55,9	58,0	58,0
2,00 avaliação negativa e regular	810	40,4	42,0	100,0
Total	1930	96,3	100,0	
Missing				
System	74	3,7		
Total	2004	100,0		

No que tange à validade estatística do índice, podemos observar que, numa análise fatorial, todas as variáveis aqui incluídas se encontram numa mesma dimensão da tabela 7. Acreditamos que tal referência é suficiente para criarmos um índice.

4- Índice de avaliação de instituições (Judiciário, Congresso, Partidos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País)

Selecionamos as variáveis que perguntam para o entrevistado a avaliação que ele possui quanto a sete tipos de instituições: Poder Judiciário, Congresso Nacional, Partidos Políticos, Sindicatos, Empresários, Governo e Leis do País (ver avaliação de instituições presente no Anexo 1)

Modificamos essas variáveis, criando outras que aglutinavam as opções de resposta ruim, péssimo e regular, de um lado e bom e ótimo, de outro. Para o primeiro conjunto, atribuímos o valor 0 e, para o segundo, valor 1.

A partir daí, criamos outra variável, através da computação dos dados, cujas opções de respostas vão de 0 a 7. Consideramos o valor de 0 a 1 como avaliação negativa e 6 a 7 como avaliação positiva. Os demais valores foram considerados avaliação regular.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	435	21,7	24,3	24,3
	1,00	322	16,1	18,0	42,2
	2,00	241	12,0	13,4	55,7
	3,00	233	11,6	13,0	68,7
	4,00	151	7,5	8,4	77,1
	5,00	119	5,9	6,6	83,8
	6,00	92	4,6	5,1	88,9
	7,00	199	9,9	11,1	100,0
	Total	1792	89,4	100,0	
Missing	System	212	10,6		
Total		2004	100,0		

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1,00 avaliação negativa	757	37,8	42,2	42,2
	2,00 avaliação positiva	291	14,5	16,2	58,5
	3,00 avaliação regular	744	37,1	41,5	100,0
	Total	1792	89,4	100,0	
Missing	System	212	10,6		
Total		2004	100,0		

No que tange à validade estatística do índice, podemos observar que, numa análise fatorial, todas as variáveis aqui incluídas se encontram numa mesma dimensão da tabela 7. Acreditamos que tal referência é suficiente para criarmos um índice.

5- Índice de capital social

Selecionamos as variáveis que perguntam para o entrevistado sobre sua intensidade de participação em algumas associações, como as de moradores de bairro, grupos de defesa do consumidor, partido político, grupo de defesa do meio ambiente, clube esportivo, sindicato, grêmio ou centro acadêmico, grupo religioso, associação de assistência social, associação de voluntariado, centro cultural e conselhos gestores.

- Vou citar algumas organizações e gostaria que Você me dissesse se participa ou não de cada uma delas . Você participa ou não participa de ...

		<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>NS</i>	<i>NR</i>
<i>A</i>	<i>Associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>B</i>	<i>Associação de defesa do consumidor</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>C</i>	<i>Partido Político (SE SIM, QUAL?) (ANOTAR)</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>D</i>	<i>Grupo de defesa do meio ambiente</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>E</i>	<i>Clube esportivo</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>F</i>	<i>Sindicato (SE SIM, QUAL?) (ANOTAR)</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>G</i>	<i>Grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>H</i>	<i>Grupo religioso (comunidade eclesial de base ou outro grupo ligado à sua igreja)</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>I</i>	<i>Grupo ou associação de assistência social</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>J</i>	<i>Associação de voluntariado</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>K</i>	<i>Centro cultural</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>L</i>	<i>Conselhos de saúde, educação, etc</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>
<i>M</i>	<i>Outras (ANOTE):</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>77</i>	<i>88</i>

Modificamos essas variáveis, criando outras que aglutinavam as opções de resposta ruim, péssimo e regular, de um lado e bom e ótimo, de outro. Para o primeiro conjunto, atribuímos o valor 0 e, para o segundo, valor 1.

A partir daí, criamos outra variável, através da computação dos dados, cujas opções de respostas vão de 0 a 11. Consideramos o valor de 0 como nenhum capital social, 1 como baixo nível de capital social e os demais valores, níveis moderados e altos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	,00	1206	60,2	60,5	60,5
	1,00	446	22,3	22,4	82,9
	2,00	160	8,0	8,0	90,9
	3,00	73	3,6	3,7	94,6
	4,00	44	2,2	2,2	96,8
	5,00	25	1,2	1,3	98,0
	6,00	12	,6	,6	98,6
	7,00	9	,4	,5	99,1
	8,00	5	,2	,3	99,3
	9,00	8	,4	,4	99,7
	10,00	2	,1	,1	99,8
	11,00	3	,1	,2	100,0
	Total	1993	99,5	100,0	
Missing	System	11	,5		
Total		2004	100,0		

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid ,00 baixo	446	22,3	24,6	24,6
1,00 moderado e alto	160	8,0	8,8	33,4
2,00 nenhum	1206	60,2	66,6	100,0
Total	1812	90,4	100,0	
Missing System	192	9,6		
Total	2004	100,0		

No que tange à validade estatística do índice, fizemos a “análise de componentes principais”. O *alpha de cronbach* mostrou-se elevado. Nem todas as variáveis apresentaram altas cargas estatísticas (igual ou maior que 0.5), mas decidimos utilizá-las assim mesmo para a criação do índice, já que possuem patamares moderados. Desse modo, acreditamos que não comprometemos a boa mensuração da nova variável criada.

			Fator
			1
part3a: Participação em associação de moradores ou sociedade de amigos de bairro			,500
part3b: Participação em associação de defesa do consumidor			,581
part3c: Participação em partido político			,326
part3d: Participação em Grupo de defesa do meio ambiente			,644
part3e: Participação em clube esportivo			,458
part3f: Participação em sindicato			,302
part3g: Participação em grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes			,497
part3h: Participação em grupo religioso			,402
part3i: Participação em grupo ou associação de assistência social			,612
part3j: Participação em associação de voluntariado			,646
part3k: Participação em centro cultural			,662
part3l: Participação em conselhos de saúde, educação, etc			,680

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,731	,767	12